FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

GRANDES OPÇÕES DO PLANO
2017 - 2020

ORÇAMENTO
2017

MAPA DE PESSOAL
2017

INDICE

Parte I

Relatório- Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental....2

1 – Grandes Opções do Plano para 2017....2

1.1 – Enquadramento....2

1.2 – Linhas Gerais Atuação....3

3 – Considerações Finais 6

Parte II

2 – Orçamento - Gestão Financeira....8

Nota Introdutória....8

2.1 – Orçamento da Receita....9

2.2 – Orçamento da Despesa....9

2.3 – Análise das Receitas....10

2.3.1 – Receitas Correntes....10

2.3.2 – Receitas de Capital....11

2.3.3 – Receita Global....12

2.4 – Análise das Despesas....13

2.4.1 – Despesa Corrente....13

2.4.2 – Despesas de Capital....14

2.4.3 – Despesa Global....16

3 - Mapa de Pessoal....56

4 – Normas de execução do orçamento....64

Capitulo I - Âmbito e princípios genéricos....64

Capitulo II - Receita Orçamental....66

Capitulo III - Despesa Orçamental....67

Secção I - Princípios e regras....67

Secção II - Autorização da despesa....70

Secção III - Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa....72

Secção IV - Celebração e formalização de contratos e protocolos....72

Capitulo IV - Disposições Finais....72

Anexos

Orçamento das Entidades Participadas

Mapa das Entidades Participadas

Circular Nº 82/2016- AG da ANMP

INDICE DE MAPAS

Mapas das Grandes Opções do Plano

Grandes Opções do Plano 2017-2020.....19

Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020.....25

Plano de Atividades Municipal 2017-2020.....29

Mapas do Orçamento 2017

Resumo do Orçamento.....35

Resumo das Receitas e das Despesas.....36

Orçamento da Receita.....38

Orçamento da Despesa.....44

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Aprovação do Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020
Proposta de Deliberação

Considerando:

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;

2. Com entrada em vigor da Lei 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento;

Proponho que a Câmara delibere:

1) Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove as Opções do Plano para o quadriénio 2017-2020 e o Orçamento para 2017;

A composição do Orçamento para ano 2017 obedece ao disposto no art.º 46.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- Relatório que contem a apresentação e a fundamentação da política orçamental:
- Mapa resumo das receitas e das despesas da autarquia;
- Mapa das receitas e despesas, desagregado, segundo a classificação económica;
- Articulado que contém normas para executar o orçamento;
- Mapas das Grandes Opções do Plano;
- Mapas do orçamento;
- Anexos: - mapa das entidades participadas:
  - orçamento de entidades participadas;

2) nos termos dos disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, os termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove o Mapa de Pessoal para 2017,

O Presidente da Câmara,

/Dr. Aníbal Reis Costa/

Este fascículo é constituído por 128 páginas, incluindo esta

Órgão Executivo **Órgão Deliberativo**

Em 31 de outubro de 2016

Aprovado por maioria. Abstenções dos Vereadores do CDU. Envia à A.M. p/ deliberação

GRANDES OPÇÕES DO PLANO
2017 - 2020

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

João Pedro Brites Raposo Alexandre, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, designado para prestar apoio administrativo à Assembleia Municipal,

Certifica que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária do dia 13 de dezembro de 2016, deliberou por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano 2017-2020 e o Orçamento para o ano de 2017, no valor de dezassete milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três euros.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o carimbo a óleo desta Assembleia Municipal.

Ferreira do Alentejo, 14 de dezembro de 2016.

O Assistente Técnico,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL FERREIRA DO ALENTEJO

João Pedro Brites Raposo Alexandre

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Câmara Municipal

Certidão

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, certifica que a Câmara Municipal na sua reunião extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2016, deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores da CDU, aprovar as Grandes Opções do Plano, de 2017-2020, e o orçamento para 2017, no valor de 17 288 883,00 euros (dezassete milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três euros), de acordo com a proposta apresentada, bem como remeter à Assembleia Municipal para deliberação.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 31 de outubro de 2016

A Coordenadora Técnica,

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul

PARTE I

Relatório - Apresentação e Fundamentação da política orçamental

1. Grandes Opções do Plano para 2017

1.1 Enquadramento

A elaboração deste documento ocorre num período, ao contrário do que aconteceu em 2016, mais estável ao nível político e com alguma previsibilidade quanto ao curto prazo, que nos permite encarar o próximo exercício com maior tranquilidade.

No Orçamento de Estado para 2017, apesar do documento ainda não se encontrar aprovado, é garantido desde logo um aumento das transferências para as autarquias. Este aumento, não sendo muito significativo – cerca de 190.000,00 € - é claramente um sinal de viragem.

A nível de financiamentos comunitários, através do Programa Regional Alentejo 2020, do Quadro Comunitário Portugal 2020, só em 2017 se irá materializar em investimento todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Convém relembrar que os Financiamentos Comunitários estiveram praticamente parados desde 2014 porque culpa da excessiva burocracia imposta pelo anterior Governo.

Nunca será demais referir o passado recente. Desde o ano 2008 vivemos uma crise económico-financeira mundial, sem paralelo na nossa história recente, que se agudizou sobretudo nos anos 2011 e 2012 e atingiu todos os sectores de atividade, tendo a nossa economia entrado numa espiral recessiva da qual só agora começa a dar sinais de alguma melhoria.

Também o Sector Público, e em especial nas Autarquias Locais foram gravemente afetadas pelo impacto dessa recessão, que foi sentida de forma significativa no interior do país, onde as autarquias locais são, infelizmente, o centro de toda a atividade económica local.

Mas em 2016, com a mudança na política económica e financeira do país, começou a sentir-se uma maior confiança. As receitas próprias, nomeadamente Taxas e Outras Receitas Municipais, que dependem exclusivamente da “economia local” e o IMT aumentaram de forma significativa. São estas receitas que nos permitem concluir que a “economia local” está gradualmente a recuperar, sendo um indicador muito positivo para o exercício de 2017.

Apesar da melhoria verificada em 2016 este executivo municipal pautou-se sempre pela prudência, rigor e determinação na realização dos vários projetos, diminuindo a dívida de médio/longo prazo e o prazo médio de pagamento a fornecedores para mínimos históricos.

Em 2016 foram aprovados no atual quadro comunitário, vários milhões de euros para investimento. Das Escolas à Requalificação Urbana e da Modernização Administrativa à Eficiência Energética, sempre com o objetivo de que esses projetos fossem ao encontro das efetivas necessidades das pessoas, assegurando a sua sustentabilidade,

quer financeira, quer dos serviços prestados aos munícipes.

1.2 Linhas Gerais de Atuação

O Orçamento de 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020, foram elaborados considerando o contexto macroeconómico dos últimos anos.

Com a entrada em vigor em 2014 da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, que veio a estabelecer o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei das Finanças locais) e a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que já vem sendo aplicada desde 2012, o quadro legal em que são elaborados estes documentos previsionais são bastante restritivos.

Apesar das dificuldades resultantes da aplicação deste quadro legal extremamente exigente, e que se manterá em 2017, acreditamos que, com as alterações apresentadas pelo atual Governo e que se encontram incluídas na proposta de Orçamento do Estado para 2017 será, para a maioria das autarquias, um exercício mais favorável, que permitirá repor a confiança e contribuirá para o reforço do poder local.

A possibilidade de contratação de pessoal é uma das medidas mais importantes do próximo Orçamento de Estado. Como é do conhecimento de todos a contratação de pessoal esteve vedada às autarquias durante cerca de 4 anos. Este impedimento pôs em causa a prestação de muitos serviços às populações. Com esta possibilidade, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo irá, já em 2017, lançar procedimentos (cerca de 40 novos lugares) com vista à contratação de pessoal, principalmente para as áreas operacionais, serviços esses que foram os mais afetados com as restrições à contratação.

No Orçamento de Estado para 2017, é reconhecido pelo Governo a importância que as autarquias têm tido para a consolidação orçamental do País, assim como o papel que as autarquias têm desempenhado no investimento público, abrindo-se novamente a possibilidade de se recorrer à figura dos empréstimos de médio/longo prazo.

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, como já foi dito, tem feito um enorme trabalho na consolidação das contas, que lhe permitiu diminuir a dívida de médio/longo prazo e o prazo médio de pagamento para mínimos históricos. Só com este esforço (1 década) foi possível em 2016 voltar a recorrer a financiamento bancário para a concretização de projetos que de outra forma estariam condenados a não sair do papel.

Continuaremos a aproveitar os fundos comunitários para a realização dos mais variados projetos que temos em carteira, alguns deles já iniciados em 2016. Foram apresentadas candidaturas no valor aproximado de 4,5 milhões de euros, dos quais já estão garantidos 3 milhões.

Neste contexto, sempre exigente, importa também sublinhar o peso que algumas rúbricas têm no orçamento municipal.

A **amortização e pagamento de juros de empréstimos** totalizam no presente orçamento, cerca de 600.000,00 (seiscentos mil euros). Foi assumido, desde a primeira hora, que continuaríamos a honrar todos os compromissos que foram estabelecidos ao longo dos últimos vinte anos.

Para além da amortização e pagamento de juros de empréstimos, a CMFA tem vindo a contribuir, desde 2015, para a constituição do **Fundo de Apoio Municipal,** dividido em 7 prestações anuais de cerca de 71.000,00€ e cuja contribuição municipal atingirá no final cerca de **500.000,00 €**. Trata-se de uma contribuição obrigatória com o objetivo de ajudar à recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira.

No Orçamento de 2017, as **Freguesias**, continuarão, como foi sempre por nós referido, pilares importantes na estratégia de desenvolvimento do nosso Concelho, a ser apoiadas no âmbito dos protocolos de delegação de competências, mantendo-se em vigor **os valores executados no ano anterior.** Para além dos valores a transferir no âmbito dos protocolos de delegação de competências irá a CMFA disponibilizar, para investimento, uma verba adicional de 25.000,00 € por freguesia. Procuramos assim repartir com as freguesias parte do aumento que se verifica em 2017 com as transferências do Estado.

O **Desenvolvimento Económico**, assumido como determinante para o sucesso do nosso território, continua a ser uma aposta deste executivo, nomeadamente através do Ninho de Empresas/CEDEC – Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento, criando oportunidades para o empreendedorismo e valorização das potencialidades endógenas, assim continuará a procurar, a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, captar mais investimentos privados, geradores de riqueza e criadores de emprego para o nosso Concelho.

A promoção do território municipal, assente na estratégia **"FERREIRA DO ALENTEJO NO CENTRO DO QUE É IMPORTANTE/CAPITAL DO AZEITE"**, cujas potencialidades são atualmente reconhecidas e aproveitadas, continuarão merecer, por parte do executivo municipal, a maior atenção. O corolário desta estratégia é o elevado volume de investimentos privados que nos últimos anos têm vindo a ser realizados no nosso Concelho, e que nos dão mais alento para continuarmos este caminho, que certamente trará mais de desenvolvimento económico e consequentemente mais emprego.

O regresso da **Feira Nacional da Água e do Regadio** (após um ano de interregno), que irá contar com mais um dia de Feira, a continuação da aposta na **Feira de Ferreira,** os Jogos Desportivos, e outros eventos e atividades culturais e desportivas, marcarão de forma significativa o calendário de 2017.

Os apoios às coletividades **culturais, desportivas, cívicas e ambientais** merecerão sempre a melhor atenção, prevendo-se já para 2017 um importante aumento dos apoios financeiros a estas instituições, que têm contribuído de forma significativa para o enriquecimento do nosso "património" enquanto comunidade.

Neste âmbito, continuaremos a apoiar, em especial, a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de**

Ferreira do Alentejo. Em 2016 foram atualizados os valores do protocolo de colaboração entre a CMFA e aquela associação. Procuraremos em 2017 encontrar novas formas de apoio que vão ao encontro das necessidades desta instituição.

Como já foi referido anteriormente, iremos utilizar as **comparticipações financeiras da União Europeia** para a concretização da maioria dos projetos.

Assim, e a exemplo do que já foi identificado em 2016, destacamos como principais eixos de intervenção e que já foram objeto de aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários: a Requalificação/Regeneração Urbana; a Modernização Administrativa; a Eficiência Energética em Edifícios Municipais; e o Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares.

No âmbito da requalificação urbana destacamos a Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, a Requalificação dos Balneários Municipais, num investimento de cerca de 750.000,00 € (setecentos e cinquenta mil euros) e a continuação da requalificação das entradas da Vila de Ferreira do Alentejo – sul e norte – com um investimento de mais de 350.000,00 €.
Também os arruamentos do Concelho irão merecer a nossa atenção, com intervenções previstas para 2017, ao nível da melhoria do pavimento em casos considerados mais necessários.

No Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares, com intervenção nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Ferreira do Alentejo, Alfundão e Figueira dos Cavaleiros o investimento será superior a 650.000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros).

Será promovida a Criação de Hortas Sociais possibilitando um incremento na qualidade de vida dos seus utilizadores e como instrumento sociocultural fundamental para a dinamização do espírito comunitário.

A modernização administrativa continuará a ser uma prioridade, assim como a eficiência energética em edifícios municipais.

A conclusão do Estádio Municipal, cujo concurso público já foi entretanto lançado, será uma realidade em 2017.

No âmbito do programa **"Ferreira Sustentável",** concluídas que estão as instalações de novas ETAR'S em várias localidades do Concelho, foi mantida em PPI – Plano Plurianual de Investimento a construção de uma nova ETAR para Ferreira do Alentejo, projeto que, devido a vários constrangimentos, não foi possível iniciar em 2016. A sua construção estará sempre dependente de financiamento comunitário, aguardando-se, a qualquer momento, a aprovação da candidatura, entretanto submetida, ao POSEUR – Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. A construção deste equipamento custará cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) e só será possível executar, como já foi referido com com financiamento comunitário.

Também no âmbito do Programa "Ferreira Sustentável" destacamos o peso que as despesas com a **Recolha de**

Resíduos Sólidos, a Água, o Saneamento e a Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes têm neste Orçamento, cujas dotações iniciais atingem o valor de 800.000,00 € (oitocentos mil euros).

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, como tem vindo fazer nos últimos anos, continuará a desenvolver com grande empenho o programa **"Ferreira Solidária"** nas suas várias vertentes e a prestar o apoio social aos mais carenciados, principalmente em períodos de grandes dificuldades, como aquele que atravessamos, seja através de serviços como a **Loja Social,** o **S.A.I. - Serviço de Apoio ao Idoso** e o **G.I.P. - Gabinete de Inserção Profissional**, ou através de programas como o **Ferreira +Perto, Programas Ocupacionais** e o **Programa Viver Melhor**.

Na **Educação** destacamos a continuação do apoio ao funcionamento aos estabelecimentos do 1.º Ciclo e Pré-Escolar, bem como a continuação dos **Transportes Escolares** para todos os alunos que dele necessitem.

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo **tem vindo a assumir a responsabilidade**, desde 2009, nos termos do Contrato de Execução de Transferência de Competências em Matéria de Educação celebrado com o Ministério da Educação, **da Gestão do Pessoal Não Docente**, bem como de todos os **Espaços Escolares**, responsabilidade essa que tem um peso no Orçamento Municipal para 2016 de cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de euros). Uma aposta ganha, no sentido de melhor e mais rápida resolução dos problemas que afetam a comunidade educativa.

1.3 Considerações Finais

As Receitas Municipais subiram pela primeira vez desde o início da crise. Esta subida, aliada ao esforço de consolidação das contas municipais dos anos anteriores, permitiu à Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo "respirar" financeiramente em 2016. Esta "situação nova", permite encarar 2017 com grande otimismo.

Também o contexto político, social e económico em que é elaborado este Orçamento de 2017 e GOP's 2017-2020, mudou. Existe hoje um sentimento de esperança, esperança que nos tinha sido retirada através de anos de políticas de austeridade, que nos conduziram, inevitavelmente a mais austeridade.

É nossa obrigação cumprir com os objetivos definidos no início do mandato, sempre com a mesma determinação e o rigor.

Continuaremos, como na primeira hora, comprometidos e empenhados em dar o nosso contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do nosso concelho, sempre com o objetivo de servir as pessoas.

GESTÃO FINANCEIRA
2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

Parte II

2. Orçamento - A Gestão Financeira

Nota Introdutória

Com esta nota introdutória pretende-se possibilitar a verificação da sustentabilidade das soluções adotadas, clarificando a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano 2017-2020 e do Orçamento para 2017.

A elaboração do Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2017-2020 obedeceu às seguintes considerações:

1. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, estabelece no seu ponto 3.3 um conjunto de Regras Previsionais, alteradas pelo Decreto-Lei nº84- A/2002, que devem ser obedecidas na elaboração dos Orçamentos das Autarquias Locais;
2. Foi aprovado, paralelamente, o Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro – Regime Jurídico dos Códigos de Classificação Económica das Receitas e Despesas Públicas, que estabelece alterações ao classificador económico constante do POCAL;
3. Através do SATAPOCAL (grupo de trabalho, na dependência da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, criado com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública), foram promovidas, pontualmente, pequenas alterações àquele classificador, necessárias a uma mais correta contabilização das receitas e despesas orçamentais;
4. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e que vigorará a partir de 1 de janeiro de 2014, vem trazer novas regras de equilíbrio orçamental. O art.º 40.º, n.º 2, vem impor que a receita corrente bruta cobrada deva ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (cujo conceito se encontra definido no n.º 4 do mesmo art.º).

Por último, importa referir que a discriminação das receitas e das despesas, cuja análise se expõe nos pontos seguintes, pode ser verificada nos mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (PAM e PPI) .

2.1 -Orçamento da Receita

QUADRO SÍNTESE DA RECEITA

€

Rubricas	Valor		
	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017	Variação %
Total das Receitas Correntes	**8.942.907,00**	**11.884.412,17**	**32,89**
Total das Receitas de Capital	**1.799.065,00**	**5.404.429,80**	**200,40**
Total das Outras Receitas	**0,00**	**41,03**	**100,00**
Total das Receitas	**10.741.972,00**	**17.288.883,00**	**60,95**

A Receita estimada para 2017 apresenta um acréscimo relativamente à estimativa efetuada para 2016. Se, por um lado, a receita corrente estimada apresenta um acréscimo de cerca de 33%, por outro estima-se um aumento da receita de capital de cerca de 200%.

2.2 -Orçamento da Despesa

QUADRO SÍNTESE DA DESPESA

€

Rubricas	Valor	
	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Total das Despesas Correntes	**8.432.901,00**	**9.546.158,00**
Total das Despesas de Capital	**2.309.071,00**	**7.742.725,00**
Total das Despesas	**10.741.972,00**	**17.288.883,00**

A Despesa prevista para 2017 é, obviamente, condicionada pela Receita que se prevê obter, pelo que como aquela apresenta um acréscimo relativamente aos valores estimados para 2017. Como se pode verificar, estima-se que grande parte desse acréscimo se verifique ao nível das despesas de capital em cerca de 70%.

Note-se que a receita corrente e a receita de capital não figuram, no orçamento para 2017, em paridade com as despesas do mesmo tipo. Efetivamente, de forma a assegurar o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental estabelecida pela Lei n.º 73/2013, o orçamento municipal prevê que a receita corrente financie as amortizações de passivos financeiros, bem como, parte da restante despesa de capital.

2.3 - Análise das Receitas

2.3.1 -Receitas Correntes

€

	Montante	%
Impostos Diretos	2.738.079,91	23,04
Impostos Indirectos	57.265,63	0,48
Taxas, Multas e Outras Penalidades	427.319,78	3,6
Rendimentos de Propriedade	825.937,48	6,95
Transferências Correntes	6.546.434,38	55,08
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.247.935,25	10,5
Outras Receitas Correntes	41.439,74	0,35
Total das Receitas Correntes	**11.884.412,17**	**100**

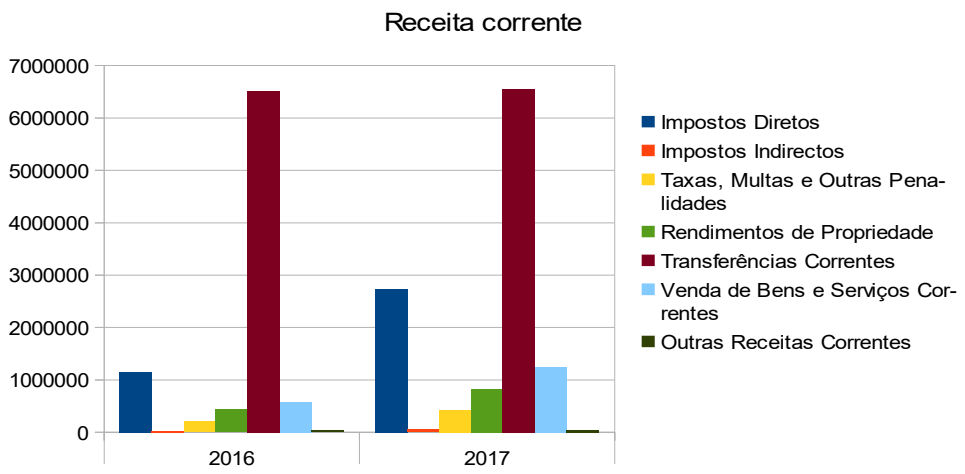
A estrutura da receita corrente do Município continua, à semelhança de anos anteriores, a revelar uma grande dependência de transferências com origem no Orçamento de Estado.

O quadro e o gráfico que se seguem permitem-nos fazer uma leitura da evolução da receita

Evolução das Receitas Correntes

€

Rubricas	Valor		
	2016	2017	Variação %
Impostos Diretos	1.149.010,00	2.738.079,91	138,30
Impostos Indirectos	19.682,00	57.265,63	190,95
Taxas, Multas e Outras Penalidades	204.823,00	427.319,78	108,63
Rendimentos de Propriedade	435.171,00	825.937,48	89,80
Transferências Correntes	6.517.964,00	6.546.434,38	0,44
Venda de Bens e Serviços Correntes	580.722,00	1.247.935,25	114,89
Outras Receitas Correntes	35.535,00	41.439,74	16,62
Total das Receitas Correntes	**8.942.907,00**	**11.884.412,17**	**32,89**



Conforme se pode constatar, a receita corrente prevista para 2017 é superior em cerca de 33% quando comparada com a que foi orçamentada para 2016, estimando-se um acréscimo de arrecadação de receita na ordem dos 2.941.505,17 € relativamente ao valor de 2016.

Esta situação explica-se, sobretudo, conforme atrás se referiu, pelo acréscimo dos Impostos Diretos, Indiretos e Venda de Bens e Serviços Correntes.

2.3.2 - Receitas de Capital

€

	Montante	%
Venda de Bens de Capital	97.002,00	1,79
Transferências de Capital	4.072.881,10	75,36
Activos Financeiros	1,00	0,00
Passivos Financeiros	1.200.002,00	22,20
Outras Receitas de Capital	34.543,70	0,64
Total das Receitas de Capital	**5.404.429,80**	**100,00**

Evolução das Receitas de Capital

€

Rubricas	Valor		
	2016	2017	Variação %
Venda de Bens de Investimento	29.384,00	97.002,00	-97,92
Transferências de Capital	1.588.210,00	4.072.881,00	-39,24
Activos Financeiros	114,00	1,00	-98,25
Passivos Financeiros		1.200.002,00	-100,00
Outras Receitas de Capital	1,00	34.543,70	100,00
Total das Receitas de Capital	**1.617.709,00**	**5.404.429,70**	**-60,54**

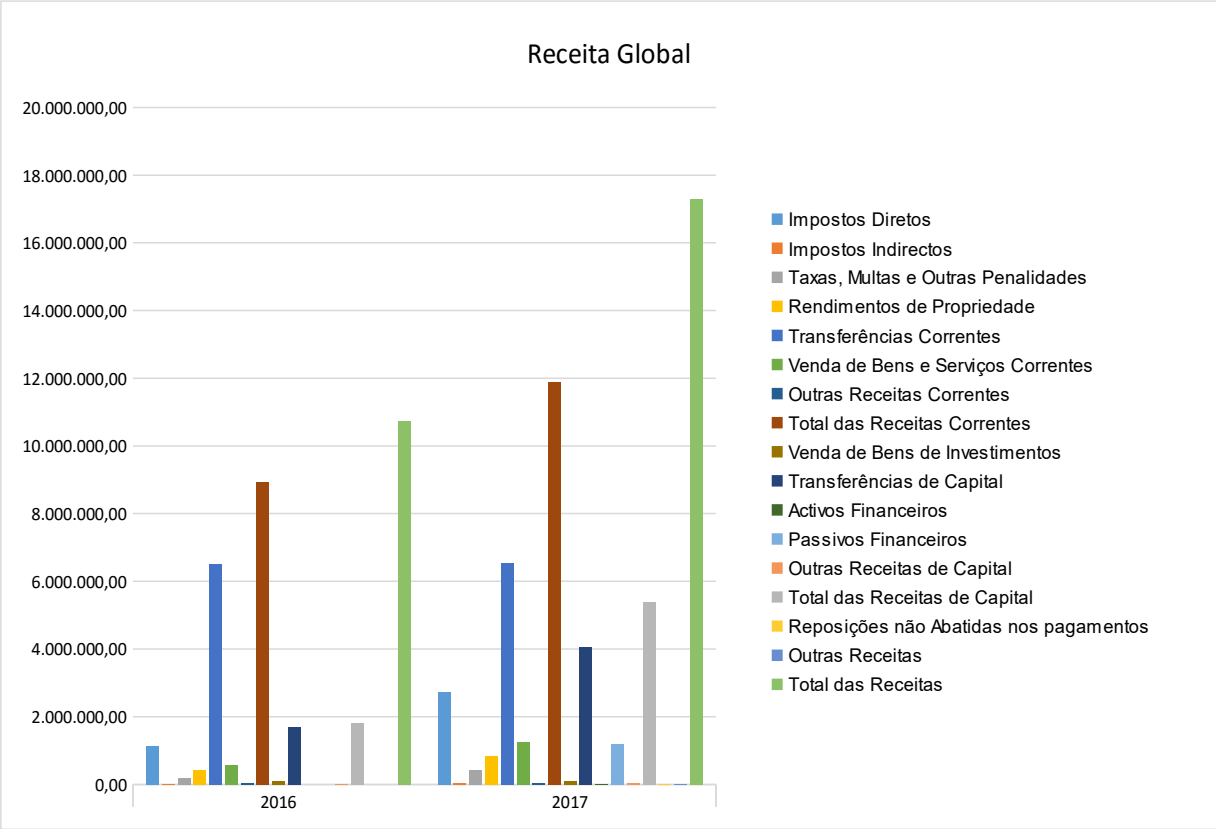
Pela análise do quadro acima permite-nos perceber que o financiamento de parte das despesas de capital é feito através do recurso a transferências de capital (onde se incluem as verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e as candidaturas a fundos comunitários) e ao recurso a empréstimo bancário, já aprovado.

O aumento das receitas de capital em cerca de 61%, está relacionado com aumento da receita proveniente das transferências de capital, nomeadamente, do Inalentejo e do empréstimo bancário.

2.3.3 - Receita Global

€

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2016		Orçamento para 2017	
	Montante	%	Montante	%
Impostos Diretos	1.149.010,00	10,70	2.738.079,91	15,84
Impostos Indirectos	19.682,00	0,18	57.265,63	0,33
Taxas, Multas e Outras Penalidades	204.823,00	1,91	427.319,78	2,47
Rendimentos de Propriedade	435.171,00	4,05	825.937,48	4,78
Transferências Correntes	6.517.964,00	60,68	6.546.434,38	37,86
Venda de Bens e Serviços Correntes	580.722,00	5,41	1.247.935,25	7,22
Outras Receitas Correntes	35.535,00	0,33	41.439,74	0,24
Total das Receitas Correntes	**8.942.907,00**	83,25	**11.884.412,17**	68,74
				0,00
Venda de Bens de Investimentos	92.942,00	0,87	97.002,00	0,56
Transferências de Capital	1.706.122,00	15,88	4.072.881,10	23,56
Activos Financeiros	0,00	0,00	1,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	1.200.002,00	6,94
Outras Receitas de Capital	1,00	0,00	34.543,70	0,20
Total das Receitas de Capital	**1.799.065,00**	16,75	**5.404.429,80**	31,26
Reposições não Abatidas nos pagamentos	0,00		41,03	
Outras Receitas	**0,00**		**41,03**	0,00
Total das Receitas	**10.741.972,00**	100,00	**17.288.883,00**	100,00



Em termos globais estima-se que, em 2017, as transferências representem mais de 61% das Receitas Totais previstas, assumindo os fundos provenientes do Orçamento do Estado um papel preponderante.

2.4-Análise das Despesas

2.4.1- Despesa Corrente

€

	Montante	%
Despesas com Pessoal	4.591.378,00	48,10
Aquisição de Bens e Serviços	3.867.350,00	40,51
Juros e Outros Encargos	46.630,00	0,49
Transferências Correntes	797.300,00	8,35
Subsidios	30.000,00	0,31
Outras Despesas Correntes	213.500,00	2,24
Total das Despesa Correntes	**9.546.158,00**	**100**

Conforme se pode constatar as grandes fatias da despesa corrente estimada para 2017 destinam-se ao pagamento de encargos com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços (cerca de 88% do valor orçamentado).

O quadro e o gráfico da página seguinte permitem-nos fazer uma leitura da evolução da despesa corrente. Conforme se pode inferir, a despesa corrente prevista para 2017 é superior àquela que foi estimada para 2016 (12 %).

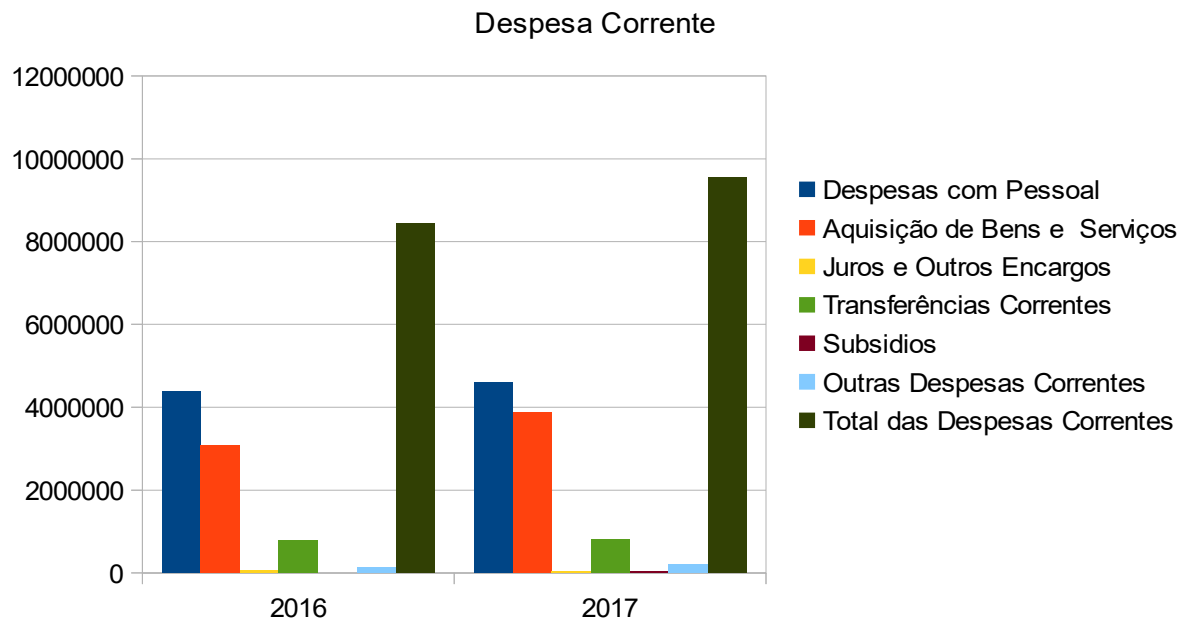
As verbas previstas para a aquisição de bens e serviços apresentam um acréscimo relativamente ao ano anterior (valores estimados considerado o consumo do ano 2016) incluem faturas de fornecedores conta-corrente que transitarão para 2017. O Orçamento para 2017 prevê verbas para fazer face aos compromissos anuais assumidos com as empresas intermunicipais prestadoras de serviços na área ambiental (recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de recicláveis).

A despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços (cerca de 41%) e também com transferências correntes e de capital afetas a projetos mais relevantes da atividade municipal, encontram-se no Plano de Atividades Municipais para 2017. Por seu lado, as transferências correntes apresentam um acréscimo relativamente ao ano anterior em cerca de 1,5%, mantendo-se as verbas a transferir para as freguesias.

Evolução das Despesas Correntes

€

Rubricas	Valor		
	2016	2017	Variação %
Despesas com Pessoal	4.376.540,00	4.591.378,00	4,68
Aquisição de Bens e Serviços	3.084.180,00	3.867.350,00	20,25
Juros e Outros Encargos	56.781,00	46.630,00	-21,77
Transferências Correntes	785.400,00	797.300,00	1,49
Subsidios		30.000,00	100,00
Outras Despesas Correntes	130.000,00	213.500,00	39,11
Total das Despesas Correntes	**8.432.901,00**	**9.546.158,00**	**11,66**



2.4.2 - Despesas de Capital

€

Rubricas	Montante	%
Aquisição de Bens de Capital	6.842.310,00	88,37
Transferências de Capital	386.825,00	5,00
Activos Financeiros	71.584,00	0,92
Passivos Financeiros	442.006,00	5,71
Total das Despesa de Capital	**7.742.725,00**	**100,00**

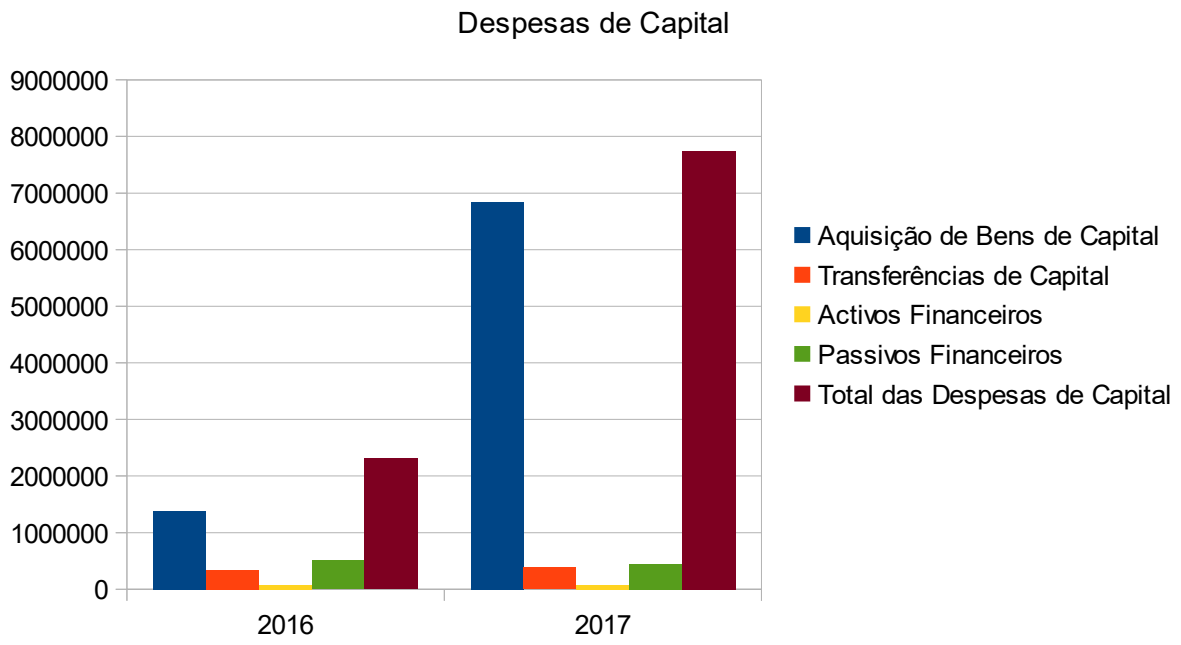
A despesa de capital estimada é maioritariamente (88,37%) direcionada para a aquisição de bens de capital através da execução de investimentos em edifícios e construções diversas, bem como para a aquisição de equipamento básico, administrativo, informático e de transporte. A estes junta-se a aquisição de bens de domínio público ao nível viadutos, arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais, iluminação pública e infraestruturas para distribuição de energia elétrica, captação e distribuição de água, entre outros.

A restante despesa prevista destina-se à amortização de passivos financeiros contraídos pelo Município, ao longo das últimas décadas, para financiar investimentos já realizados, a transferências de capital para várias entidades e a outras despesas de capital.

Evolução das Despesas de Capital

€

Rubricas	Valor		
	2016	2017	Variação %
Aquisição de Bens de Capital	1.384.100,00	6.842.310,00	79,77
Transferências de Capital	343.381,00	386.825,00	11,23
Activos Financeiros	71.584,00	71.584,00	0,00
Passivos Financeiros	510.006,00	442.006,00	-15,38
Total das Despesas de Capital	**2.309.071,00**	**7.742.725,00**	**235,32**



Comparativamente com 2016 estima-se um acréscimo da despesa de capital (na ordem dos 235 %) tendo em conta as razões apontadas na análise efetuada à receita.

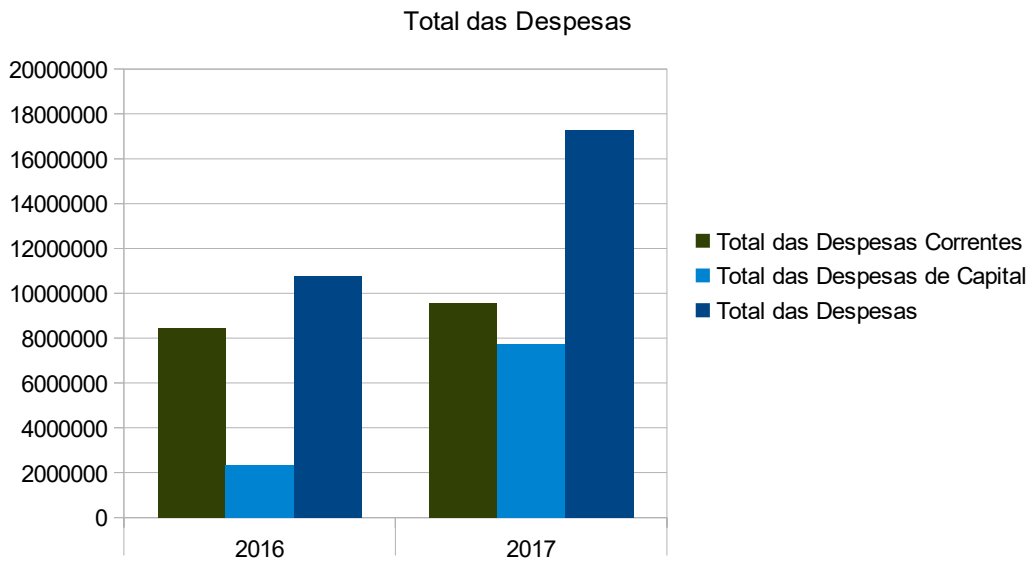
O aumento estimado ocorre não só ao nível do investimento direto do município (aquisição de bens de capital, descriminados projeto a projeto no Plano Plurianual de Investimentos) mas, também, ao nível do investimento indireto.

O valor estimado ao nível dos passivos financeiros explica-se pela maturidade dos financiamentos de longo prazo contratados junto das Instituições Bancárias.

2.4.3 - Despesa Global

€

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2016		Orçamento para 2017	
	Montante	variação%	Montante	variação%
Despesas com Pessoal	4.376.540,00	40,74	4.591.378,00	26,56
Aquisição de Bens e Serviços	3.084.180,00	28,71	3.867.350,00	22,37
Juros e Outros Encargos	56.781,00	0,53	46.630,00	0,27
Transferências Correntes	785.400,00	7,31	797.300,00	4,61
Subsidios		0,00	30.000,00	0,17
Outras Despesas Correntes	130.000,00	1,21	213.500,00	1,23
Total das Despesas Correntes	**8.432.901,00**	78,50	**9.546.158,00**	**55,22**
Aquisição de Bens de Capital	1.384.100,00	12,88	6.842.310,00	39,58
Transferências de Capital	343.381,00	3,20	386.825,00	2,24
Activos Financeiros	71.584,00	0,67	71.584,00	0,41
Passivos Financeiros	510.006,00	4,75	442.006,00	2,56
Total das Despesas de Capital	**2.309.071,00**	21,50	**7.742.725,00**	44,78
Total das Despesas	**10.741.972,00**	100,00	**17.288.883,00**	**100,00**



O quadro e gráfico da página anterior demonstram a intenção do Município quanto à afetação dos seus recursos. Com efeito, 40 % da despesa global destina-se a investimento direto e 2,24 % a investimento indireto, através de transferências de capital. Tendo ainda em conta as amortizações de passivos financeiros e outras despesas de capital, concluímos que a despesa de capital representa 44,78 % da despesa global.

MAPAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
2017 - 2020

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
								AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020	Outros	
1.						**FUNÇÕES GERAIS**											**2 421 800,00**	**2 244 800,00**	**177 000,00**	**819 000,00**	**569 000,00**	**191 000,00**		**4 000 800,00**
						Serviços Gerais de Administração Pública																		
1.1.																	**2 274 800,00**	**2 104 800,00**	**170 000,00**	**743 000,00**	**493 000,00**	**190 000,00**		**3 700 800,00**
1.1.1.						**Administração Geral**											**2 274 800,00**	**2 104 800,00**	**170 000,00**	**743 000,00**	**493 000,00**	**190 000,00**		**3 700 800,00**
		01	**2004**			**Plano de Actividades**											**526 200,00**	**526 200,00**		**100 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**		**826 200,00**
1.1.1.	02/07010301	0102	2004	I	2	Imóveis Municipais	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2020	0			264 000,00	264 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		309 000,00
1.1.1.		0104	2004	I	4	Maquinaria e Equipamento	Outra		100		DT/DAM	01-01-2004	31-12-2020	0			**212 200,00**			85 000,00	85 000,00	85 000,00		467 200,00
1.1.1.	02/070107	0104	2004	I	4													85 000,00						
1.1.1.	02/070108	0104	2004	I	4													50 000,00						
1.1.1.	02/070109	0104	2004	I	4													10 000,00						
1.1.1.	02/07011002	0104	2004	I	4													60 000,00						
1.1.1.	02/070111	0104	2004	I	4													7 000,00						
1.1.1.	02/070112	0104	2004	I	4													200,00						
1.1.1.	02/070101	0106	2004	I	6	Aquisição de Terrenos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2017	0			50 000,00	50 000,00						50 000,00
1.1.1.		**02**	**2004**			**Ações Mais Relevantes**											**95 600,00**	**95 600,00**		**103 000,00**	**103 000,00**	**0,00**		**301 600,00**
1.1.1		0202	2004	A	2	Saúde,Higiene e Segurança no Trabalho do Pessoal ao Serviço da Autarquia	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				**25 000,00**			28 000,00	28 000,00			81 000,00
1.11.	02/020107	0202	2004	A	2													10 000,00						
1.11.	02/020222	0202	2004	A	2													15 000,00						
1.1.1.		0203	2004	A	3	Seguros do Pessoal e do Património	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				**70 600,00**			75 000,00	75 000,00			220 600,00
1.11.	01/01030901	0203	2004	A	3													600,00						
1.11.	02/01030901	0203	2004	A	3													25 000,00						
1.11.	02/020212	0203	2004	A	3													45 000,00						
1.1.1.		**01**	**2007**			**Plano de Atividades**											**220 000,00**	**220 000,00**		**90 000,00**	**90 000,00**	**90 000,00**		**490 000,00**
1.1.1.		0101	2007	I	3	Material de Transporte	Outra		100		DT	01-01-2007	31-12-2020	0			**220 000,00**			90 000,00	90 000,00	90 000,00		490 000,00
1.11.	02/07010602	0101	2007	I	3													130 000,00						
1.11.	02/070205	0101	2007	I	3													90 000,00						
1.11.		**01**	**2014**			**Plano de Atividades**											**5 000,00**	**5 000,00**						**5 000,00**
1.1.1.	02/07010301	0201	2014	I	1	Requalificação do Edifício dos Paço do Concelho	Empreitada		100		DT	01-01-2014	31-12-2017	4			5 000,00	5 000,00						5 000,00
1.1.1		**02**	**2015**			**Plano de Atividades**											**860 000,00**	**690 000,00**	**170 000,00**	**350 000,00**	**100 000,00**			**1 310 000,00**
1.1.1	02/07010303	0201	2015	I	1	Reabilitação do Mercado Municipal e da Zona Envolvente	Empreitada		15	85	DT	02-01-2015	31-12-2019	0			650 000,00	650 000,00		200 000,00				850 000,00
1.1.1	02/07011002	0203	2015	I	3	Eficiência Energética em Edifícios Municipais	Outra		100		DT	02-01-2015	31-12-2019	0			210 000,00	40 000,00	170 000,00	150 000,00	100 000,00			460 000,00
1.1.1		**01**	**2016**			**Plano de Atividades**											**568 000,00**	**568 000,00**	**0,00**	**100 000,00**	**100 000,00**			**768 000,00**
1.1.1		0101	2016	I	1	E.Ferreir@ 2 – Programa de Modernização Administrativa	Outra		15	85	DAM	02-01-2016	31-12-2019	0			**568 000,00**	568 000,00		100 000,00	100 000,00			768 000,00
1.1.1	02/070107	0101	2016	I	1													10 000,00						
1.1.1	02/070108	0101	2016	I	1													500 000,00						
1.1.1	02/070109	0101	2016	I	1													58 000,00						
1.2.						**Segurança e Ordem Públicas**											**147 000,00**	**140 000,00**	**7 000,00**	**76 000,00**	**76 000,00**	**1 000,00**		**300 000,00**
1.2.1.						**Proteção Civil e Luta Contra Incêndios**											**142 000,00**	**140 000,00**	**2 000,00**	**76 000,00**	**76 000,00**	**1 000,00**		**295 000,00**
1.2.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**6 000,00**	**5 000,00**	**1 000,00**	**1 000,00**	**1 000,00**	**1 000,00**		**9 000,00**
1.2.1	02/07011002	0101	2004	I	10	Serviço Municipal de Proteção Civil - Equipamento	Outra		100		Presidente	01-01-2004	31-12-2020	0			6 000,00	5 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00		9 000,00
1.2.1		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**131 000,00**	**130 000,00**	**1 000,00**	**75 000,00**	**75 000,00**			**281 000,00**
1.2.1.		0201	2004	A	7	Serviço Municipal de Proteção Civil	Outra		100		Presidente	01-01-2004	31-12-2017	0			1 000,00		1 000,00					1 000,00
1.2.1.	02/040701	0202	2004	A	8	Apoio aos Bombeiros para Func. e Aq. de Equipamento	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				120 000,00	120 000,00		70 000,00	70 000,00			260 000,00
1.2.1.	02/020212	0204	2004	A	10	Seguro de Acidentes Pessoais a Favor do Corpo Ativo Bombeiros	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				10 000,00	10 000,00		5 000,00	5 000,00			20 000,00
1.2.1		**02**	2012			**Ações Mais Relevantes**											**5 000,00**	**5 000,00**						**5 000,00**
1.2.1	02/020214	0201	2012	A	2	Planos Municipais de Emergência para o Baixo Alentejo	Outra		100		CEDEC	01-01-2012	31-12-2017				5 000,00	5 000,00						5 000,00
1.2.2.						**Policia Municipal**											**5 000,00**		**5 000,00**					**5 000,00**
1.2.2.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**5 000,00**		**5 000,00**					**5 000,00**
1.2.2.		0202	2004	A	12	Apoio ao Funcionamento das Forças de Segurança	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				5 000,00		5 000,00					5 000,00
2						**FUNÇÕES SOCIAIS**											**7 352 900,00**	**5 883 910,00**	**1 468 990,00**	**860 000,00**	**290 000,00**	**130 000,00**	**50 000,00**	**8 682 900,00**
2.1.						**Educação**											**1 271 900,00**	**1 271 900,00**	**0,00**	**100 000,00**	**30 000,00**	**30 000,00**		**1 431 900,00**
2.1.1.						**Ensino não Superior**											**1 006 900,00**	**1 006 900,00**	**0,00**	**100 000,00**	**30 000,00**	**30 000,00**		**1 166 900,00**
2.1.1.		**02**	2008			**Ações Mais Relevantes**											**176 900,00**	**176 900,00**		**0,00**				**176 900,00**
2.1.1.		0201	2008	A	1	Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré-escolar	Outra		100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				**65 900,00**							**65 900,00**
2.1.1.	03/040301	0201	20088	A	1													4 600,00						
2.1.1	03/04050102	0201	2008	A	1													18 500,00						
2.1.1	03/040701	0201	2008	A	1													42 800,00						
2.1.1.		0202	2008	A	2	Apoio ao Funcionamento do 1ºCiclo do Ensino Básico	Outra		100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				**111 000,00**							111 000,00
2.1.1.	03/040301	0202	2008	A	2													15 400,00						
2.1.1.	03/04050102	0202	2008	A	2													23 600,00						
2.1.1.	03/040701	0202	2008	A	2													72 000,00						
2.1.1.		**01**	2010			**Plano de Atividades**											**830 000,00**	**830 000,00**		**100 000,00**	**30 000,00**	**30 000,00**		**990 000,00**
2.1.1.		0101	2010	I	1	Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares	Empreitada		15	85	DT	01-01-2010	31-12-2019	1			**830 000,00**			100 000,00	30 000,00	30 000,00		990 000,00
2.1.1.	03/07010305	0101	2010	I	1													800 000,00						

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
								AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020	Outros	
2.1.1.	03/070109	0101	2010	I	1													20 000,00						
2.1.1.	03/07011002	0101	2010	I	1													10 000,00						
2.1.2.						**Serviços Auxiliares de Ensino**											**265 000,00**	**265 000,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**		**265 000,00**
		02	2004			**Ações Mais Relevantes**											**250 000,00**	**250 000,00**						**250 000,00**
2.1.2.	03/020210	0201	2004	A	22	Transportes Escolares	Outra		100		DASEF	01-01-2004	31-12-2017				250 000,00	250 000,00						250 000,00
2.1.2.		**02**	2009			**Ações Mais Relevantes**											**15 000,00**	**15 000,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**		**15 000,00**
2.1.2.		0204	2009	A	5	Apoios Sócio Educativos	Outra		100		DASEF	01-01-2009	31-12-2019				**15 000,00**	15 000,00						15 000,00
2.1.2	03/020120	0204	2009	A	5													10 000,00						
2.1.2	03/040802	0204	2009	A	5													5 000,00						
2.2.						**Saúde**											**155 000,00**	**155 000,00**						**155 000,00**
2.2.1.						**Serviços Individuais de Saúde**											**155 000,00**	**155 000,00**						**155 000,00**
2.2.1.		**02**	**2016**			**Ações Mais Relevantes**											**155 000,00**	**155 000,00**						**155 000,00**
2.2.1.		0201	2016	A	4	Despesas de Saúde não Comparticipadas	Outra		100		DAM	01-01-2016	31-12-2017				**155 000,00**							155 000,00
2.2.1.	02/010301	0201	2016	A	4													95 000,00						
2.2.1.	02/010302	0201	2016	A	4													55 000,00						
2.2.1.	03/010302	0201	2016	A	4													5 000,00						
2.3.						**Segurança e Ação Sociais**											**188 000,00**	**103 000,00**	**85 000,00**					**188 000,00**
2.3.2.						**Ação Social**											**188 000,00**	**103 000,00**	**85 000,00**					**188 000,00**
2.3.2.		**02**	2009			**Ações Mais Relevantes**											**43 000,00**	**43 000,00**						**43 000,00**
2.3.2.		0204	2009	A	6	Ferreira Solidária	Outra		100		DASEF	01-01-2009	31-12-2017				**43 000,00**							43 000,00
2.3.2.	02/020115	0204	2009	A	6													1 500,00						
2.3.2.	02/020213	0204	2009	A	6													1 000,00						
2.3.2.	02/020220	0204	2009	A	6													500,00						
	02/040701	0204	2009	A	6													10 000,00						
2.3.2.	02/040802	0204	2009	A	6													30 000,00						
2.3.2,		**02**	2014			**Plano de Atividades**											**145 000,00**	**60 000,00**	**85 000,00**					**145 000,00**
2.3.2	02/07010413	0201	2014	I	3	Hortas Sociais	Empreitada		100		DT	01-01-2014	31-12-2017	0			145 000,00	60 000,00	85 000,00					145 000,00
2.4.						**Habitação e Serviços Coletivos**											**4 267 050,00**	**2 889 060,00**	**1 377 990,00**	**500 000,00**	**200 000,00**	**100 000,00**	**50 000,00**	**5 117 050,00**
2.4.1.						**Habitação**											**50 000,00**		**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**		**200 000,00**
2.4.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**50 000,00**		**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**		**200 000,00**
2.4.1.		0102	2004	I	17	Investimentos em Habitações Municipais	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2020	2			50 000,00		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00		200 000,00
2.4.2.						**Ordenamento do Território**											**1 727 150,00**	**1 541 150,00**	**186 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**			**1 927 150,00**
2.4.2.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**104 250,00**	**104 250,00**						**104 250,00**
2.4.2.	02/020214	0201	2004	A	37	Revisão/Alteração do Plano Director Municipal (PDM)	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	2			92 250,00	92 250,00						**92 250,00**
2.4.2.	02/020214	0202	2004	A	38	Planos Urbanísticos Previstos no PDM (Planos de Pormenor,Loteamentos,etc.)	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	2			12 000,00	12 000,00						**12 000,00**
2.4.2.		**01**	2008			**Plano de Atividades**											**5 000,00**		**5 000,00**					**5 000,00**
2.4.2.		0102	2008	I	5	Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado	Outra		100		DT	01-01-2008	31-12-2017	4			5 000,00		5 000,00					5 000,00
2.4.2.		**01**	2011			**Plano de Atividades**											**850 000,00**	**750 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**			**1 050 000,00**
2.4.2.		0104	2011	I	6	Loteamento Habitacional Bairro Singa-Fase 2	Empreitada		100		DT	01-01-2011	31-12-2019	0			100 000,00		100 000,00	100 000,00	100 000,00			300 000,00
2.4.2.	02/07010401	0105	2011	I	7	Requalificação Urbana da Frente Poente de Ferreira do Alentejo	Empreitada		15	85	DT/CEDEC	01-01-2011	31-12-2017	0			750 000,00	750 000,00						750 000,00
2.4.2.		**01**	2013			**Plano de Atividades**											**138 900,00**	**138 900,00**						**138 900,00**
2.4.2.		0101	2013	I	2	PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas	Empreitada		100		DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2017	4			**120 400,00**							120 400,00
2.4.2.	02/07010406	0101	2013	I	2													48 000,00						
2.4.2.	02/07010413	0101	2013	I	2													30 000,00						
2.4.2.	02/070360301	0101	2013	I	2													42 400,00						
2.4.2.		0102	2013	I	3	PROSAMAR-Programa Requalificação Urbana de Santa Margarida do Sado	Outra		15	85	DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2017	4			**18 500,00**							18 500,00
2.4.2	02/07011002	0102	2013	I	3													17 000,00						
2.4.2.	02/07030301	0102	2013	I	3													1 500,00						
2.4.2.		**01**	**2016**			**Plano de Atividades**											**629 000,00**	**548 000,00**	**81 000,00**					**629 000,00**
2.4.2		0101	2016	I	3	RUFA III – Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	Empreitada		15	85	DT	01-01-2016	31-12-2017	0			**236 000,00**		81 000,00					236 000,00
2.4.2.	02/07010307	0101	2016	I	3													140 000,00						
2.4.2.	02/07030301	0101	2016	I	3													15 000,00						
2.4.2	02/07030301	0102	2016	I	5	Requalificação urbanística da entrada Sul Ferreira do Alentejo	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**35 000,00**	35 000,00						35 000,00
2.4.2	02/07030301	0103	2016	I	7	Requalificação urbanística da entrada Norte Ferreira do Alentejo	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**332 000,00**	332 000,00						332 000,00
2.4.2	02/07030301	0104	2016	I	8	Requalificação urbanística da rotunda de Odivelas	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**26 000,00**	26 000,00						26 000,00
2.4.3						**Saneamento**											**1 334 400,00**	**192 410,00**	**1 141 990,00**	**300 000,00**				**1 634 400,00**
2.4.3.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**35 000,00**	**35 000,00**						**35 000,00**
2.4.3.		0102	2004	I	24	ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)	Empreitada		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			35 000,00							35 000,00
2.4.3.	02/07010403	0102	2004	I	24													25 000,00						
2.4.3.	02/07011002	0102	2004	I	24													10 000,00						
2.4.3.		**01**	2006			**Plano de Atividades**											**250 000,00**		**250 000,00**					**250 000,00**
2.4.3.		0101	2006	I	10	Redimensionamento da Rede de Aguas Pluviais de Fig.Cavaleiros	Empreitada		100		DT	01-01-2006	31-12-2017	0			250 000,00		250 000,00					250 000,00

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
								AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020	Outros	
2.4.3		02	2015			**Plano de Atividades**											**1 049 400,00**	**157 410,00**	**891 990,00**	**300 000,00**				**1 349 400,00**
2.4.3	02/07010403	0201	2015	I	2	Nova Etar de Ferreira do Alentejo	Empreitada		100		DT	02-01-2015	31-12-2018	1			1 049 400,00	157 410,00	891 990,00	300 000,00				1 349 400,00
2.4.4.						**Abastecimento de Água**											**190 000,00**	**190 000,00**						**190 000,00**
2.4.4.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**91 000,00**	**91 000,00**						**91 000,00**
2.4.4.		0101	2004	I	26	Sistema de Distribuição de Aguas	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017				**91 000,00**							**91 000,00**
2.4.4.	02/07011002	0101	2004	I	26													26 000,00						
2.4.4.	02/07030307	0101	2004	I	26													65 000,00						
2.4.4.		01	2016			**Plano de Atividades**											**99 000,00**	**99 000,00**						**99 000,00**
2.4.4.		0102	2016	I	2	Cadastro de Infraestruturas de Água e Saneamento	Outra		100		DT	01-01-2016	31-12-2017	0			99 000,00							**99 000,00**
2.4.4.	02/070108	0102	2016	I	2													30 000,00						
2.4.4.	02/070113	0102	2016	I	2													69 000,00						
2.4.5.						**Resíduos Sólidos**											**80 000,00**	**80 000,00**		**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**280 000,00**
2.4.5.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**30 000,00**	**30 000,00**		**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**230 000,00**
2.4.5.		0102	2004	I	30	Sistema Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2021				**80 000,00**			50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	**280 000,00**
2.4.5.	02/07010601	0102	2004	I	30													10 000,00						
2.4.5.	02/07011001	0102	2004	I	30													20 000,00						
2.4.5.	02/070205	0102	2004	I	30													50 000,00						
2.4.6						**Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**											**885 500,00**	**885 500,00**						**885 500,00**
2.4.6.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**6 000,00**	**6 000,00**						**6 000,00**
2.4.6.	02/07030312	0101	2004	I	31	Cemitérios	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			6 000,00	6 000,00						6 000,00
2.4.6.		**02**	2009			**Ações Mais Relevantes**											**800 000,00**	**800 000,00**						**800 000,00**
2.4.6.		0205	2009	A	7	Ferreira Sustentável	Outra		100		DT	01-01-2009	31-12-2017				**800 000,00**							**800 000,00**
2.4.6.	02/020202	0205	2009	A	7													400 000,00						
2.4.6.	02/020220	0205	2009	A	7													400 000,00						
2.4.6		**01**	2016	I	14	**Plano de Atividades**											**79 500,00**	**79 500,00**						**79 500,00**
2.4.6	02/07030312	0101	2016	I		Ampliação do cemitério de Odivelas	Empreitada		100		DT	30-06-2016	30-06-2017	0			79 500,00	79 500,00						79 500,00
2.5.						**Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**											**1 470 950,00**	**1 464 950,00**	**6 000,00**	**260 000,00**	**60 000,00**			**1 790 950,00**
2.5.1.						**Cultura**											**378 500,00**	**377 500,00**	**1 000,00**	**48 000,00**	**48 000,00**			**474 500,00**
2.5.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**30 000,00**	**30 000,00**						**30 000,00**
2.5.1.	02/07010302																							
		0104	2004	I	37	Rede de Centros Culturais e Recreativos (Alfundão,Fortes,Gasparões e Odivelas)	Empreitada		100		DT/DCD	01-01-2004	31-12-2017	4			30 000,00	30 000,00						30 000,00
2.5.1.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**208 500,00**	**208 500,00**		**20 000,00**	**20 000,00**			**248 500,00**
		0202	2004	A	51	Comemorações e Eventos Históricos	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2017				**67 000,00**							**67 000,00**
2.5.1.	02/020213	0202	2004	A	51													2 000,00						
2.5.1.	02/020220	0202	2004	A	51													65 000,00						
		0206	2004	A	53	Promoção de Espetáculos e Outras Atividades Culturais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019	0			**46 500,00**			20 000,00	20 000,00			86 500,00
2.5.1.	02/020213	0206	2004	A	53													6 500,00						
2.5.1.	02/020220	0206	2004	A	53													25 000,00						
2.5.1.	02/040701	0206	2004	A	53													15 000,00						
2.5.1.	02/040701	0207	2004	A	54	Apoio as Coletividades e Outras Iniciativas Culturais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2017				50 000,00	50 000,00						50 000,00
2.5.1.	02/020213	0208	2004	A	55	Geminações	Outra		100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2017				15 000,00	15 000,00						15 000,00
2.5.1.	02/020220	0211	2004	A	57	Publicações e Iniciativas Editoriais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				30 000,00	30 000,00						30 000,00
2.5.1.		**02**	2005			**Ações Mais Relevantes**											**28 000,00**	**28 000,00**		**28 000,00**	**28 000,00**			**84 000,00**
2.5.1.	02/020220	0201	2005	A	4	Museu	Outra		100		DCD	01-01-2005	31-12-2019				16 000,00	16 000,00		16 000,00	16 000,00			48 000,00
2.5.1.		0202	2005	A	7	Biblioteca	Outra		100		DCD	01-01-2005	31-12-2019				**12 000,00**			12 000,00	12 000,00			36 000,00
2.5.1.	02/020120	0202	2005	A	7													11 500,00						
2.5.1.	02/020220	0202	2005	A	7													500,00						
2.5.1.		**02**	2007			**Ações Mais Relevantes**											**2 000,00**	**1 000,00**	**1 000,00**					**2 000,00**
2.5.1.	02/020213	0201	2007	A	5	Fim de Semana Alternativo	Outra		100		DCD	02-01-2007	31-12-2017				1 000,00	1 000,00						1 000,00
2.5.1.		0204	2007	A	8	Pesquisa da Estação Arqueológica do Monte da Chaminé	Outra		100		DCD	02-01-2007	31-12-2017	4			1 000,00		1 000,00					1 000,00
2.5.1.		**01**	2014			**Ações Mais Relevantes**											**10 000,00**	**10 000,00**						**10 000,00**
2.5.1.	02/02220	0102	204	A	2	Ferreira Artes	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2017	0			10 000,00	10 000,00						10 000,00
2.5.1.		**01**	2016			**Plano de Atividades**											**100 000,00**	**100 000,00**						**100 000,00**
2.5.1.	02/07011002	0101	2017	I	1	Cinema Digital					DCD	02-01-2017	31-12-2020				50 000,00	50 000,00						50 000,00
2.5.1.		0201	2016	A	3	Musealização do Sitio Arqueológico do Monte da chaminé					DCD	02-01-2017	31-12-2020				**50 000,00**	50 000,00						50 000,00
2.5.2.						**Desporto, Recreio e Lazer**											**1 087 450,00**	**1 087 450,00**		**212 000,00**	**12 000,00**			**1 311 450,00**
2.5.2.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**36 000,00**	**36 000,00**						**36 000,00**
2.5.2.	02/07010406	0105	2004	I	45	Outras Infraestruturas Desportivas	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			36 000,00	36 000,00						36 000,00
2.5.2.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**11 950,00**	**11 950,00**		**12 000,00**	**12 000,00**			**35 950,00**
2.5.2.		0201	2004	A	58	Jogos Desportivos	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				**6 000,00**			6 000,00	6 000,00			**18 000,00**
2.5.2.	02/020115	0201	2004	A	58													4 000,00						
2.5.2.	02/040701	0201	2004	A	58													2 000,00						
2.5.2.		0203	2004	A	60	Promoção de Jogos,Torneios e Outras Atividades Desportivas	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				**5 950,00**			6 000,00	6 000,00			**17 950,00**
2.5.2.	02/020115	0203	2004	A	60													2 250,00						
2.5.2.	02/020213	0203	2004	A	60													1 500,00						

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
								AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020	Outros	
2.5.2.	02/040701	0203	2004	A	60													2 200,00						
2.5.2.		**02**	2009			**Ações Mais Relevantes**											**95 000,00**	**95 000,00**						**95 000,00**
2.5.2.	02/040701	0202	2009	A	2	Apoios às coletividades e Iniciativas Desportivas e Recreativas	Outra		100		DCD	01-01-2009	31-12-2017				95 000,00	95 000,00						**95 000,00**
2.5.2.		**02**	2014			**Plano de Atividades**											**67 500,00**	**67 500,00**						**67 500,00**
2.5.2.		0201	2014	I	5	Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	Outra		100		DCD	01-01-2014	31-12-2017	0			67 500,00							**67 500,00**
2.5.2.	02/07010406	0201	2014	I	5													40 000,00						
2.5.2.	02/01011002	0201	2014	I	5													27 500,00						
2.5.2.		**01**	2016	I	5	**Plano de Atividades**											**877 000,00**	**877 000,00**		**200 000,00**				**1 077 000,00**
2.5.2.		0101	2016	I	6	Conclusão do estádio Municipal	Empreitada		100		DT	02-01-2016	02-01-2018	1			759 000,00			200 000,00				**959 000,00**
2.5.2.	02/07010302	0101	2016	I	6													583 000,00						
2.5.2.	02/07011002	0101	2016	I	6													150 000,00						
2.5.2	02/070113	0101	2016	I	6													26 000,00						
2.5.2	02/07010406	0101	2016	I	9	Construção do parque sénior em Alfundão	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			62 000,00	62 000,00						**62 000,00**
2.5.2	02/07010406	0101	2016	I	13	Requalificação urbanística junto ao polidesportivo de Figueira dos Cavaleiros	Empreitada		100		DT	06-10-2010	06-10-2017	0			56 000,00	56 000,00						**56 000,00**
2.5.3.						**Outras Atividades Cívicas e Religiosas**											**5 000,00**		**5 000,00**					**5 000,00**
2.5.3.		**02**	2009			**Ações Mais Relevantes**											**5 000,00**		**5 000,00**					**5 000,00**
2.5.3.	02/080701	0206	2009	A	8	Participação na Construção da Igreja de Gasparões	Outra		100		DT	02-01-2009	31-12-2017				5 000,00		5 000,00					5 000,00
3						**Funções Económicas**											**3 107 000,00**	**1 942 000,00**	**1 165 000,00**	**155 000,00**	**425 000,00**	**100 000,00**	**300 000,00**	**4 087 000,00**
3.1.1.		0202	2004	A	68	Caminhos Rurais, Agrícolas e Vicinais	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017											
3.2.						**Indústria e Energia**											**1 760 000,00**	**760 000,00**	**1 000 000,00**					**1 760 000,00**
3.2.1.						**Parques Industriais**											**1 000 000,00**		**1 000 000,00**					**1 000 000,00**
3.2.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**500 000,00**		**500 000,00**					**500 000,00**
3.2.1.		0103	2004	I	51	Zona Agro Industrial do Penique	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	0			500 000,00		500 000,00					500 000,00
3.2.1.		**01**	2007			**Plano de Atividades**											**500 000,00**		**500 000,00**					**500 000,00**
3.2.1.		0101	2007	I	8	Alargamento do Parque das Empresas	Outra		100		DT/CEDEC	02-01-2007	31-12-2017	0			500 000,00		500 000,00					500 000,00
3.2.2.						**Energia**											**760 000,00**	**760 000,00**						**760 000,00**
3.2.2.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**100 000,00**	**100 000,00**						**100 000,00**
3.2.2.	02/07010404	0102	2004	I	53	Reforço e Modernização da Iluminação Publica	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			100 000,00	100 000,00						100 000,00
3.2.2.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**660 000,00**	**660 000,00**						**660 000,00**
3.2.2.		0201	2004	A	70	Consumo de Energia Elétrica	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				**660 000,00**							**660 000,00**
3.2.2.	02/020201	0201	2004	A	70													380 000,00						
3.2.2.	02/020225	0201	2004	A	70													280 000,00						
3.3.						**Transportes e Comunicações**											**766 000,00**	**616 000,00**	**150 000,00**					**766 000,00**
3.3.1.						**Transportes Rodoviários**											**766 000,00**	**616 000,00**	**150 000,00**					**766 000,00**
3.3.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**660 000,00**	**510 000,00**	**150 000,00**					**660 000,00**
3.3.1.	02/07030301	0101	2004	I	54	Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			500 000,00	500 000,00						500 000,00
3.3.1.		0104	2004	I	56	Estradas e Caminhos Municipais - Construção,Reabilitação e Conservação	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017				150 000,00		150 000,00					150 000,00
3.3.1.	02/07010409	0105	2004	I	57	Sinalização Viária e Estacionamento	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			10 000,00	10 000,00						10 000,00
3.3.1.		**01**	2016			**Plano de Atividades**											106 000,00	106 000,00						106 000,00
	02/07030301	0101	2016	I	10	Construção de arruamentos em Peroguarda	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			43 500,00	43 500,00						43 500,00
	02/07030301	0102	2016	I	11	Construção de arruamentos em Gasparões	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			36 500,00	36 500,00						36 500,00
	02/07030301	0103	2016	I	11	Construção de arruamentos em Aldeia do Rouquenho	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			26 000,00	26 000,00						26 000,00
3.4.						**Comércio e Turismo**											**476 000,00**	**461 000,00**	**15 000,00**	**100 000,00**	**400 000,00**	**100 000,00**	**300 000,00**	**1 376 000,00**
3.4.1.						**Mercados e Feiras**											**451 000,00**	**451 000,00**		**100 000,00**	**400 000,00**	**100 000,00**	**300 000,00**	**1 351 000,00**
3.4.1.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**333 000,00**	**333 000,00**			300000		**300 000,00**	**933 000,00**
3.4.1.		0203	2004	A	72	Feira Nacional da Agua e do Regadio	Outra		100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2021				**333 000,00**	333 000,00			300000		300 000,00	**933 000,00**
3.4.1.	02/020213	0203	2004	A	72													5 000,00						
3.4.1.	02/020217	0203	2004	A	72													3 000,00						
3.4.1.	02/020220	0203	2004	A	72													230 000,00						
3.4.1.	02/06020305	0203	2004	A	72													95 000,00						
3.4.1.		**02**	**2009**			**Ações Mais Relevantes**											**118 000,00**	**118 000,00**		**100 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**		**418 000,00**
3.4.1.		0205	2009	A	10	Feira de Ferreira e Mercado Mensal	Outra		100		DAM	01-01-2009	31-12-2019				**118 000,00**			100 000,00	100 000,00	100 000,00		**418 000,00**
3.4.1.	02/020218	0205	2009	A	10													18 000,00						
3.4.1.	02/020220	0205	2009	A	10													75 000,00						
3.4.1.	02/06020305	0205	2009	A	10													25 000,00						
3.4.2.						**Turismo**											**25 000,00**	**10 000,00**	**15 000,00**					**25 000,00**
3.4.2.		**02**	2014			**Plano de Atividades**											**25 000,00**	**10 000,00**	**15 000,00**					**25 000,00**
3.4.2.	02/07010409	0201	2014	I	4	Sinalização do Património Monumental do Concelho	Outra		100		DCD	01-01-2014	31-12-2017	0			25 000,00	10 000,00	15 000,00					25 000,00
3.5.						**Outras Funções Económicas**											**105 000,00**	**105 000,00**		**55 000,00**	**25 000,00**			**185 000,00**
3.5.1.						**Unidades Produtivas**											**30 000,00**	**30 000,00**		**30 000,00**				**60 000,00**
3.5.1.		**02**	2007			**Ações Mais Relevantes**											**30 000,00**	**30 000,00**		**30 000,00**				**60 000,00**
3.5.1.	02/05010101	0201	2007	A	11	Contrato Programa com a MOBITRAL	Outra		100		DAM	01-01-2007	31-12-2018				30 000,00	30 000,00		30 000,00				60 000,00
3.5.2.						**Incremento do Desenvolvimento Económico e Social**											**75 000,00**	**75 000,00**		**25 000,00**	**25 000,00**			**125 000,00**
3.5.2.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**10 000,00**	**10 000,00**		**10 000,00**	**10 000,00**			**30 000,00**

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
								AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020	Outros	
3.5.2.	02/020220	0205	2004	A	80	Participação em Certames	Outra		100		DCD/SIPE	01-01-2004	31-12-2019				10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00			30 000,00
3.5.2.		**02**	2007			**Ações Mais Relevantes**							31-12-2019				**15 000,00**	**15 000,00**		**15 000,00**	**15 000,00**			**45 000,00**
3.5.2.	02/020220	0202	2007	A	13	Promoção da Marca "FERREIRA DO ALENTEJO"	Outra		100		CEDEC	01-01-2007	31-12-2019				15 000,00	15 000,00		15 000,00	15 000,00			**45 000,00**
3.5.2.		**02**	2010			**Ações Mais Relevantes**											**1 500,00**	**1 500,00**						**1 500,00**
3.5.2.		0202	2010	A	2	Participação no Capital Social da AMGAP e Outras Empresas	Outra		100		DAM	02-01-2010	31-12-2017				**1 500,00**							1 500,00
3.5.2.	02/08010102	0202	2010	A	2													500,00						
3.5.2.	02/08050104	0202	2010	A	2													500,00						
3.5.2.	02/090802	0202	2010	A	2													500,00						
3.5.2.		**02**	2013			**Ações Mais Relevantes**											**18 500,00**	**18 500,00**						**18 500,00**
3.5.2.	02/040701	0201	2013	A	1	Ferreira Empreende	Outra		100		CEDEC	01-01-2013	31-12-2017				15 000,00	15 000,00						15 000,00
3.5.2.	02/020220	0202	2013	A	2	Promoção da Marca Ferreira do Alentejo-Capital do Azeite	Outra		100		CEDEC	01-01-2013	31-12-2017				3 500,00	3 500,00						3 500,00
3.5.2		**01**	2017	A	1	**Plano de Atividades**											**30 000,00**	**30 000,00**						**30 000,00**
3.5.2	02/07011003	0101	2017	I	3	Participação em certames					DCD	02-01-2017					30 000,00	30 000,00						30 000,00
4						**Outras Funções**											**968 915,00**	**968 915,00**		**943 084,00**	**943 084,00**	**71 084,00**	**71 081,75**	**2 997 248,75**
4.1.						**Operações da Dívida Autárquica**											**442 006,00**	**442 006,00**		**500 000,00**	**500 000,00**			**1 442 006,00**
4.1.1.						**Relações com Instituições Financeiras**											**442 006,00**	**442 006,00**		**500 000,00**	**500 000,00**			**1 442 006,00**
4.1.1.		**01**	**2004**			**Plano de Atividades**											**442 006,00**	**442 006,00**		**500 000,00**	**500 000,00**			**1 442 006,00**
4.1.1.		0101	2004	I	60	Amortização de Empréstimos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019	P			**442 006,00**			500 000,00	500 000,00			1 442 006,00
4.1.1.	02/10060301	0101	2004	I	60													360 000,00						
4.1.1.	02/10060303	0101	2004	I	60													53 686,00						
4.1.1.	02/100605	0101	2004	I	60													28 320,00						
4.2.						**Transferências entre Administrações**											**455 825,00**	**455 825,00**		**372 000,00**	**372 000,00**			**1 199 825,00**
4.2.1.						**Transferências para Administração Autárquica**											**455 825,00**	**455 825,00**		**372 000,00**	**372 000,00**			**1 199 825,00**
4.2.1.		**01**	2004			**Plano de Atividades**											**385 825,00**	**385 825,00**		**302 000,00**	**302 000,00**			**989 825,00**
4.2.1.	02/08050102	0101	2004	I	61	Transferências de Capital para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				240 000,00	240 000,00		240 000,00	240 000,00			720 000,00
4.2.1.	02/08050102	0102	2004	I	62	Outras Formas de Apoio as Freguesias nos Termos da Lei 5A /2002 de 11/01	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				134 000,00	134 000,00		50 000,00	50 000,00			234 000,00
4.2.1.	02/08050104	0107	2004	I	66	Transferência para Amortização de Empréstimo - CIMAL	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				11 825,00	11 825,00		12 000,00	12 000,00			35 825,00
4.2.1.		**02**	2004			**Ações Mais Relevantes**											**70 000,00**	**70 000,00**		**70 000,00**	**70 000,00**			**210 000,00**
4.2.1.	02/04050102	0201	2004	A	82	Transferências Correntes para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				70 000,00	70 000,00		70 000,00	70 000,00			**210 000,00**
4.3						**Diversas não Especificadas**											**71 084,00**	**71 084,00**		**71 084,00**	**71 084,00**	**71 084,00**	**71 081,75**	**355 417,75**
4.3.1						**Equip. não Autárquico de Rele. Interesse para o Concelho**											**71 084,00**	**71 084,00**		**71 084,00**	**71 084,00**	**71 084,00**	**71 081,75**	**355 417,75**
4.3.1		01	2015			**Plano de Actividades**											**71 084,00**	**71 084,00**		**71 084,00**	**71 084,00**	**71 084,00**	**71 081,75**	**355 417,75**
4.3.1	02/09080601	0101	2015	I	5	Realização do Capital Social do Fundo Social Municipal	Outra		100		DAM	01-01-2015	31-12-2021	0			71 084,00	71 084,00		71 084,00	71 084,00	71 084,00	71 081,75	
													Total				**13 850 615,00**	**11 039 625,00**	**2 810 990,00**	**2 777 084,00**	**2 227 084,00**	**492 084,00**	**421 081,75**	**19 767 948,75**

Fases de Execução
0 - Não Iniciada
1 - Com Projecto Técnico
2 - Adjudicada
4 - Execução Física Superior a 50%
9 - Concluída

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2017 - 2020

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

Plano Plurianual de Investimentos 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Cód. da Classifica ção Económica	Códi/Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas		Ex	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros	
							AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
1.					**Funções Gerais**											**2.185.200,00**	**2.014.200,00**	**171.000,00**	**641.000,00**	**391.000,00**	**191.000,00**		**3.408.200,00**
1.1.					**Serviços Gerais de**											**2.179.200,00**	**2.009.200,00**	**170.000,00**	**640.000,00**	**390.000,00**	**190.000,00**		**3.399.200,00**
					Administração Pública																		
1.1.1.					**Administração Geral**											**2.179.200,00**	**2.009.200,00**	**170.000,00**	**640.000,00**	**390.000,00**	**190.000,00**		**3.399.200,00**
1.1.1.		**01**	**2004**		**Plano de Atividades**											**526.200,00**	**526.200,00**		**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**		**826.200,00**
1.1.1.	02/0701301	0102	2004	2	Imóveis Municipais	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2020	0			**264.000,00**	264.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		**309.000,00**
1.1.1.		0104	2004	4	Maquinaria e Equipamento	Outra		100		DT/DAM	01-01-2004	31-12-2020	0			**212.200,00**			85.000,00	85.000,00	85.000,00		467.200,00
1.1.1.	02/070107	0104	2004	4													85.000,00						
1.1.1.	02/070108	0104	2004	4													50.000,00						
1.1.1.	02/070109	0104	2004	4													10.000,00						
1.1.1.	02/07011002	0104	2004	4													60.000,00						
1.1.1.	02/070111	0104	2004	4													7.000,00						
1.1.1.	02/07112	0104	2004	4													200,00						
1.1.1.	02/070101	0106	2004	6	Aquisição de Terrenos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2017	0			**50.000,00**	50.000,00						**50.000,00**
1.1.1.		**01**	2007		**Plano de Atividades**											**220.000,00**	**220.000,00**		**90.000,00**	**90.000,00**	**90.000,00**		**490.000,00**
1.1.1.		0101	2007	3	Material de Transporte	Outra		100		DT	01-01-2007	31-12-2020				220.000,00			90.000,00	90.000,00	90.000,00		490.000,00
1.1.1.	02/07010602	0101	2007	3													130.000,00						
1.1.1.	02/070205	0101	2007	3													90.000,00						
1.1.1.		**02**	**2014**		**Plano de Atividades**											**5.000,00**	**5.000,00**						**5.000,00**
1.1.1.	02/070113	0201	2014	1	Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho	Empreitada		100		DT	01-01-2014	31-12-2017	4			5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.1.1.		**02**	**2015**		**Plano de Atividades**											**860.000,00**	**690.000,00**	**170.000,00**	**350.000,00**	**100.000,00**			**1.310.000,00**
1.1.1	02/07010303	0201	2015	1	Reabilitação do Mercado Municipal e Arranjos na Zona envolvente	Empreitada		15	85	DT	02-01-2015	31-12-2019	0			**650.000,00**	650.000,00		200.000,00				850.000,00
1.1.1	02/07011002	0203	2015	3	Eficiência Energética em Edifícios Municipais	Outra		100		DT	02-01-2015	31-12-2019	0			**210.000,00**	40.000,00	170.000,00	150.000,00	100.000,00			460.000,00
1.1.1.		**01**	**2016**		**Plano de Atividades**											**568.000,00**	**568.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**100.000,00**			**768.000,00**
1.1.1.		0101	2016	1	E.Ferreir@ 2 – Programa de Modernização Administrativa	Outra		15	85	DAM/CEDEC	02-01-2016	31-12-2019	0			**568.000,00**	568.000,00		100.000,00	100.000,00			768.000,00
1.1.1.	02/070107	0101	2016	1													10.000,00						
1.1.1.	02/070108	0101	2016	1													500.000,00						
1.1.1	02/70109	0101	2016	1													58.000,00						
1.2.					**Segurança e Ordem Publicas**											**6.000,00**	**5.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**		**9.000,00**
1.2.1.					**Protecção Civil e Luta Contra Incêndios**											**6.000,00**	**5.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**		**9.000,00**
1.2.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**6.000,00**	**5.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**		**9.000,00**
1.2.1.		0101	2004	10	Serviço Municipal de Proteção Civil – Equipamento	Outra		100		Presidente	01-01-2004	31-12-2020	0			**6.000,00**	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		9.000,00
2.					**Funções Sociais**											**5.535.100,00**	**4.072.110,00**	**1.462.990,00**	**800.000,00**	**230.000,00**	**130.000,00**	**50.000,00**	**6.745.100,00**
2.1.					**Educação**											**830.000,00**	**830.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**30.000,00**	**30.000,00**		**990.000,00**
2.1.1.					**Ensino não Superior**											**830.000,00**	**830.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**30.000,00**	**30.000,00**		**990.000,00**
2.1.1.		**01**	2010		**Plano de Atividades**											**830.000,00**	**830.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**30.000,00**	**30.000,00**		990.000,00
2.1.1.		0101	2010	1	Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares	Empreitada		15	85	DT	01-01-2010	31-12-2019	1			**830.000,00**			100.000,00	30.000,00	30.000,00		990.000,00
2.1.1	03/07010305	0101	2010	1													800.000,00						
2.1.1	03/070109	0101	2010	1													20.000,00						
2.1.1	03/07011002	0101	2010	1													10.000,00						
2.3.					**Segurança e Ação Sociais**											**145.000,00**	**60.000,00**	**85.000,00**					**145.000,00**
2.3.2					**Ação Social**											**145.000,00**	**60.000,00**	**85.000,00**					**145.000,00**
2.3.2.		**02**	2014		**Plano de Atividades**											**145.000,00**	**60.000,00**	**85.000,00**					**145.000,00**
2.3.2.	02/07010413	0201	2014	3	Hortas Sociais	Outra		100		DT	01-01-2014	12-31-2017	0			**145.000,00**	60.000,00	85.000,00					145.000,00
2.4.					**Habitação e Serviços Coletivos**											**3.362.800,00**	**1.984.810,00**	**1.377.990,00**	**500.000,00**	**200.000,00**	**100.000,00**	**50.000,00**	**4.212.800,00**
2.4.1.					**Habitação**											**50.000,00**		**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**		**200.000,00**
2.4.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**50.000,00**		**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**		**200.000,00**
2.4.1.		0102	2004	17	Investimentos em Habitações Municipais	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2020	0			**50.000,00**		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		200.000,00
2.4.2.					**Ordenamento do Território**											**1.622.900,00**	**1.436.900,00**	**186.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**			**1.822.900,00**
2.4.2.		**01**	2008		**Plano de Atividades**											**5.000,00**		**5.000,00**					**5.000,00**
2.4.2		0102	2008	5	Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado	Outra		100		DT	01-01-2008	31-12-2017	4			**5.000,00**		5.000,00					5.000,00
2.4.2.		**01**	2011		**Plano de Atividades**											**850.000,00**	**750.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**			**1.050.000,00**
2.4.2.		0104	2011	6	Loteamento Habitacional Bairro Singa - Fase 2	Empreitada		100		DT	01-01-2011	31-12-2019	0			**100.000,00**		100.000,00	100.000,00	100.000,00			300.000,00
2.4.2	02/07010401	0105	2011	7	Requalificação Urbana da Frente Poente em Ferreira do Alentejo	Empreitada		15	85	DT/CEDEC	01-01-2011	31-12-2017	0			**750.000,00**	750.000,00						750.000,00
2.4.2.		**01**	2013		**Plano de Atividades**											**138.900,00**	**138.900,00**						**138.900,00**
2.4.2.		0101	2013	2	PRODIVE -Programa de Requalificação Urbana de Odivelas	Empreitada		100		DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2017	4			120.400,00							120.400,00
2.4.2	02/07010406	0101	2013	2													48.000,00						
2.4.2	02/07010413	0101	2013	2													30.000,00						
2.4.2	02/07030301	0101	2013	2													42.400,00						
2.4.2		0102	2013	3	PROSAMAR -Programa Requalificação de Santa Margarida do Sado	Outra		15	85	DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2017	4			18.500,00							18.500,00
2.4.2	02/07011002	0102	2013	3													17.000,00						
2.4.2	02/07030301	0102	2013	3													1.500,00						
2.4.2.		**01**	2016		**Plano de Atividades**											**629.000,00**	**548.000,00**	**81.000,00**					**629.000,00**
2.4.2		0101	2016	3	RUFA III – Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	Empreitada		15	85	DT/CEDEC	01-01-2016	12-31-2017	0			236.000,00		81.000,00					236.000,00
2.4.2	02/07030307	0103	2013	4													140.000,00						
2.4.2	02/07030301	0103	2013	4													15.000,00						
2.4.2	02/07030301	0102	2016	5	Requalificação urbanística entrada sul Ferreira do Alentejo	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**35.000,00**	35.000,00						35.000,00
2.4.2	02/07030301	0103	2016	7	Requalificação urbanística entrada Norte Ferreira do Alentejo	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**332.000,00**	332.000,00						332.000,00
2.4.2	02/07030301	0104	2016	8	Requalificação urbanística da rotunda de Odivelas	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**26.000,00**	26.000,00						26.000,00
2.4.3.					**Saneamento**											**1.334.400,00**	**192.410,00**	**1.141.990,00**	**300.000,00**				**1.634.400,00**
2.4.3.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**35.000,00**	**35.000,00**						**35.000,00**
2.4.3.		0102	2004	24	Etar's (Remodelação das Etar's do Concelho)	Empreitada		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			**35.000,00**							35.000,00
2.4.3.	02/07010403	0102	2004	24													25.000,00						

Plano Plurianual de Investimentos 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Cód. da Classifica ção Económica	Códi/Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas		Ex	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros	
							AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
2.4.3	02/07011002	0102	2004	24													10.000,00						
2.4.3.		**01**	2006		**Plano de Atividades**											**250.000,00**		**250.000,00**					**250.000,00**
2.4.3.		0101	2006	10	Redimensionamento da Rede de Águas Pluviais de Figueira de Cavaleiros	Empreitada		100		DT	01-01-2006	31-12-2017	0			**250.000,00**		250.000,00					250.000,00
2.4.3		02	2015		**Plano de Atividades**											**1.049.400,00**	**157.410,00**	**891.990,00**	300.000,00				**1.349.400,00**
2.4.3		0201	2015	2	Nova Etar de Ferreira do Alentejo	Empreitada		15	85	DT	01-01-2015	31-12-2018	1			**1.049.400,00**		**891.990,00**	300.000,00				1.349.400,00
2.4.3	02/07010403	0201	2015	2													157.410,00						
2.4.4.					**Abastecimento de Água**											**190.000,00**	**190.000,00**	**0,00**					**190.000,00**
2.4.4.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**91.000,00**	**91.000,00**						**91.000,00**
2.4.4.		0101	2004	26	Sistema de Distribuição de Águas	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	0			91.000,00							91.000,00
2.4.4.	02/07011002	0101	2004	26													26.000,00						
2.4.4.	02/07030307	0101	2004	26													65.000,00						
2.4.4.		01	2016		**Plano de Atividades**											**99.000,00**	**99.000,00**	**0,00**					**99.000,00**
2.4.4.		0102	2016	2	Cadastro de Infraestruturas de Água e Saneamento	Outra		100		DT	02-01-2016	31-12-2017	0			**99.000,00**							99.000,00
2.4.4.	02/070108	0102	2016	2													30.000,00						
2.4.4.	02/070113	0102	2016	2													69.000,00						
2.4.5.					**Resíduos Sólidos**											**80.000,00**	**80.000,00**		**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**280.000,00**
2.4.5.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**80.000,00**	**80.000,00**		**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**280.000,00**
2.4.5.		0102	2004	30	Sistema Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2021				80.000,00	80.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	**280.000,00**
2.4.5.	02/07010601	0102	2004	30													10.000,00						
2.4.5.	02/07011001	0102	2004	30													20.000,00						
2.3.5	02/070205	0102	2004	30													50.000,00						
2.4.6.					**Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**											**85.500,00**	**85.500,00**						**85.500,00**
2.4.6.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**6.000,00**	**6.000,00**						**6.000,00**
2.4.6	02/07030312	0101	2004	31	Cemitérios	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			**6.000,00**	6.000,00						**6.000,00**
2.4.6		**01**	2016		**Plano de Atividades**											**79.500,00**	79.500,00						**79.500,00**
2.4.6	02/07030312	0101	2016	14	Ampliação do cemitério de Odivelas	Empreitada		100		DT	30-06-2016	30-06-2017	0			79.500,00	79.500,00						**79.500,00**
2.5.					**Serviços Culturais Recreativos e Religiosos**											**1.197.300,00**	**1.197.300,00**		**200.000,00**				**1.397.300,00**
2.5.1.					**Cultura**											**216.800,00**	**216.800,00**						**130.000,00**
2.5.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**30.000,00**	**30.000,00**						**30.000,00**
2.5.1	02/07010302	0104	2004	37	Rede de Centros Culturais e Recreativos - Alfundão, Fortes, Gasparões e Odivelas	Empreitada		100		DT/CEDEC	01-01-2004	31-12-2017	4			30.000,00	30.000,00						**30.000,00**
2.5.1		**01**	2017		**Plano de Atividades**											**100.000,00**	**186.800,00**						**100.000,00**
2.5.1	02/07011002	0101	2017	1	Cinema Digital					DCD	02-01-2017	31-12-2017				50.000,00	50.000,00						**50.000,00**
2.5.1	02/07011002	0101	2017	2	Musealização do Sítio Arqueológico do Monte da Chaminé					DCD	02-01-2017	31-12-2017				50.000,00	50.000,00						**50.000,00**
2.5.1		0103	2017	5	Bens Artísticos e Culturais			100		DCD	02-01-2017	31-12-2018				86.800,00	86.800,00						**86.800,00**
2.5.1	02/070112	0103	2017	5													43.400,00						
2.5.1	02/070113	0103	2017	5													43.400,00						
2.5.2.					**Desporto, Recreio e Lazer**											**980.500,00**	**980.500,00**		**200.000,00**				**1.180.500,00**
2.5.2		**02**	2004		**Plano de Atividades**											**36.000,00**	**36.000,00**						**36.000,00**
2.5.2	02/07010406	0201	2004	45	Outras Infraestruturas Desportivas	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			**36.000,00**	36.000,00						**36.000,00**
2.5.2		**02**	2014		**Plano de Atividades**											**67.500,00**	**67.500,00**						**67.500,00**
2.5.2		0201	2014	5	Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	Empreitada		100		DT	01-01-2014	31-12-2017	0			**67.500,00**							67.500,00
2.5.2	02/07010406	0201	2014	5													40.000,00						
2.5.2	02/07011002	0201	2014	5													27.500,00						
2.5.2		**01**	2016		**Plano de Atividades**											**877.000,00**	**877.000,00**		200.000,00				**1.077.000,00**
2.5.2		0101	2016	6	Conclusão do estádio Municipal	Empreitada		100		DT	02-01-2016	02-01-2018	1			**759.000,00**			200.000,00				**959.000,00**
2.5.2	02/07010302	0101	2016	6													583.000,00						
2.5.2	02/07011002	0101	2016	6													150.000,00						
2.5.2	02/070113	0101	2016	6													26.000,00						
2.5.2	02/07010406	0102	2016	9	Construção do parque sénior de Alfundão	Empreitada		100		DT	02-01-2016	31-12-217	0			**62.000,00**	62.000,00						**62.000,00**
2.5.2	02/07010406	0103	2016	13	Requalificação urbanística junto ao Polidesportivo de Figueira dos Cavaleiro	Empreitada		100		DT	06-10-2010	06-10-2017	0			**56.000,00**	56.000,00						**56.000,00**
3.					**Funções Económicas**											**1.921.000,00**	**756.000,00**	**1.165.000,00**					**1.921.000,00**
3.2.					**Indústria e Energia**											**1.100.000,00**	**100.000,00**	**1.000.000,00**					**1.100.000,00**
3.2.1.					**Parques Industriais**											**1.000.000,00**		**1.000.000,00**					**1.000.000,00**
3.2.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**500.000,00**		**500.000,00**					**500.000,00**
3.2.1.		0103	2004	51	Zona Agro Industrial do Penique	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	0			**500.000,00**		500.000,00					**500.000,00**
3.2.1		**01**	2007		**Plano de Atividades**											**500.000,00**		**500.000,00**					**500.000,00**
3.2.1.		0101	2007	8	Alargamento do Parque de Empresas	Outra		100		DT/CEDEC	01-01-2007	31-12-2017	0			500.000,00		500.000,00					500.000,00
3.2.2.					**Energia**											**100.000,00**	**100.000,00**						**100.000,00**
3.2.2.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**100.000,00**	**100.000,00**						**100.000,00**
3.2.2.	02/07010404	0102	2004	53	Reforço e Modernização da Iluminação Publica	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			100.000,00	100.000,00						100.000,00
3.3.					**Transportes e Comunicações**											**766.000,00**	**616.000,00**	**150.000,00**					**766.000,00**
3.3.1.					**Transportes Rodoviários**											**766.000,00**	**616.000,00**	**150.000,00**					**766.000,00**
3.3.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**660.000,00**	**510.000,00**	**150.000,00**					**660.000,00**
3.3.1.	00/07030301	0101	2004	54	Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			500.000,00	500.000,00						500.000,00
3.3.1.		0104	2004	56	Estradas e Caminhos Municipais - Construção, Reabilitação e Conservação	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017				150.000,00		150.000,00					150.000,00
3.3.1.	02/07010409	0105	2004	57	Sinalização Viária e Estacionamento	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2017	4			10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.3.1.		01	2016		**Plano de Atividades**											**106.000,00**	**106.000,00**						106.000,00
3.3.1.	02/07030301	0101	2016	10	Construção de arruamentos em Peroguarda	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			43.500,00	43.500,00						43.500,00
3.3.1.	02/07030301	0102	2016	11	Construção de arruamentos em Gasparões	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			36.500,00	36.500,00						36.500,00
3.3.1.	02/07030301	0103	2016	12	Construção de arruamentos em Aldeia do Rouquenho	Empreitada		100		DT	29-06-2016	31-12-2017	0			26.000,00	26.000,00						26.000,00
3.4					**Comércio e Turismo**											**25.000,00**	**10.000,00**	**15.000,00**					**25.000,00**

Plano Plurianual de Investimentos 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Cód. da Classifica ção Económica	Códi/Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas		Ex	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros	
							AC	AA	FC		Inicio	Fim		Pagam. Até 1-Out-2016	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
3.4.2					**Turismo**											**25.000,00**	**10.000,00**	**15.000,00**					**25.000,00**
3.4.2		02	2014		**Plano de Atividades**											**25.000,00**	**10.000,00**	**15.000,00**					**25.000,00**
3.4.2	02/07010409	0201	2014	4	Sinalização do Património Monumental do Concelho	Outra		100		DCD	01-01-2014	31-12-2017	0			**25.000,00**	10.000,00	15.000,00					25.000,00
3.5					**Outras Funções económicas**											**30.000,00**	**30.000,00**						30.000,00
3.5.2					**Incremento do desenvolvimento económico e social.**											**30.000,00**	30.000,00						30.000,00
3.5.2		01	2017		**Plano de atividades**											**30.000,00**	30.000,00						**30.000,00**
3.5.2	02/07011002	0101	2017	3	Participação em certames					DCD	02-01-2017					30.000,00	30.000,00						30.000,00
4.					**Outras Funções**											**898.915,00**	**898.915,00**		**873.084,00**	**873.084,00**	**71.084,00**	**71.081,75**	**2.787.248,75**
4.1.					**Operações da Dívida Autárquica**											**442.006,00**	**442.006,00**		**500.000,00**	**500.000,00**			**1.442.006,00**
4.1.1.					**Relações com Instituições Financeiras**											**442.006,00**	**442.006,00**		**500.000,00**	**500.000,00**			**1.442.006,00**
4.1.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**442.006,00**	**442.006,00**		**500.000,00**	**500.000,00**			**1.442.006,00**
4.1.1.		0101	2004	60	Amortizações de Empréstimos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019	P			**442.006,00**			500.000,00	500.000,00			1.442.006,00
4.1.1.	02/10060301	0101	2004	60													360.000,00						
4.1.1	02/10060303	0101	2004	60													53.686,00						
4.1.1	02/100605	0101	2004	60													28.320,00						
4.2.					**Transferências entre Administrações**											**385.825,00**	**385.825,00**		**302.000,00**	**302.000,00**			**989.825,00**
4.2.1.					**Transferências para Administração Autárquica**											**385.825,00**	**385.825,00**		**302.000,00**	**302.000,00**			**989.825,00**
4.2.1.		**01**	2004		**Plano de Atividades**											**385.825,00**	**385.825,00**		**302.000,00**	**302.000,00**			**989.825,00**
4.2.1.	02/08050102	0101	2004	61	Transferências de Capital para as freguesias nos termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				**240.000,00**	240.000,00		240.000,00	240.000,00			720.000,00
4.2.1.	02/08050102	0102	2004	62	Outras Formas de Apoio às Freguesias nos Termos da Lei 5A/2002 de 11/01	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				**134.000,00**	134.000,00		50.000,00	50.000,00			234.000,00
4.2.1.	02/08050104	0107	2004	66	Transferência para Amortização de Empréstimo - CIMAL	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				**11.825,00**	11.825,00		12.000,00	12.000,00			35.825,00
4.3					**Diversas não Especificadas**											**71.084,00**	**71.084,00**		**71.084,00**	**71.084,00**	**71.084,00**	**71.081,75**	**355.417,75**
4.3.1					**Equip.não Autarquico de Relevante Interesse para o Concelho**											**71.084,00**	**71.084,00**		**71.084,00**	**71.084,00**	**71.084,00**	**71.081,75**	**355.417,75**
4.3.1		01	2015		**Plano de Atividades**											**71.084,00**	**71.084,00**		**71.084,00**	**71.084,00**	**71.084,00**	**71.081,75**	**355.417,75**
4.3.1	02/09080601	01	2015	5	Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	Outra		100		DAM	01-01-2015	31-12-2021	0			71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	71.081,75	355.417,75
Total Geral																**10.540.215,00**	**7.741.225,00**	**2.798.990,00**	**2.314.084,00**	**1.494.084,00**	**392.084,00**	**121.081,75**	**14.861.548,75**

Fases de Execução
0 - Não Iniciada
1 - Com Projecto Técnico
2 - Adjudicada
4 - Execução Física Superior a 50%
9 - Concluída

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

2017 - 2020

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

Plano de Atividades Municipal 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
							AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
1.					**FUNÇÕES GERAIS**											**236.600,00**	**230.600,00**	**6.000,00**	**178.000,00**	**178.000,00**			**592.600,00**
1.1.					**Serviços Gerais de Administração Pública**											**95.600,00**	**95.600,00**		**103.000,00**	**103.000,00**			**301.600,00**
1.1.1.					**Administração Geral**											**95.600,00**	**95.600,00**		**103.000,00**	**103.000,00**			**301.600,00**
		02	**2004**		**Ações Mais Relevantes**											**95.600,00**	**95.600,00**		**103.000,00**	**103.000,00**			**301.600,00**
1.1.1		0202	2004	2	Saúde,Higiene e Segurança no Trabalho do Pessoal ao Serviço da Autarquia	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-19				25.000,00			28.000,00	28.000,00			81.000,00
1.1.1.	02/020107	0202	2004	2													10.000,00						
1.1.1.	02/020222	0202	2004	2													15.000,00						
1.1.1.		0203	2004	3	Seguros do Pessoal e do Património	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-19				70.600,00			75.000,00	75.000,00			220.600,00
1.1.1.	01/01030901	0203	2004	3													600,00						
1.1.1.	02/01030901	0203	2004	3													25.000,00						
1.1.1.	02/020212	0203	2004	3													45.000,00						
1.2.					**Segurança e Ordem Públicas**											**141.000,00**	**135.000,00**	**6.000,00**	**75.000,00**	**75.000,00**			**291.000,00**
1.2.1.					**Proteção Civil e Luta Contra Incêndios**											**136.000,00**	**135.000,00**	**1.000,00**	**75.000,00**	**75.000,00**			**286.000,00**
1.2.1		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**131.000,00**	**130.000,00**	**1.000,00**	**75.000,00**	**75.000,00**			**281.000,00**
1.2.1.		0201	2004	7	Serviço Municipal de Proteção Civil	Outra		100		Presidente	1-1-04	31-12-17				1.000,00		1.000,00					1.000,00
1.2.1.	02/040701	0202	2004	8	Apoio aos Bombeiros para Funcionamento e Aquisição de Equipamento	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-19				120.000,00	120.000,00		70.000,00	70.000,00			260.000,00
1.2.1.	02/020212	0204	2004	10	Seguro de Acidentes Pessoais a Favor do Corpo Ativo Bombeiros	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-19				10.000,00	10.000,00		5.000,00	5.000,00			20.000,00
1.2.1.		**02**	2012		**Ações Mais Relevantes**											**5.000,00**	**5.000,00**						**5.000,00**
1,2,1	02/020214	**0201**	2012	2	Plano Municipais de Emergência para o Baixo Alentejo	Outra		15	85	CEDEC	1-1-12	31-12-17				5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.2.2.					**Polícia Municipal**											**5.000,00**		**5.000,00**					**5.000,00**
1.2.2.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**5.000,00**		**5.000,00**					**5.000,00**
1.2.2.		0202	2004	12	Apoio ao Funcionamento das Forças de Segurança	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-17				5.000,00		5.000,00					5.000,00
2					**Funções Sociais**											**1.904.600,00**	**1.898.600,00**	**6.000,00**	**60.000,00**	**60.000,00**			**2.024.600,00**
2.1.					**Educação**											**441.900,00**	**441.900,00**						**441.900,00**
2.1.1.					**Ensino não Superior**											**176.900,00**	**176.900,00**						**176.900,00**
2.1.1.		**02**	2008		**Ações Mais Relevantes**											**176.900,00**	**176.900,00**						**176.900,00**
2.1.1.		0201	2008	1	Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré Escolar	Outra		100		DASEF	1-1-08	31-12-17				65.900,00							65.900,00
2.1.1.	03/040301	0201	2008	1													4.600,00						
2.1.1.	03/04050102	0201	2008	1													18.500,00						
2.1.1.	03/040701	0201	2008	1													42.800,00						
2.1.1.		0202	2008	2	Apoio ao Funcionamento do 1ºCiclo do Ensino Básico	Outra		100		DASEF	1-1-08	31-12-17				111.000,00							111.000,00
2.1.1.	03/040301	0202	2008	2													15.400,00						
2.1.1.	03/04050102	0202	2008	2													23.600,00						
2.1.1.	03/040701	0202	2008	2													72.000,00						
2.1.2.					**Serviços Auxiliares de Ensino**											**265.000,00**	**265.000,00**						**265.000,00**
2.1.2.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**250.000,00**	**250.000,00**						**250.000,00**

Plano de Atividades Municipal 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
							AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
2.1.2.	03/020210	0201	2004	22	Transportes Escolares	Outra		100		DASEF	1-1-04	31-12-17				250.000,00	250.000,00						250.000,00
2.1.2.		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**15.000,00**	**15.000,00**						**15.000,00**
2.1.2.		0204	2009	5	Apoios Sócio Educativos	Outra		100		DASEF	1-1-09	31-12-19				15.000,00	15.000,00						15.000,00
2.1.2	03/020120	0201	2009	5												10.000,00	10.000,00						
2.1.2	03/040802	0204	2009	5												5.000,00	5.000,00						
2.2.					**Saúde**											**155.000,00**	**155.000,00**						**155.000,00**
2.2.1.					**Serviços Individuais de Saúde**											**155.000,00**	**155.000,00**						**155.000,00**
2.2.1.		**02**	**2004**		**Ações Mais Relevantes**											**155.000,00**	**155.000,00**						**155.000,00**
2.2.1.		0201	2004	26	Despesas de Saúde não Comparticipadas	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-17				155.000,00							155.000,00
2.2.1.	02/010301	0201	2004	26													95.000,00						
2.2.1.	02/010302	0201	2004	26													55.000,00						
2.2.1.	03/010302	0201	2004	26													5.000,00						
2.3.					**Segurança e Ação Sociais**											**43.000,00**	**43.000,00**						**43.000,00**
2.3.2.					**Ação Social**											**43.000,00**	**43.000,00**						**43.000,00**
2.3.2.		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**43.000,00**	**43.000,00**						**43.000,00**
2.3.2.		0204	2009	6	Ferreira Solidária	Outra		100		DASEF	1-1-09	31-12-16				43.000,00							43.000,00
2.3.2.	02/020115	0204	2009	6													1.500,00						
2.3.2.	02/020213	0204	2009	6													1.000,00						
2.3.2.	02/020220	0204	2009	6													500,00						
2.3.2.	02/040701	0204	2009	6													10.000,00						
2.3.2.	02/040802	0204	2009	6													30.000,00						
2.4.					**Habitação e Serviços Coletivos**											**904.250,00**	**904.250,00**						**904.250,00**
2.4.2.					**Ordenamento do Território**											**104.250,00**	**104.250,00**						**104.250,00**
2.4.2.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**104.500,00**	**104.250,00**						**104.250,00**
2.4.2.	02/020214	0201	2004	37	Revisão/Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM)	Outra		100		DT	1-1-04	31-12-17	2			92.500,00	92.250,00						92.500,00
2.4.2.	02/020214	0202	2004	38	Planos Urbanísticos Previstos no PDM (Planos de Pormenor,Loteamentos,etc.)	Outra		100		DT	1-1-04	31-12-17	2			12.000,00	12.000,00						12.000,00
2.4.6.					**Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**											**800.000,00**	**800.000,00**						**800.000,00**
2.4.6.		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**800.000,00**	**800.000,00**						**800.000,00**
2.4.6.		0205	2009	7	Ferreira Sustentável	Outra		100		DT	1-1-09	31-12-17				800.000,00							800.000,00
2.4.6.	02/020202	0205	2009	7													400.000,00						
2.4.6.	02/020220	0205	2009	7													400.000,00						
2.5.					**Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**											**360.450,00**	**354.450,00**	**6.000,00**	**60.000,00**	**60.000,00**			**480.450,00**
2.5.1.					**Cultura**											**248.500,00**	**247.500,00**	**1.000,00**	**48.000,00**	**48.000,00**			**344.500,00**
2.5.1.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**208.500,00**	**208.500,00**		**20.000,00**	**20.000,00**			**248.500,00**
2.5.1.		0202	2004	51	Comemorações e Eventos Históricos	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-17				67.000,00							67.000,00
2.5.1.	02/020213	0202	2004	51													2.000,00						

Plano de Atividades Municipal 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
							AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
2.5.1.	02/020220	0202	2004	51													65.000,00						
2.5.1.		0206	2004	53	Promoção de Espetáculos e Outras Atividades Culturais	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-19				**46.500,00**			20.000,00	20.000,00			86.500,00
2.5.1.	02/020213	0206	2004	53													6.500,00						
2.5.1.	02/020220	0206	2004	53													25.000,00						
2.5.1	02/040701	0206	2004	53													15.000,00						
2.5.1.	02/040701	0207	2004	54	Apoio as Coletividades e Outras Iniciativas Culturais	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-17				50.000,00	50.000,00						50.000,00
2.5.1.		0208	2004	55	Geminações	Outra		100		CEDEC	1-1-04	31-12-17				15.000,00	15.000,00						15.000,00
2.5.1.	02/020220	0211	2004	57	Publicações e Iniciativas Editoriais	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-19				30.000,00	30.000,00						30.000,00
2.5.1.		**02**	2005		**Ações Mais Relevantes**											**28.000,00**	**28.000,00**		**28.000,00**	**28.000,00**			**84.000,00**
2.5.1.	02/020220	0201	2005	4	Museu	Outra		100		DCD	1-1-05	31-12-17				16.000,00	16.000,00		16.000,00	16.000,00			48.000,00
2.5.1.		0202	2005	7	Biblioteca	Outra		100		DCD	1-1-05	31-12-17				12.000,00			12.000,00	12.000,00			36.000,00
2.5.1.	02/020120	0202	2005	7													11.500,00						
2.5.1.	02/020220	0202	2005	7													500,00						
2.5.1.		**01**	2007		**Ações Mais Relevantes**											**2.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**					2.000,00
2.5.1.	02/020220	0201	2007	5	Fim de Semana Alternativo	Outra		100		DCD	1-1-07	31-12-17				1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.		0204	2007	8	Pesquisa da Estação Arqueológica do Monte da Chaminé	Outra		100		DCD	1-1-07	31-12-17	4			1.000,00		1.000,00					1.000,00
2.5.1.		**01**	2014		**Ações Mais Relevantes**											**10.000,00**	**10.000,00**						**10.000,00**
2.5.1.	02/020220	0102	2014	2	FerreiraArtes	Outra		100		DCD	1-1-14	31-12-16	0			10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.5.2.					**Desporto, Recreio e Lazer**											**106.950,00**	**106.950,00**		**12.000,00**	**12.000,00**			**130.950,00**
2.5.2.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**11.950,00**	**11.950,00**		**12.000,00**	**12.000,00**			35.950,00
2.5.2.		0201	2004	58	Jogos Desportivos	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-19				6.000,00			6.000,00	6.000,00			18.000,00
2.5.2.	02/020115	0201	2004	58													4.000,00						
2.5.2.	02/040701	0201	2004	58													2.000,00						
2.5.2.		0203	2004	60	Promoção de Jogos,Torneios e Outras Atividades Desportivas	Outra		100		DCD	1-1-04	31-12-19				5.950,00			6.000,00	6.000,00			17.950,00
2.5.2.	02/020115	0203	2004	60													2.250,00						
2.5.2.	02/020213	0203	2004	60													1.500,00						
2.5.2.	02/040701	0203	2004	60													2.200,00						
2.5.2.		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**95.000,00**	**95.000,00**						**95.000,00**
2.5.2.	02/040701	0202	2009	2	Apoios às colectividades e Iniciativas Desportivas e Recreativas	Outra		100		DCD	1-1-09	31-12-17				95.000,00	95.000,00						95.000,00
2.5.3.					**Outras Actividades Cívicas e Religiosas**											**5.000,00**		**5.000,00**					**5.000,00**
2.5.3.		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**5.000,00**		**5.000,00**					**5.000,00**
2.5.3.		0206	2009	8	Participação na Construção da Igreja de Gasparões	Outra		100		DT	1-1-09	312-12-2017				5.000,00		5.000,00					5.000,00
3					**Funções Económicas**											**1.186.000,00**	**1.186.000,00**		**155.000,00**	**425.000,00**	**100.000,00**	**300.000,00**	**2.166.000,00**
3.1.					**Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca**																		
3.1.1.					**Caminhos Agrícolas**																		
3.1.1.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**																		

Plano de Atividades Municipal 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
							AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
3.1.1.		0202	2004	68	Caminhos Rurais,Agricolas e Vicinais	Outra		100		DT	1-1-04	31-12-17											
3.2.					**Indústria e Energia**											**660.000,00**	**660.000,00**						**660.000,00**
3.2.2.					**Energia**											**660.000,00**	**660.000,00**						**660.000,00**
3.2.2.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**660.000,00**	**660.000,00**						**660.000,00**
3.2.2.		0201	2004	70	Consumo de Energia Eléctrica	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-17				660.000,00							660.000,00
3.2.2.	02/020201	0201	2004	70													380.000,00						
3.2.2.	02/020225	0201	2004	70													280.000,00						
3.4.					**Comércio e Turismo**											**451.000,00**	**451.000,00**		**400.000,00**	**400.000,00**	**100.000,00**	**300.000,00**	**1.351.000,00**
3.4.1.					**Mercados e Feiras**											**451.000,00**	**451.000,00**		**400.000,00**	**400.000,00**	**100.000,00**	**300.000,00**	**1.351.000,00**
3.4.1.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**333.000,00**	**333.000,00**		**300.000,00**	**300.000,00**		**300.000,00**	**933.000,00**
3.4.1.		0203	2004	72	Feira Nacional da Agua e do Regadio	Outra		100		CEDEC	1-1-04	31-12-21				333.000,00			300.000,00	300.000,00		300.000,00	1.233.000,00
3.4.1	02/020213	0203	2004	72													5.000,00						
3.4.1	02/020217	0203	2004	72													3.000,00						
3.4.1	02/020220	0203	2004	72													230.000,00						
3.4.1	02/06020305	0203	2004	72													95.000,00						
3.4.1		**02**	2009		**Ações Mais Relevantes**											**118.000,00**	**118.000,00**		**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**		**418.000,00**
3.4.1		0205	2009	10	Feira de Ferreira e Mercado Mensal	OUTRA		100		DAM	1-1-09	31-12-21				118.000,00			100.000,00	100.000,00	100.000,00		**418.000,00**
3.4.1	02/020218	0205	2009	10													18.000,00						
3.4.1	02/020220	0205	2009	10													75.000,00						
3.4.1	02/06020305	0205	2009	10													25.000,00						
3.5.					**Outras Funções Económicas**											**75.000,00**	**75.000,00**		**55.000,00**	**25.000,00**			**155.000,00**
3.5.1.					**Unidades Produtivas**											**30.000,00**	**30.000,00**		**30.000,00**				**60.000,00**
3.5.1.		**02**	2007		**Ações Mais Relevantes**											**30.000,00**	**30.000,00**		**30.000,00**				**60.000,00**
3.5.1.	02/04010101	0201	2007	11	Contrato Programa com a MOBITRAL	Outra		100		DAM	1-1-07	31-12-18				30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00
3.5.2.					**Incremento do Desenvolvimento Económico e Social**											**45.000,00**	**45.000,00**		**25.000,00**	**25.000,00**			**95.000,00**
3.5.2.		**02**	**2004**		**Ações Mais Relevantes**											**10.000,00**	**10.000,00**		**10.000,00**	**10.000,00**			**30.000,00**
3.5.2.	02/020220	0205	2004	80	Participação em Certames	Outra		100		CEDEC	1-1-04	31-12-19				10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00			30.000,00
3.5.2.		**02**	**2007**		**Ações Mais Relevantes**											**15.000,00**	**15.000,00**		**15.000,00**	**15.000,00**			**45.000,00**
3.5.2.	02/020220	0202	2007	13	Promoção da Marca " FERREIRA DO ALENTEJO "	Outra		100		CEDEC	1-1-07	31-12-19				15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00			45.000,00
3.5.2.		**02**	2010		**Ações Mais Relevantes**											**1.500,00**	**1.500,00**						**1.500,00**
3.5.2.		0202	2010	2	Participação no Capital Social da AMGAP eOutras Empresas	Outra		100		DAM	1-1-10	31-12-15				1.500,00							1.500,00
3.5.2.	02/08010102	0202	2010	2													500,00						
3.5.2.	02/08050104	0202	2010	2													500,00						
3.5.2.	02/090802	0202	2010	2													500,00						
3.5.2.		**02**	2013		**Ações Mais Relevantes**											**18.500,00**	**18.500,00**						**18.500,00**
3.5.2.	02/040701	0201	2012	1	Ferreira Empreende	Outra		100		CEDEC	1-1-13	31-12-15				15.000,00	15.000,00						15.000,00

Plano de Atividades Municipal 2017 – 2020

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Numero do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
																Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
							AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Total	Definido	Não Definido	2018	2019	2020		
3.5.2.	02/020220	0202	2013	2	Promoção da Marca Ferreira do Alentejo-Capital de Azeite	Outra		100		CEDEC	1-1-13	31-12-15				3.500,00	3.500,00						3.500,00
4					**Outras Funções**											**70.000,00**	**70.000,00**		**70.000,00**	**70.000,00**			**210.000,00**
4.2.					**Transferências entre Administrações**											**70.000,00**	**70.000,00**		**70.000,00**	**70.000,00**			**210.000,00**
4.2.1.					**Transferências para Administração Autárquica**											**70.000,00**	**70.000,00**		**70.000,00**	**70.000,00**			**210.000,00**
4.2.1.		**02**	2004		**Ações Mais Relevantes**											**70.000,00**	**70.000,00**		**70.000,00**	**70.000,00**			**210.000,00**
4.2.1.	02/04050102	0201	2004	82	Transferências Correntes para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra		100		DAM	1-1-04	31-12-17				70.000,00	70.000,00		70.000,00	70.000,00			210.000,00
												Total				**3.397.200,00**	**3.385.200,00**	**12.000,00**	**463.000,00**	**733.000,00**	**100.000,00**	**300.000,00**	**4.993.200,00**

FASES DE EXECUÇÃO

0 - Não Iniciada

1 - Com projeto Técnico

2 - Adjudicada

4 - Execução fisica superior a 50 %

9 - Concluida

MAPAS ORÇAMENTO
2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

RESUMO DO ORÇAMENTO

(DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017)

Receitas	Montante	Despesas	Montante
Correntes	13 184 412,17	Correntes	9 546 158,00
De Capital	4 104 470,83	De Capital	7 742 725,00
Total	17 288 883,00	Total	17 288 883,00
Total Geral	**17 288 883,00**	**Total Geral**	**17 288 883,00**

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS 2017

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

Receitas	Montante	%
Receitas Correntes		
01 Impostos Diretos	2 738 079,91	15,8
02 Impostos Indiretos	57 265,63	0,3
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	427 319,78	2,5
05 Rendimentos de Propriedade	825 937,48	4,8
06 Transferências Correntes	6 546 434,38	37,9
07 Venda Bens e Serviços Correntes	1 247 935,25	7,2
08 Outras Receitas Correntes	41 439,74	0,2
Total das Receitas Correntes	**11 884 412,17**	**68,7**
Receitas de Capital		
09 Venda de Bens de Investimento	97 002,00	0,6
10 Transferências de Capital	4 072 881,10	23,6
11 Activos Financeiros	1,00	0,0
12 Passivos Financeiros	1 200 002,00	
13 Outras Receitas de Capital	34 543,70	0,2
Total das Receitas de Capital	**5 404 429,80**	**31,3**
Outras Receitas		
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	41,03	
Total das Outras Receitas	**41,03**	
Total Geral	**17 288 883,00**	**100,0**

Despesas	Montante	%
Despesas Correntes		
01 Despesas com Pessoal	4 591 378,00	26,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	3 867 350,00	22,4
03 Juros e Outros Encargos	46 630,00	0,3
04 Transferências Correntes	797 300,00	4,6
05 Subsídios	30 000,00	0,2
06 Outras Despesas Correntes	213 500,00	1,2
Total das Despesas Correntes	**9 546 158,00**	**55,2**
Despesas de Capital		
07 Aquisição de Bens de Capital	6 842 310,00	39,6
08 Transferências de Capital	386 825,00	2,2
09 Ativos Financeiros	71 584,00	0,4
10 Passivos Financeiros	442 006,00	2,6
11 Outras Despesas de Capital		
Total das Despesas de Capital	**7 742 725,00**	**44,8**
Total Geral	**17 288 883,00**	**100,0**

ORÇAMENTO DA RECEITA
2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	**11 884 412,17**
01	**Impostos Diretos**	**2 738 079,91**
01.02	**Outros**	**2 738 079,91**
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imóveis	822 960,62
01.02.03	Imposto Único de Circulação	437 320,24
01.02.04	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	823 298,33
01.02.05	Derrama	654 500,72
02	**Impostos Indiretos**	**57 265,63**
02.02	**Outros**	**57 265,63**
02.02.06	**Impostos Indiretos Esp. Das Autarquias Locais**	**57 265,63**
02.02.06.01	Mercados e Feiras	4 627,51
02.02.06.02	Loteamentos e Obras	22 686,62
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	8 247,47
02.02.06.05	Publicidade	4 373,66
02.02.06.99	**Outros**	**17 330,37**
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	7 061,47
02.02.06.99.02	Taxa de Deposito da Ficha Técnica da Habitação	4 382,01
02.02.06.99.99	Outros	5 886,89
04	**Taxas, Multas e Outras Penalidades**	**427 319,78**
04.01	**Taxas**	**353 055,26**
04.01.23	**Taxas Especificas das Autarquias Locais**	**353 055,26**
04.01.23.02	Loteamentos e Obras	50 645,17
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	21 107,10
04.01.23.04	Canideos	20 696,17
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	20 755,75
04.01.23.06	Saneamento	116 253,88
04.01.23.99	**Outras**	**123 597,19**
04.01.23.99.01	Taxa de Deposito da Ficha Técnica da Habitação	20 887,88
04.01.23.99.02	Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria nº1334-D/2010 de 31/12	21 700,17

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
04.01.23.99.99	Outras	81 009,14
04.02	**Multas e Outras Penalidades**	**74 264,52**
04.02.01	Juros de Mora	21 165,27
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	23 309,32
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	29 789,93
05	**Rendimentos de Propriedade**	**825 937,48**
05.02	**Juros - Sociedades Financeiras**	**196 025,45**
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	196 025,45
05.03	**Juros - Administrações Públicas**	**49,88**
05.03.01	Administração Central - Estado	49,88
05.10	**Rendas**	**629 862,15**
05.10.99	Outros	629 862,15
06	**Transferências Correntes**	**6 546 434,38**
06.03	**Administração Central**	**6 546 434,38**
06.03.01	**Estado**	**6 344 839,43**
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 643 949,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	136 486,00
06.03.01.03	Participação Variável no IRS	188 710,00
06.03.01.05	Direcção Geral De Administração Local	4 593,00
06.03.01.06	Direcção Regional da Educação do Alentejo	55 510,07
06.03.01.07	Direcção Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral	4 440,79
06.03.01.09	Ministério da Educação	310 550,57
06.03.0199	Outros	600,00
06.03.06	**Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados**	**19 389,35**
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	19 389,35
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	1,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Sub.Protecção Emp. e Form. Profissional	182 204,60
07	**Venda de Bens e Serviços Correntes**	**1 247 935,25**
07.01	**Venda de Bens**	**414 871,17**
07.01.02	Livros e Documentação Técnica	34 244,06
07.01.03	Publicações e Impressos	34 828,91

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
07.01.05	Bens Inutilizados	1,00
07.01.10	**Desperdicios, Resíduos e Refugos**	**1,00**
07.01.10.01	Sucata	1,00
07.01.11	**Produtos Acabados e Intermédios**	**345 796,20**
07.01.11.01	Inertes	35 563,41
07.01.11.02	**Outros**	**310 232,79**
07.01.11.02.01	Água	277 853,39
07.01.11.02.02	Outros	32 379,40
07.02	**Serviços**	**722 331,26**
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	36 294,07
07.02.08	**Serviços Sociais,Recreativ,Cult.e de Desporto**	**134 095,71**
07.02.08.02	**Serviços Recreativos**	**79 308,58**
07.02.08.02.01	Turismo Senior	1,00
07.02.08.02.99	Outros	79 307,58
07.02.08.03	**Serviços Culturais**	**2,00**
07.02.08.03.01	Turismo Senior	1,00
07.02.08.03.99	Outros	1,00
07.02.08.04	**Serviços Desportivos**	54 785,13
07.02.09	**Serviços Específicos das Autarquias**	**517 331,46**
07.02.09.01	Saneamento	1,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	211 314,66
07.02.09.03	**Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias**	**47 462,39**
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	47 460,39
07.02.09.03.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	1,00
07.02.09.03.99	Outros	1,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	41 449,35
07.02.09.05	Cemitérios	81 109,13
07.02.09.06	Mercados e Feiras	33 327,31
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	32 889,97
07.02.09.09	Canídeos e Gatideos	32 355,44
07.02.09.99	Outros	37 422,21

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
07.02.99	**Outros**	**34 610,02**
07.02.99.01	Encargos de Despesas Administrativas por Aplicação da Portaria nº1637/06 de 27/09	1,00
07.02.99.99	Outros	34 609,02
07.03	**Rendas**	**110 732,82**
07.03.01	Habitações	33 277,96
07.03.02	Edifícios	45 366,34
07.03.99	Outras	32 088,52
08	**Outras Receitas Correntes**	**41 439,74**
08.01	**Outras**	**41 439,74**
08.01.99	**Outras**	**41 439,74**
08.01.99.01	Indemnizações por deteorização, roubo e extravio de bens	1,00
08.01.99.99	Diversas	41 438,74
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	**5 404 429,80**
09	**Venda de Bens de Investimento**	**97 002,00**
09.01	**Terrenos**	**97 000,00**
09.01.10	Famílias	97 000,00
09.02	**Habitações**	**1,00**
09.02.10	Famílias	1,00
09.04	**Outros Bens de Investimento**	**1,00**
09.04.01	Administração Publica - Administração Central - Estado	1,00
10	**Transferências de Capital**	**4 072 881,10**
10.03	**Administração Central**	**4 072 881,10**
10.03.01	**Estado**	**1 465 310,91**
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	627 105,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	218 204,91
10.03.01.05	Ministério da Educação	20 000,00
10.03.01.99	Outras	600 001,00
10.03.07	**Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados**	**2 607 570,19**
10.03.07.01	INAlentejo	2 000 000,00
10.03.07.02	Outros	607 570,19

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
11	**Ativos Financeiros**	**1,00**
11.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**1,00**
11.06.10	**Familias**	1,00
12	**Passivos Financeiros**	**1 200 002,00**
12.05	**Empréstimos a curto prazo**	**1,00**
12.05.02	Sociedades Financeiras	1,00
12.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**1 200 001,00**
12.06.02	Sociedades Financeiras	1 200 000,00
12.06.03	Administração Publica - Administração Central – Estado	1,00
13	**Outras Receitas de Capital**	**34 543,70**
13.01	**Outras**	**34 543,70**
13.01.99	Outras	34 543,70
	Outras Receitas	**41,03**
15	**Reposições não Abatidas nos Pagamentos**	**41,03**
15.01	**Reposições não Abatidas nos Pagamentos**	**41,03**
15.01.01	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	41,03
Total das Receitas		**17 288 883,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA
2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
01		***ASSEMBLEIA MUNICIPAL***	**17 600,00**	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		**17 600,00**
	01	**Despesas com o Pessoal**		**12 100,00**
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**11 500,00**
	01.02.04	Ajudas de Custo		1 500,00
	01.02.13	**Outros Suplementos e Prémios**		**10 000,00**
	01.02.13.02	Outros		10 000,00
	01.03	**Segurança Social**		**600,00**
	01.03.09	**Seguros**		**600,00**
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		600,00
	02	**Aquisição de Bens e Serviços**		**5 500,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**1 000,00**
	02.01.08	Material de Escritório		500,00
	02.01.21	Outros Bens		500,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**4 500,00**
	02.02.09	Comunicações		500,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		4 000,00
02		***CÂMARA MUNICIPAL***	**15 524 058,60**	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		**8 611 333,60**
	01	**Despesas com o Pessoal**		**4 104 353,60**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**3 087 296,29**
	01.01.01	Titulares Org.Sob.e Membros de Org. Autárquicos		103 051,00
	01.01.04	**Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado**		**1 847 864,80**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		1 804 050,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		43 814,80

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.01.06	**Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado**		**228 992,90**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		25 440,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		203 552,90
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		168 300,00
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		1 546,14
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		71 123,80
	01.01.11	Representação		30 634,04
	01.01.13	**Subsidio de Refeição**		**243 057,73**
	01.01.13.01	Sub. de Refeição - RCTFPTI		174 128,00
	01.01.13.02	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer outra Situação		34 382,04
	01.01.13.03	Sub. de Refeição - RCTFPTD		34 547,69
	01.01.14	**Subsídios de Ferias e Natal**		**369 843,40**
	01.01.14.01	Sub. de Férias e de Natal - RCTFPTI		319 800,00
	01.01.14.02	Subsidio de Férias e de Natal - Pessoal em Qualquer outra Situação		12 078,00
	01.01.14.03	Sub. de Férias e de Natal - RCTFPTD		37 965,40
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		22 882,48
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**165 307,20**
	01.02.02	Horas Extraordinárias		129 364,13
	01.02.04	Ajudas de Custo		22 000,00
	01.02.05	Abono para Falhas		3 939,64
	01.02.06	Formação		1,00
	01.02.13	**Outros Suplementos e Prémios**		**10 002,43**
	01.02.13.02	Outros		10 002,43
	01.03	**Segurança Social**		**851 750,11**
	01.03.01	Encargos com a Saúde		95 000,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		55 000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		5 888,09
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		1 290,00
	01.03.05	**Contribuições para a Segurança Social**		**667 571,02**
	01.03.05.02	**Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)**		**667 571,02**
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		467 436,02
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		200 135,00
	01.03.06	Acidentes em Serviços e Doenças Profissionais		1 000,00
	01.03.09	**Seguros**		**25 000,00**
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		25 000,00
	01.03.10	**Outras Despesas de Segurança Social**		**1 001,00**
	01.03.10.01	Eventualidade de Maternidade, Paternidade e Adoção		1,00
	01.03.10.99	Outras Despesas de Segurança Social		1 000,00
	02	**Aquisição de Bens e Serviços**		**3 601 450,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**724 900,00**
	02.01.01	Matérias-primas e Subsidiarias		185 000,00
	02.01.02	**Combustíveis e Lubrificantes**		**270 750,00**
	02.01.02.01	Gasolina		10 750,00
	02.01.02.02	Gasóleo		220 000,00
	02.01.02.99	Outros		40 000,00
	02.01.04	Limpeza e Higiene		6 500,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições Confecionadas		1 000,00
	02.01.06	Alimentação - Géneros para Confecionar		3 500,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		10 000,00
	02.01.08	Material de Escritório		28 000,00
	02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos		43 500,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		1 500,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	02.01.12	Material de Transporte - Peças		40 000,00
	02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro		2 000,00
	02.01.14	Outro Material - Peças		15 000,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		23 750,00
	02.01.16	**Mercadorias para Venda**		**5 000,00**
	02.01.16.01	Água		1 000,00
	02.01.16.03	Outras		4 000,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		12 900,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		500,00
	02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração		1 000,00
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		27 000,00
	02.01.21	Outros Bens		48 000,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**2 876 550,00**
	02.02.01	Encargos das Instalações		380 000,00
	02.02.02	Limpeza e Higiene		405 000,00
	02.02.03	Conservação de Bens		71 000,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		100,00
	02.02.09	Comunicações		118 900,00
	02.02.10	Transportes		39 500,00
	02.02.11	Representação dos Serviços		1 000,00
	02.02.12	Seguros		55 000,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		61 000,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		151 250,00
	02.02.15	Formação		5 000,00
	02.02.16	Seminários, Exposições e Similares		1 000,00
	02.02.17	Publicidade		28 700,00
	02.02.18	Vigilância e Segurança		87 000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	02.02.19	Assistência Técnica		36 100,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		1 034 500,00
	02.02.21	Utilização de Infraestruturas de Transportes		500,00
	02.02.22	Serviços de Saúde		15 000,00
	02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas		55 000,00
	02.02.25	Outros Serviços		331 000,00
	03	**Juros e Outros Encargos**		**46 630,00**
	03.01	**Juros da Divída Pública**		**21 550,00**
	03.01.03	**Soc. Fin. - Bancos e Outras Ins.Financeiras**		**15 000,00**
	03.01.03.02	**Empréstimos de Médio e Longo Prazos**		**15 000,00**
	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos		14 000,00
	03.01.03.02.03	Novo Banco		1 000,00
	03.01.05	**Administração Publica Central - Estado**		**6 550,00**
	03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazo		6 550,00
	03.02	**Outros Encargos Correntes da Dívida Pública**		**80,00**
	03.02.01	Despesas Diversas		80,00
	03.03	**Juros de Locação Financeira**		**5 000,00**
	03.03.05	Material de Transporte		5 000,00
	03.05	**Outros Juros**		**20 000,00**
	03.05.02	Outros		20 000,00
	04	**Transferências Correntes**		**615 400,00**
	04.05	**Administração Local**		**130 200,00**
	04.05.01	**Continente**		**130 200,00**
	04.05.01.02	Freguesias		130 200,00
	04.07	**Instituições sem Fins Lucrativos**		**326 700,00**
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		326 700,00
	04.08	**Famílias**		**158 500,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	04.08.02	Outras		158 500,00
	05	**Subsídios**		**30 000,00**
	05.01	**Sociedade e Quase-Sociedades Não Financeiras**		**30 000,00**
	05.01.01	**Públicas**		**30 000,00**
	05.01.01.01	Empresas Publicas Municipais e Intermunicipais		30 000,00
	06	**Outras Despesas Correntes**		**213 500,00**
	06.02	**Diversas**		**213 500,00**
	06.02.01	Impostos e Taxas		5 000,00
	06.02.03	**Outras**		**208 500,00**
	06.02.03.01	Outras Restituições		1 000,00
	06.02.03.02	IVA Pago		1 000,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		3 500,00
	06.02.03.05	Outras		203 000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**6 912 725,00**
	07	**Aquisição de Bens de Capital**		**6 012 310,00**
	07.01	**Investimentos**		**4 663 910,00**
	07.01.01	Terrenos		50 000,00
	07.01.03	**Edifícios**		**1 672 000,00**
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		269 000,00
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		613 000,00
	07.01.03.03	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		650 000,00
	07.01.03.07	Outros		140 000,00
	07.01.04	**Construções Diversas**		**1 384 410,00**
	07.01.04.01	Viadutos,Arruamentos e Obras Complementares		750 000,00
	07.01.04.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais		182 410,00
	07.01.04.04	Iluminação Pública		100 000,00
	07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		242 000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	07.01.04.09	Sinalização e Trânsito		20 000,00
	07.01.04.13	Outros		90 000,00
	07.01.06	**Material de Transporte**		**140 000,00**
	07.01.06.01	Recolha de Resíduos		10 000,00
	07.01.06.02	Outro		130 000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática		95 000,00
	07.01.08	Software Informático		580 000,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		68 000,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**485 500,00**
	07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos		20 000,00
	07.01.10.02	Outro		465 500,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios		7 000,00
	07.01.12	Artigos e Objectos de Valor		43 600,00
	07.01.13	Investimentos Incorpóreos		138 400,00
	07.02	**Locação Financeira**		**140 000,00**
	07.02.05	Material de Transporte - Locação Financeira		140 000,00
	07.03	**Bens de Domínio Público**		**1 208 400,00**
	07.03.03	**Outras Construções e Infraestruturas**		**1 208 400,00**
	07.03.03.01	Viadutos,Arruamentos e Obras Complementares		1 057 900,00
	07.03.03.07	Captação e Distribuição de Água		65 000,00
	07.03.03.12	Cemitérios		85 500,00
	08	**Transferências de Capital**		**386 825,00**
	08.01	**Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras**		**500,00**
	08.01.01	**Públicas**		**500,00**
	08.01.01.01	Empresas Publicas Municipais e Intermunicipais		500,00
	08.05	**Administração Local**		**386 325,00**
	08.05.01	**Continente**		**386 325,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	08.05.01.02	Freguesias		374 000,00
	08.05.01.04	Associações de Municípios		12 325,00
	09	**Ativos Financeiros**		**71 584,00**
	09.08	**Unidades de Participação**		**71 584,00**
	09.08.02	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras- Publicas		500,00
	09.08.06	**Administração Publica - Administração Central - Serviços e Fundos Autónomos**		**71 084,00**
	09.08.06.01	Fundo de Apoio Municipal		71 084,00
	10	**Passivos Financeiros**		**442 006,00**
	10.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**		**442 006,00**
	10.06.03	**Soc.Fin.- Bancos e Outras Inst.Financeiras**		**413 686,00**
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos		360 000,00
	10.06.03.03	Banco Espirito Santo		53 686,00
	10.06.05	**Administração Publica Central - Estado**		**28 320,00**
03		***ESCOLAS***	**1 747 224,40**	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		**917 224,40**
	01	**Despesas com o Pessoal**		**474 924,40**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**382 939,40**
	01.01.04	**Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado**		**236 248,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		236 248,00
	01.01.06	**Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado**		**57 947,40**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		25 440,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		32 507,40
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		1,00
	01.01.13	**Subsidio de Refeição**		**38 487,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		28 507,00
	01.01.13.03	Subsidio de Refeição - RCTFPTD		9 980,00
	01.01.14	**Subsídios de Ferias e Natal**		**48 256,00**
	01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal -RCTFPTI		39 326,00
	01.01.14.03	Subsidio de Ferias e de Natal -RCTFPTD		8 930,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		2 000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**1 140,00**
	01.02.02	Horas Extraordinárias		100,00
	01.02.05	Abono para Falhas		1 040,00
	01.03	**Segurança Social**		**90 845,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		5 000,00
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		720,00
	01.03.05	**Contribuições para a Segurança Social**		**85 125,00**
	01.03.05.02	**Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)**		**85 125,00**
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		44 704,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social- Regime Geral		40 421,00
	02	**Aquisição de Bens e Serviços**		**260 400,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**10 100,00**
	02.01.05	Alimentação - Refeições Confecionadas		100,00
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		10 000,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**250 300,00**
	02.02.10	Transportes		250 000,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		100,00
	02.02.15	Formação		200,00
	04	**Transferências Correntes**		**181 900,00**
	04.03	**Administração Central**		**20 000,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	04.03.01	Estado		20 000,00
	04.05	**Administração Local**		**42 100,00**
	04.05.01	**Continente**		**42 100,00**
	04.05.01.02	Freguesias		42 100,00
	04.07	**Instituições sem Fins Lucrativos**		**114 800,00**
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		114 800,00
	04.08	**Famílias**		**5 000,00**
	04.08.02	Outras		5 000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**830 000,00**
	07	**Aquisição de Bens de Capital**		**830 000,00**
	07.01	**Investimentos**		**830 000,00**
	07.01.03	**Edifícios**		**800 000,00**
	07.01.03.05	Escolas		800 000,00
	07.01.09	**Equipamento Administrativo**		**20 000,00**
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**10 000,00**
	07.01.10.02	Outro		10 000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				**17 288 883,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

(Por classificação Orgânica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	04	**Transferências Correntes**		**181.900,00**
	04.03	**Administração Central**		**20.000,00**
	04.03.01	Estado		20.000,00
	04.05	**Administração Local**		**42.100,00**
	04.05.01	**Continente**		**42.100,00**
	04.05.01.02	Freguesias		42.100,00
	04.07	**Instituições sem Fins Lucrativos**		**114.800,00**
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		114.800,00
	04.08	**Famílias**		**5.000,00**
	04.08.02	Outras		5.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**830.000,00**
	07	**Aquisição de Bens de Capital**		**830.000,00**
	07.01	**Investimentos**		**830.000,00**
	07.01.03	**Edifícios**		**800.000,00**
	07.01.03.05	Escolas		800.000,00
	07.01.09	**Equipamento Administrativo**		**20.000,00**
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**10.000,00**
	07.01.10.02	Outro		10.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				**17.288.883,00**

MAPA DE PESSOAL

2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite®

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

João Pedro Brites Raposo Alexandre, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, designado para prestar apoio administrativo à Assembleia Municipal,

Certifica que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária do dia 13 de dezembro de 2016, deliberou por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2017, elaborado de acordo com o artigo 28° e artigo 29°, da Lei n°35/2014, de 20 de junho, bem como a caraterização dos lugares a preencher no ano de 2017.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o carimbo a óleo desta Assembleia Municipal.

Ferreira do Alentejo, 14 de dezembro de 2016.

O Assistente Técnico,

João Pedro Brites Raposo Alexandre

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Câmara Municipal

Certidão

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, **certifica** que a Câmara Municipal na sua reunião extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2016, **deliberou** por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2017, elaborado de acordo com os artº.28º e 29º da Lei nº.35/2014, de 20 de junho, e a caracterização dos lugares a preencher no ano de 2017, bem como remetê-lo à Assembleia Municipal para deliberação.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 31 de outubro de 2016

A Coordenadora Técnica,

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul

Mapa de Pessoal Ano de 2017 (Art.º 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Atribuições/Competências/Actividades	Chefe de Divisão	Técnico Superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Fiscal Municipal	Chefe de Armazém	Chefe de Serviços de Administração Escolar	Encarregado Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Postos de trabalho em 2016		Postos de trabalho a criar em 2017	
													Tempo Indeterminado	Tempo certo	Tempo Indeterminado	Tempo certo
Câmara Municipal																
Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Vereadores						3							3			
Serviço de Informação e Promoção Externa						1							1			
Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento		3											3			
Serviço Municipal de Proteção Civil																
Sub-Total		3				4							7			
Unidade Orgânica																
Divisão de Administração Municipal	1															
Secretariado de Apoio Administrativo					1								1			
Secção Administrativa					1	8						4	13			
Secção de Recursos Humanos		1			1	4						1	7			1
Secção Financeira		2			1	1							4			2
Tesouraria				1		1							2			
Secção de Aquisição de Bens e Serviços		3				2						1	6			
Serviço Jurídico																1
Armazém								1				3	4			
Património e Seguros																1
Informática			1										1			1
Cooperação Externa																
Sub-Total	**1**	**6**	**1**	**1**	**4**	**16**		**1**				**9**	**38**			**6**
Divisão Técnica	1															
Secção Administrativa		1				3						1	5			
Serviço de Ordenamento do Território		1				2							3			
Urbanização e Edificação		3					1					1	5		1	
Obras Municipais		2								1		28	27	4		
Espaços Verdes		1										9	10			2
Resíduos Sólidos		1										11	9	3		2
Abastecimento de Água		1										5	6			2
Saneamento												4	3	1		3
Serviços Municipais						2					1	20	18	5		6
Serviço de sanidade																
Sub-Total	**1**	**10**				**7**	**1**			**1**	**1**	**79**	**86**	**13**	**1**	**15**
Divisão de Cultura e Desporto	1															
Secção Administrativa					1	1						2	4			
Desporto		2				2						7	11			2
Oficina da Criança		1										2	3			1

Mapa de Pessoal Ano de 2017 (Art.º 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Atribuições/Competências/Actividades	Chefe de Divisão	Técnico Superior	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Fiscal Municipal	Chefe de Armazém	Chefe de Serviços de Administração Escolar	Encarregado Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Postos de trabalho em 2016		Postos de trabalho a criar em 2017	
													Tempo Indeterminado	Tempo certo	Tempo Indeterminado	Tempo certo
Biblioteca Municipal						7						2	9			
Museu Municipal		4										7	11			
Arquivo Municipal		1										3	4			
Turismo		1										1	2			
Audiovisuais												1	1			2
Sub-Total	**1**	**9**			**1**	**10**						**25**	**45**			**5**
Divisão de Ação Social, Educação e Formação	1															
Ação Social		3										1	4		3	
Educação		1				4			1			36	34	8		7
Apoio ao Idoso						1							1			2
Apoio à família																
Saúde																
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens												1	1			
Loja Social																2
Rede Social																1
Gabinete de Inserção Profissional		1											1			
Sub-Total	1	5				5			1			38	41	8	3	12
Totais Gerais	**4**	**33**	**1**	**1**	**5**	**42**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**151**	**217**	**21**	**4**	**38**

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria – 2017

Cargo/Carreira/Categoria	Nº de postos de trabalho	Nº de postos de trabalho a criar em 2017	Total
Chefe de Divisão	4 a)		**4**
Técnico Superior	33 b)	15	**48**
Coordenador Técnico	5		**5**
Assistente Técnico	42	3	**45**
Encarregado Geral Operacional	1		**1**
Encarregado Operacional	1		**1**
Assistente Operacional	151 -c) ; d); e); f); g); h);i) e j)	22	**173**
Especialista de Informática	1	1	**2**
Técnico de Informática	1		**1**
Fiscal Municipal	1	1	**2**
Chefe de Armazém	1		**1**
Chefe de Serviços de Administração Escolar	1		**1**
Total	**242**	**42**	**284**

a) Encontram-se 4 Chefes de Divisão em Comissão de Serviço

b) 2 lugares ocupados em regime de mobilidade (1 lugar -Serviço de Arquivo Municipal;1-Serviço de Ação Social)

c) 10 postos de trabalho ocupados em regime de contrato de trabalho por tempo determinado que são extintos à medida que vagarem

d) 1lugares a ocupar RCTP tempo determinado – Resíduos Sólidos (Procedimento Concursal a decorrer)

e) 3 lugares a ocupar RCTP tempo determinado- serviços municipais (Procedimento Concursal a decorrer)

f) 4 lugares a ocupar RCTP tempo determinado- Obras Municipais (Procedimento Concursal a decorrer)

g) 1 lugares a ocupar RCTP tempo determinado -Saneamento (Procedimento Concursal a decorrer)

h) 2 lugares a ocupar RCTP tempo determinado -Educação (Procedimento Concursal a decorrer)

i) 2 lugares a ocupar RCTP tempo Indeterminado -Residuos Sólidos(Procedimento Concursal a decorrer)

j) 2 lugares a ocupar RCTP tempo Indeterminado-Serviços Municipais (Procedimento Concursal a decorrer)

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo – 2017 (caracterização dos lugares a preencher)

Atribuições/Competências/Atividades Unidade Orgânica	Carreira / Categoria	Caracterização do posto de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de Postos de Trabalho	Observações
Divisão de Administração Municipal					
Serviço Jurídico	Assistente Técnico	Funções de natureza executiva na área administrativa de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	12º ano de escolaridade e experiência comprovada na área administrativa)	1	b)
Secção de Recursos Humanos	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área da Gestão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Gestão de Empresas	1	b)
Secção Financeira	Assistente Técnico	Funções de natureza executiva na área administrativa de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	12º ano de escolaridade e formação na área administrativa/financeira	1	b)
	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área da Gestão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Gestão de Empresas	1	b)
Património e Seguros	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área da Gestão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Gestão de Empresas	1	b)
Informática	Especialista	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Informática. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Engenharia Informática	1	b)
Divisão Técnica					
Resíduos Sólidos	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva , de carácter manual ou mecânico, na remoção de lixos e equiparados, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Serviços Gerais (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade)	2	b)

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo – 2017 (caracterização dos lugares a preencher)

Atribuições/Competências/Atividades	Carreira / Categoria	Caracterização do posto de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de Postos de Trabalho	Observações
Abastecimento de Água	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Recursos Hídricos. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Engenharia de Recursos Hídricos	1	b)
	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Ciências do Ambiente . Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Ciências do Ambiente	1	b)
Saneamento	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Ciências do Ambiente . Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Engenharia do Ambiente	1	b)
	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva , de carácter manual ou mecânico,enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Serviços Gerais (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade)	2	b)
Serviços Municipais	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva na condução de transportes coletivos, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Motorista de Ligeiros (Escolaridade obrigatória de acordo com a idade, carta de condução legalmente habilitada para o efeito e certificado de capacidade profissional)	2	b)
Serviços Municipais	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva na condução de máquinas pesados e veículos especiais, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (Escolaridade obrigatória de acordo com a idade, carta de condução legalmente habilitada para o efeito e Certificado de Aptidão para Motoristas (CAM)	1	b)
Serviços Municipais	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico,enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Serviços Gerais (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade)	3	b)

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo – 2017 (caracterização dos lugares a preencher)

Atribuições/Competências/Atividades	Carreira / Categoria	Caracterização do posto de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de Postos de Trabalho	Observações
Espaços Verdes	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico,enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico nos cemitérios municipais. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Coveiro (Escolaridade mínima obrigatória de acordo com a idade)	2	b)
Urbanização e Edificação	Assistente Técnico	Funções de natureza executiva na área administrativa de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços. Fiscalizae faz cumprir os regulamentos e posturas municipais	Fiscal Municipal (12º ano de escolaridade e curso de formação para fiscal municipal promovida pelo CEFA)	1	a)
Divisão de Cultural e Desportiva					
Serviço de Desporto	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva , de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Serviços Gerais (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade)	2	b)
Oficina da Criança	Assistente Técnico	Funções de natureza executiva na área administrativa de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	Animador Sócio Cultural (12º ano de escolaridade e formação específica na área	1	b)
Áudio Visuais	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área Licenciatura Educação e Comunicação Multimédia. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Educação e Comunicação Multimédia	1	b)
Áudio Visuais	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área artes plásticas e Multimédia. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Artes Plásticas e Multimédia	1	b)
Divisão de Ação Social, Educação e Formação					
Ação Social	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Serviço Social. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Serviço Social	2	a)
	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Investigação Aplicada. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Investigação Social Aplicada	1	a)

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo – 2017 (caracterização dos lugares a preencher)

Atribuições/Competências/Atividades	Carreira / Categoria	Caracterização do posto de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de Postos de Trabalho	Observações
Serviço de Educação	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva , na área de Ação Educativa , de carácter manual ou mecânico, enquadramento em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Auxiliar Ação Educativa (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade e formação específica na área)	6	b)
	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Psicologia Educacional. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Psicologia Educacional	1	b)
Apoio ao Idoso	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Animação. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Animação Sociocultural	2	b)
Loja Social	Assistente Operacional	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico,enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Serviços Gerais (Escolaridade Obrigatória de acordo com a idade)	2	b)
Rede Social	Técnico Superior	Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou cientifica, que fundamentam e preparam a decisão na área de Serviço Social. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura em Serviço Social	1	b)
Total				**42**	

a) Contrato de Trabalho a Tempo Indeterminado b) Contrato de Trabalho a Tempo Determinado

O Òrgão Executivo
Deliberação
Em _____ de _____ de _____

O Òrgão Deliberativo
Deliberação
Em _____ de _____ de _____

ARTICULADO - NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

2017

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

Normas de execução do orçamento

(alinea d) do nº 1 do artº 46 da lei 73/2013, de 3 de setembro)

Capítulo I

Âmbito e princípios genéricos

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente documento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do orçamento do Município no ano de 2017, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
   a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2016 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
   b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2016 sem fatura associada;
   c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2017;

Artigo 3.º

Modificações ao Orçamento e GOP's

A Câmara Municipal, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas , reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais , as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, no cumprimento estrito do disposto no números 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL .

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar assim como pelo controlo das despesas realizadas no que concerne ao controlo dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Câmara Municipal as quais serão encaminhadas para a Secção Financeira (SF). As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a SF, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados à SF em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviadas à Secção Financeira (SF), em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

Artigo 5.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado Corpóreo da Autarquia.

Artigo 6.º

Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto

de registo nas aplicações de “obras” e “máquinas/viaturas” , associados aos respetivos centros de custo/ folhas de obra.

3. Os procedimentos, responsabilidades especificas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da norma de controlo interno

Artigo 7.º

Candidaturas a fundos comunitários e outras comparticipações

O CEDEC -Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento, é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

Capítulo II

Receita orçamental

Secção I

Princípios

Artigo 8.º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento, conforme disposto em 2.3.4.2-a) e b) do Decreto -lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

Secção II

Entrega das receitas cobradas

Artigo 9.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de

recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.

2. A entrega de receita na tesouraria deverá ser acompanhada de resumo de cobrança ao qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

Artigo 10.º

Valores creditados em conta bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Ferreira do Alentejo, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

Artigo 12º

Estorno, Anulação e Restituição de Receitas

1. Os estornos de guias de receita devem ser efetuados mediante informação do serviço que solicita o estorno no dia em que se verifique a sua ocorrência, fundamentando e justificando as razões do mesmo.
2. As anulações de divida por motivo de duplicação ou lapso no calculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação do serviço que solicita anulação, autorizada superiormente pelo Presidente, fundamentado e justificando as razões para o mesmo.
3. As restituições de receitas devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada pelo serviço, e autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara , sendo que:
    a) Restituições do próprio ano são efetuadas através de processo de receita com emissão de RAR (reposição Abatida à Receita) com reflexos no Controlo Orçamental da receita;
    b) Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de OP (Ordem de Pagamento) com reflexos no Controlo Orçamental da Despesa;

Capítulo III

Despesa orçamental

Secção I

Princípios e regras

Artigo 13.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
   a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
   b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
   c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizante de três meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

Artigo 14.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferencia e registo referidos no numero anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela Secção Financeira e Secção de Recursos Humanos, nos termos referidos a seguir:
   a) As funções de registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesa são asseguradas pela Secção Financeira nos termos do artigo seguinte;
   b) A Secção de Recursos Humanos assegura a informação necessária ao processamento das despesas com pessoal;

Artigo 15º

Processamento das faturas

1. As faturas justificativas da despesa realizada, deverão ser emitidas em nome da CMFA e enviadas ao cuidado da secção financeira no prazo de 5 dias, após a respetiva prestação, com a indicação do nº do compromisso definitivo/ requisição oficial e o nº do processo.
2. As faturas a liquidar, as guias de remessa ou transporte deverão ser visadas, pelo serviço requisitante do bem / serviço contratado.
3. Fica estabelecido um prazo de 5 dias para a devolução de faturas visadas pelos serviços responsáveis à secção financeira. Se a fatura não for visada no prazo de dias úteis, a mesma será devolvida ao fornecedor.
4. Na situação das faturas não se apresentarem com as condições previstas na lei e no presente normativo , cabe a Secção Financeira devolve-las ao fornecedor e/ou solicitar as respetivas notas de crédito.
5. Não poderá proceder-se a pagamentos de bens e serviços ou concessão de subsídios/transferências a contribuintes do regime geral da Segurança Social de inscrição obrigatória que não apresentem declaração comprovativa da situação contributiva regularizada (pagamentos superiores a 4.987,98 euros) e/ou declaração comprovativa das Finanças de situação contributiva regularizada (pagamentos de qualquer montante), com exceção dos pagamentos efetuados a organismos públicos.

Artigo 16.º

Processamento de remunerações

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Secção Financeira com informação disponibilizada pela Secção de Recursos Humanos.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na Secção Financeira até 3 dias antes

da data prevista para o pagamento de cada mês.

3. Quando se verificar a admissão ou mudança da situação do trabalhador , depois do processamento das remunerações , será feita a regularização no mês seguinte.

Artigo 17º

Entrega de Cauções

1. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original à Secção Financeira, que deve proceder ao seu registo.
2. Cabe à Secção Financeira registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
3. As garantias bancárias ficarão à guarda da secção financeira.
4. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar à Secção Financeira, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes.

Artigo 18.º

Fundos de maneio

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Executivo Municipal, a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. O montante máximo de fundo de maneio a atribuir será de € 1.500 salvo situações devidamente fundamentadas pelos Serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
4. A competência para o pagamento de despesas por conta do fundo de maneio é do responsável pelo mesmo.
5. O fundo de maneio será saldado até ao dia 20 do mês de dezembro de 2017, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
6. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de fundo de maneio.

Secção II

Autorização da Despesa

Artigo 19.º

Repartição de Encargos

Atendendo ao disposto nos nºs 1,2 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 19/99, de 8 de junho, a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo, exceto nas situações em esta autorização já foi concedida através da aprovação das GOP em que conste tal repartição.

Artigo 20.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do nº1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.
2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem €99.759,58.

Artigo 21.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
   a) Vencimentos e salários;
   b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
   c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
   d) Encargos de empréstimos;
   e) Rendas;
   f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
   g) Água, energia elétrica, gás;
   h) Comunicações telefónicas e postais;

i) Prémios de seguros;

j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Secção III

Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa

Artigo 22.º

Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara Municipal.
2. As despesas decorrentes de deslocações em serviço no país carecem de autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º

Operações de tesouraria

Os processos de operações de tesouraria serão organizados pela Secção Financeira

Secção IV

Celebração e formalização de contratos e protocolos

Artigo 24.º

Protocolos

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da DAM-SF para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à DAM-SF proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

Artigo 25.º

Contratos de tarefa e avença

A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de

avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Capítulo IV
Disposições finais

Artigo 26.º
Quadro Plurianual Municipal

1. A elaboração do "Quadro Plurianual Municipal", previsto no artº. 44º. da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, carece da regulamentação estabelecida no artº. 47º. da mesma Lei, o qual dispõe que "Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei".
2. O decreto-lei a que se refere o artº. 47º. deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2016, em curso.
3. Nos termos do nº. 3 do artº. 4º. da LFL, "os limites (a que se refere o nº. 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento."
4. A norma constante do arº 41º e 44º não pode ser aplicada por falta de regulamentação (ver anexo III ao orçamento 2017)

Artigo 27.º
Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das normas de execução do orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

ANEXOS

FERREIRA DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite

ANEXO I

ORÇAMENTO DE ENTIDADES PARTICIPADAS

(alínea a) e b) do n.º2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Orçamentos de Entidades Participadas

(alínea a) e b) do n.º 2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Nome da entidade	Documentos
AMBAAL – Associação de Município do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Apresentou fundamentação para não entrega
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	Apresentou fundamentação para não entrega
ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses	Apresentou fundamentação para não entrega
ADEMO – Associação para Desenvolvimento Municípios Olivícolas Portugueses	----------
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	----------
MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM	Orçamento
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo	Orçamento
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	Orçamento

ORÇAMENTO DA ESDIME

Agência para Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL

ORÇAMENTO PREVISIONAL

2017

MOEDA:EUR

Esdime, CRL - Orçamento Previsional 2017

Fornecimentos e Serviços	**416.083,33**	**Prestação de Serviços**	**25.000,00**

Externos			
Custos de Funcionamento	120.589,28		
Honorários	295.494,05	Prestação de Serviços	25.000,00
Custos com Pessoal	**515.770,83**		
		Subsídios á Exploração	**938.330,40**
Remunerações e custos inerentes	515.770,83		
		DLBC	**183.027,20**
		União Europeia	**279.848,00**
		Ecoturismo Piscinas Natural Salinas	279.848,00
Amortizações	**19.850,37**	**POISE**	**401.045,96**
		CLDS Almodôvar	124.977,56
		CLDS Aljustrel	124.977,56
		CLDS Ourique	127.266,42
		Sementes Para A Igualdade	23.824,42
		FORMAÇÃO	**37.409,24**
		Modulares	37.409,24
Outros Gastos e Perdas	**22.530,20**		
		Secretaria de Estado	**37.000,00**
		Protocolo Gabinete Vera	37.000,00
Gastos e Perdas de Financiamento	**14.274,25**	**Outros Rendimentos e Ganhos**	**31.866,63**
Total dos Custos	**988.508,98**		
		Rendimentos e Gastos de Financiamento	**2.000,00**
Resultado Liquido do Exercício	**8.688,05**		
TOTAL	**997.197,03**	**TOTAL**	**997.197,03**

ORÇAMENTO DA AMGAP

Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Plano de Atividades, PPI e Orçamento 2017

Gop´s 2014-2017

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA
ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Proposta

Plano de Atividades, PPI e Orçamento para 2017 - (GOP5 2014-2017)

Apresentação

O Plano de Atividades (PA), Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Orçamento para 2017, serão os últimos documentos previsionais do mandato 2013-2017 dos órgãos sociais da AMGAP, eleitos a 17 de Dezembro de 2013.
A AMGAP enquanto estrutura associativa de fins específicos dos Municípios que a integram continuará a prosseguir **o objeto de**, *"...REALIZAÇÃO EM COMUM DE INTERESSES COLETIVOS DE NATUREZA SETORIAL, REGIONAL E LOCAL...", NO QUE RESPEITA À ÁGUA PUBLICA AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES ENQUANTO "BEM PÚBLICO"*, e dos **objetivos** de:

- **Participar na gestão** de um sistema de captação, tratamento e adução em alta para abastecimento público e de tratamento e destino de águas residuais;

- **Consolidar a atividade e funcionamento da AMGAP**, no cumprimento da Lei e das regras estatutárias no que respeita aos direitos e deveres dos Municípios associados;

- Procurar, em **articulação com os Municípios**, dar resposta não só ao cumprimento do objeto da Associação como às questões específicas de cada um;

- Intervir e **atuar nos "fóruns" próprios, onde associação está representada**, por direito próprio, ao nível do SPPIAA – AGDA, S.A", Conselho de Administração (CA); Assembleia Geral (AG) e Comissão de Parceria (CP), e contribuir para garantir o cumprimento do "Contrato de Parceria" e "Contrato de Gestão" que foram revistos (com a introdução dos respetivos aditamentos), e cujas novas versões foram assinadas em Dezembro de 2015, depois da prévia aprovação pelos Municípios em sede da Câmara e Assembleia Municipal.
- **Intervir em outras áreas afins ao ambiente** que sejam pertinentes para os Municípios.

O presente PA, PPI e Orçamento para o ano de 2017, procurará encerrar um ciclo de trabalho que foi marcado pela necessidade de reforço organizativo da AMGAP dotando a mesma de meios técnicos e humanos, capazes de apoiar os seus órgãos sociais na sua intervenção política junto dos diferentes "espaços de ação" e na salvaguarda da autonomia e das competências dos Municípios na gestão publica da Água.

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

A este propósito não será demais relembrar, os princípios que estiveram inerentes à constituição do "sistema de parceria pública entre os Municípios e o Estado" e à constituição da EGP – Entidade Gestora da Parceria para a gestão da água em alta, a saber:

- Encontrar um parceiro tecnológico e financeiro;
- A manutenção da competência na esfera dos municípios;
- O carácter integralmente público da entidade a constituir, salvaguardando o interesse público da provisão deste serviço;
- Garantir a conceção e execução dos investimentos a promover;
- A preparação e a defesa da candidatura dos projetos do "sistema ser criado", para serem financiados por fundos comunitários;
- A manutenção da propriedade dos municípios sobre os investimentos;
- A garantia da sustentabilidade do sistema a preços socialmente justos;
- Uma dinâmica societária que salvaguarda-se para os municípios a transferência das participações a valor patrimonial deduzida dos fundos comunitários.

Assim, no **capítulo I, do "Enquadramento"**, procurar-se-á definir a intervenção da AMGAP em face das políticas anunciadas pelo atual Governo para o setor, no quadro dos anúncios feitos, em particular por ocasião do Dia Mundial da Água, bem como da elaboração do Plano Nacional da Água para 2016 e da revisão do Decreto-Lei 194/2009, a par de outras iniciativas legislativas que se anunciam, assim como a assunção pelo Ministério do Ambiente de um "Compromisso para uma nova organização do setor", cujos desenvolvimentos poderão ter reflexos na vida das Populações. Também as eleições autárquicas, que irão ocorrer no último quadrimestre de 2017, marcarão a intervenção da AMGAP.

No que respeita ao **capítulo II, do "Funcionamento dos órgãos sociais da AMGAP"** procura-se identificar o regular funcionamento dos órgãos sociais da Associação no cumprimento dos Estatutos a par da necessidade de se reforçar o acompanhamento e a cooperação com os Municípios associados tendo presente um "novo ciclo" da atividade do SPPIAA em face da recente revisão dos CP e CG bem como do plano de investimentos em curso, cujo início da sua concretização se realizará no presente ano, assim como refletir e objetivar sobre os resultados dos grau de satisfação dos Municípios sobre o SPPIAA e do "estudo sobre os sistemas de AA e SAR em baixa".

O capítulo III, "acompanhar e participar na atividade da AGdA", enfatiza a necessidade de uma intervenção mais ativa a partir de apoio técnico (...da "consultoria"), aos representantes dos Municípios que estão no Conselho de Administração e na Comissão de Parceria da EGP – AGdA, SA, no que respeita ao cumprimento dos instrumentos políticos e de gestão da Parceria (CP e CG), em particular os investimentos a ser preconizados até 2020 assim como o de acompanhar a entrada em vigor do novo modelo tarifário fixo (50% População e 50% Alojamentos), e da entrada em vigor das tarifas de saneamento. Prosseguir ao longo do ano com a execução do "plano regular de visitas aos diferentes subsistemas", visitando-se as

infraestruturas do Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de cada um dos Municípios, assim como desenvolver e implementar o "plano de reuniões regulares entre os órgãos sociais da AMGAP e os Municípios com os órgãos de gestão da AGdA,SA.

No **"desenvolvimento da cooperação da AMGAP com os Municípios" – capítulo IV**, procura-se concretizar as diferentes formas de cooperação entre a Associação e os Municípios associados, não só na análise, reflexão e resposta a dar aos problemas específicos de cada um, em particular no que respeita aos temas "investimentos-infraestruturas AA e AR", "financeiros – rendas – capital social", "tarifários-regulamentação", "gestão-qualidade-eficiência dos serviços da "Alta", procurando-se implementar "ciclos de reuniões permanentes com eleitos", "ações de formação, seminários e *workshops*" dirigidas para eleitos, técnicos e trabalhadores das autarquias locais, assim como analisar e debater com os Municípios os resultados do "estudo de opinião sobre o grau de satisfação com o SPPIAA" e os resultados do "...estudo de diagnostico sobre as entidades gestoras de AA e SAR dos sistemas em "Baixa" dos Municípios associados na AMGAP".

É tendo presente o capítulo precedente que o **"Acompanhamento dos Investimentos da AGdA nos Municípios" – capítulo V** surge com uma importância de todo relevante face ao quadro de investimentos previstos virem a ser feitos até 2025 (as chamadas 2ª e 3ª fases, cujos valores ascendem a cerca de 129 milhões de euros) com particular atenção aos projetos já candidatos no valor de 52M. Pelo que se irá apontar para a criação de mecanismos permanentes de acompanhamento (em articulação com os Municípios) das "candidaturas ao PO SEUR dos projetos, seus concursos públicos, adjudicações, obras e empreitadas".

Por último **o capítulo VI** que procura identificar o **desenvolvimento e a participação da AMGAP em iniciativas e "fóruns em defesa da Água publica** em torno de temas de interesse para a Associação e para os Municípios, com particular destaque para o tema "Água enquanto bem público", a sua defesa e o das competências de gestão pública por parte dos Municípios.

Capítulo I - Enquadramento

O ano de 2017, continuara marcado pela nova situação política, decorrente das eleições legislativas ocorridas em finais de 2015 e que determinaram alterações significativas na governação do País com o afastamento do Governo PSD/CDS-PP e a constituição de um Governo PS, que depois dos acordos feitos com os partidos à sua esquerda (PCP, BE, PEV), determinaram o seu apoio na AR que aprovou o programa de Governo e o Orçamento de Estado para 2016.

Se decorrente de tais alterações, se travou uma política que estava marcada pelo "Memorando Troika" e se deram passos no sentido inverso, não é menos verdade que existem políticas económicas e sociais que ainda se encontram "pressionadas" pelo FMI-BCE-EU e que a manterem-se poderão colocar em perigo todo o percurso (ainda que ténue), que têm vindo a ser trilhado.

Neste âmbito, a autonomia do Poder Local Democrático e das suas autarquias (Municípios e Freguesias) e a defesa e reforço das suas competências, colocar-se-á na ordem dia não só em face do anúncio do chamado processo «Descentralização Aprofundar a Democracia Local», que deverá merecer dos Municípios uma "análise crítica" em face do "subfinanciamento das autarquias locais", que se tem vindo a verificar desde 2007 a esta parte, como no facto de se realizarem, no último quadrimestre do ano de 2017, eleições autárquicas que não deixarão de influenciar a atividade da AMGAP, em particular na sequencia das mesmas ter-se-ão que realizar, até final do ano de 2017, as eleições para os órgãos sociais da AMGAP bem como ter-se-á que decidirem sede própria as "nomeações" dos representantes dos Municípios para a Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão de Parceria da EGP – AGdA, SA.

Por outro lado, se aqueles são temas que nos irão obrigar a uma atenção particular. No âmbito do "setor da água" a intervenção da AMGAP, em articulação com os Municípios, não poderá deixar de se fazer sentir com maior acuidade e ação em face das políticas anunciadas pelo Governo para o setor, no quadro dos medidas já apresentadas, por ocasião do Dia Mundial da Água, bem como da elaboração do Plano Nacional da Agua para 2016 e da revisão do Decreto-Lei 194/2009.

Também aqui há que acompanhar os novos processos de "fusões e agregações" que estão em curso em particular intenções do Governo para avançar com "sistemas integrados de gestão das águas com maior escala" (leia-se verticalização das "Baixas" e "Altas"), no âmbito do chamado "Compromisso para uma nova organização do setor", quando por exemplo no nosso "sistema de parceria pública de gestão da água no Alentejo", a preocupação maior é assegurar mais de 107M€ que estão previstos no âmbito do EVEF 2015 serem realizados até 2020. Sem deixar de atender às preocupações dos Municípios com a "gestão das baixas" o que se pensa poder vir a

intervir na sequência dos resultados do "Estudo" mandado fazer pela AMGAP sobre o "diagnóstico das entidades gestoras dos sistemas de Abastecimento de Agua e de Saneamento de Águas Residuais em Baixa".

Por fim à que continuar a acompanhar as implicações políticas e técnicas da Lei 10/2014, de 6 de Março (que altera os Estatutos da ERSAR), a Lei 12/2014 (que visa alterar matérias relacionadas com "o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas..."), o Decreto-Lei 114/2014 da "fatura detalhada", que a par da Lei 73/2013 e Lei 75/2013, têm por objetivo o de limitar autonomia dos Municípios nas áreas da gestão do abastecimento de água e saneamento das águas residuais a par de outras.

Capítulo II - Funcionamento dos órgãos sociais da AMGAP

Durante o próximo ano, continuar-se-á a prosseguir os objetivos de:

a) **Assegurar,** o normal funcionamento dos órgãos sociais da AMGAP, Assembleia Intermunicipal (de acordo com os art.º 14º a 16ª); Conselho Executivo (de acordo com os art.º, 18.º a 21.º), e do Conselho Fiscal (de acordo com os art.º 22.º a 24.º). Dando-se cumprimento às normas estatutárias, em particular assegurando a realização das reuniões ordinárias previstas;

b) **Concretizar,** a realização de iniciativas de acompanhamento dos principais "temas" decorrente de um "novo ciclo" da Atividade do SPPIAA em face da conclusão do processo de revisão dos CP e CG;

c) **Promover,** reuniões políticas institucionais e de trabalho (descentralizadas) entre o Conselho Executivo e os Executivos das Câmaras Municipais dos Municípios associados na AMGAP com vista a melhor identificar os problemas existentes ao nível da gestão dos sistemas e subsistemas da "Alta" e da "Baixa" e suas infraestruturas;

d) **Assegurar,** o cumprimento do art.º 25.º dos estatutos, "património e finanças", no sentido de se planear e programar a realização do "capital social", por parte dos Municípios, com vista a subscrição do aumento de capital social da AGdA (capitais próprios do sistema), em 2017 conforme o EVEF 2015;

e) **Refletir sobre** "o grau de satisfação dos Municípios"- 2016, resultante da aplicação de questionário semi-diretivo;

f) **Objetivar** os resultados saídos do "estudo de diagnóstico sobre as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa dos Municípios associados na AMGAP";

g) **Manter** a estrutura técnica e administrativa de apoio aos órgãos sociais da AMGAP e dos Municípios seus associados.

Capítulo III – Acompanhar e Participar na Atividade da EGP – AGdA

Durante o próximo ano, continuar-se-á a prosseguir os objetivos de:

a) **Apoio** aos representantes dos Municípios nos órgãos sociais da AGdA, SA (em particular na Assembleia Geral; Conselho de Administração e Comissão de Parceria), instituindo modelos e formas de organização para essa finalidade;

b) **Concretizar**, o "plano de visitas aos sistemas e subsistemas municipais" ao longo do ano em particular acompanhar o funcionamento e manutenção dos sistemas de AA e AR em "Alta";

c) **Desenvolver**, com regularidade, reuniões e iniciativas conjuntas entre os órgãos sociais da AMGAP/Municípios com o CA da AGdA.

Capítulo IV – Desenvolver e consolidar a cooperação da AMGAP com os Municípios

Durante o próximo ano, continuar-se-á a prosseguir os objetivos de:

a) **Acompanhar**, a aplicação, em articulação com os Municípios, do Contrato de parceria e Contrato de Gestão do SPPIAA e defender a "Água enquanto bem Publico";

b) **Consequentemente**, acompanhar aplicação tarifário do período quinquenal iniciado em 2016 (dando-se particular atenção ao novo modelo de tarifa fixa: 50% Pop. e 50% Aloj.) e a entrada em vigor das tarifas de Saneamento de Águas Residuais, no sentido de garantir uma política tarifária com equidade e eticamente considerada com os princípios subjacentes à "Parceria Publica/Publica";

c) **Acompanhar**, a execução, em articulação com os Municípios, do "novo ciclo de investimentos";

d) **Promover**, iniciativas regionais e intermunicipais no sentido de assegurar a sustentabilidade do sistema da "Parceria Publica da Agua no Alentejo", no quadro da aplicação das alterações introduzidas aos Contrato de Parceria e Contrato de Gestão e das eventuais implicações para o SPPIAA do processo de "reestruturação do setor das Aguas – ciclo urbano" encetado pelo Ministério do Ambiente;

e) **Preparar**, com os Municípios, a subscrição de capital social da empresa AGdA de acordo com o CP e CG do SPPIAA;

f) **Organizar e preparar**, com os Municípios, o processo eleitoral dos novos órgãos sociais da AMGAP para o quadriénio 2017-2021, bem da nomeação dos representantes dos Municípios nos órgãos sociais e outros da AGDA (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão de Parceria);

g) **Promover** o desenvolvimento de ações de formação, seminários e Workshops subordinados às temáticas da "Água, Águas Residuais e Pluviais";

h) **Acompanhar** o desenvolvimento dos trabalhos do "...estudo de diagnóstico sobre as entidades gestoras de AA e SAR dos sistemas em "Baixa" dos Municípios associados na AMGAP" e debater e analisar com os Municípios os seus resultados;

i) **Analisar e debater**, com os Municípios, os resultados do "estudo de opinião sobre o grau de satisfação com o SPPIAA" ;

Capítulo V – Investimentos – Infraestruturas AA e SAR pela AGDA nos Municípios

Durante o próximo ano, continuar-se-á a prosseguir os objetivos de:

a) **Acompanhar**, a execução, em articulação com os Municípios, do "novo ciclo de investimentos", a decorrerem no período de 2016-2020, em particular os investimentos cujas candidaturas já forem presentes ao PO SEUR de SAR - 17M€ e AA- 35M€;

b) **Implementar**, em articulação com os Municípios, a criação de mecanismos permanentes de acompanhamento das "candidaturas ao PO SEUR dos projetos, seus concursos públicos, adjudicações, obras e empreitadas".

Capítulo VI – Desenvolvimento e Participação em iniciativas em defesa da Agua Publica

Durante o próximo ano, continuar-se-á a prosseguir os objetivos de:

a) **Assegurar**, a participação da AMGAP e dos Municípios, em "iniciativas e fóruns", que visem o desenvolvimento e a promoção das competências técnicas, em matérias determinantes, tanto para o "sistema da Alta", como para os "sistemas da Baixa", da responsabilidade de gestão direita dos Municípios, tais como "as questões da perda de água"; "modelos tarifários e sustentabilidade económica e financeira"; a regulação dos diferentes sistemas, etc., etc.;

b) **Estudar** a adesão e a cooperação da AMGAP com outras "Associações", de carácter específico, de âmbito nacional e regional, tais como a APDA e a AIA, proporcionando aos Municípios, eleitos e técnicos, acesso a informações e conhecimentos relevantes na assunção das competências em matéria de "participação e gestão dos sistemas" (em ALTA e BAIXA), existentes no espaço territorial da Associação;

c) **Promover** e desenvolver iniciativas com os Municípios em torno da defesa da "Água Publica" e da autonomia dos Municípios na gestão da água de acordo com as suas competências.

Orçamento para 2017

Introdução

O Orçamento, para o ano de 2017, procura corresponder às atividades e investimentos previsíveis para o ano de 2017.

Importa, neste âmbito assegurar o acompanhamento dos investimentos do SPPIAA que deverão arrancar durante o ano, tendo em consideração as candidaturas apresentadas ao PO SEUR no valor de 52M€ (35M€ em AA e 17M€ em SAR).

Outra atividade a ser desenvolvida prende-se com a necessidade de, com os Municípios, atender aos resultados do "Estudo" mandado elaborar pela AMGAP sobre o "diagnóstico das entidades gestoras dos sistemas de Abastecimento de Agua e de Saneamento de Aguas Residuais em Baixa";

A par das anteriores atividades o Orçamento visa dar cobertura aos encargos com o normal funcionamento dos órgãos sociais da AMGAP e ao desenvolvimento de forma regular de reuniões e iniciativas conjuntas entre os órgãos sociais da AMGAP/Municípios com o CA da AGdA.

Igualmente, com cobertura orçamental, procurar-se-á desenvolver reuniões individuais e por sistema em "Alta" com os Municípios com vista a dar seguimento aos resultados do "Questionário da AMGAP 2016", no que respeita às preocupações com a aplicação do Contrato de Parceria e Contrato de Gestão do SPPIAA, os serviços de manutenção e gestão das infraestruturas integradas de AA e SAR bem como a execução de investimentos previstos.

Destaca-se o facto de se apresentar o Orçamento por Ações ficando preparado para a transição que é previsível vir a ocorrer a partir de 1 Janeiro de 2017 em que o POCAL vai ser substituído pelo "SNC-AP" – Sistema Nacional de Contabilidade para a Administração Pública, onde o Orçamento tem que estar organizado por programas ou desempenho.

O Orçamento para 2017 tem dotações globais iniciais, tanto nas Receitas com nas Despesas num valor de 275.500,00€.

Receitas

Receitas Correntes situam-se nos 251.000,00€ e as Receitas de Capital de 24.500,00€.

Despesas

Despesas Correntes situam-se em 175.000,00€ e as Despesas de Capital em 100.500,00€.

Nas Despesas Correntes estão inscritos 25.000,00€ do "estudo das baixas" (que corresponde a verba em falta de 40% caso o estudo não fique concluído em 2016, ou mesmo que se conclua, o valor venha a ser liquidado já em 2017);
Igualmente estão inscritos 41.000,00€ de trabalhos especializados (onde se inclui o valor dos Serviços de Contabilidade e de Consultadoria), outras despesas correntes IRC e IVA no valor de 75.000,00€ e serviços bancários e outras despesas no valor de 3.000,00€.

Nas Despesas de Capital no valor de 100.500,00€, destaca-se nos Ativos Financeiros – Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, 97.000,00€ e Aquisição de Bens de Capital, Software Informático, Equipamentos Básico e Administrativo num valor global de 3.500,00€

Plano Plurianual de Investimentos

No PPI importa destacar a subscrição de capital social na AGdA,SA ficando a rubrica aberta com o valor de 97.000,00€, pois essa subscrição segundo consta no EVEF 2015, embora tendo uma previsão superior, ela depende dos valores dos investimentos que vierem a ocorrer entre 2017 e 2018.

Inscrevem-se ainda no PPI, Informatização da AMGAP, 1.500,00€ e aquisição de equipamento básico e administrativo valor de 1.000,00€ em cada uma das rúbricas.

Beja, _____/_____/_____

Conselho Executivo da AMGAP:

_____

_____

_____

_____

_____

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA
ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Beja, _____/_____/_____

Conselho Fiscal:

Beja, _____/_____/_____

Assembleia Intermunicipal da AMGAP:

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

AMGAP

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Orçamento 2017

amgap@m-alcacerdosal.pt

Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA
ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa I

Resumo do Orçamento

Dotações Iniciais

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	251.000,00	Correntes	175.000,00
De capital	24.500,00	De capital	100.500,00
Total	275.500,00	Total	275.500,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	275.500,00	Total Geral	275.500,00

Em ___ de _____ de ____

_____

Em ___ de _____ de ____

_____

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa II

Orçamento da Receita

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

ENTIDADE Associação de Municípios Para a Gestão d	**ORÇAMENTO DA RECEITA**	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	**251.000,00**
05	**RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**	**75.000,00**
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	**3.000,00**
05.02.01	**BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**	**3.000,00**
05.02.01.01	JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3.000,00
05.07	**DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOC E Q-SOC NÃO FINANCEIRAS**	**72.000,00**
05.07.01	EMPRESAS PÚBLICAS	72.000,00
07	**VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**	**175.000,00**
07.02	**SERVIÇOS**	**175.000,00**
07.02.99	OUTROS	175.000,00
08	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**25.500,00**
08.01	**OUTRAS**	**1.000,00**
08.01.99	**OUTRAS**	**1.000,00**
08.01.99.99	DIVERSAS	1.000,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	**24.500,00**
10.05	**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**	**24.500,00**
10.05.01	CONTINENTE	24.500,00
	TOTAL DAS RECEITAS	275.500,00

Em ___ de _____ de _____

_____

Em ___ de _____ de _____

_____

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA
ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa III

Orçamento da Despesa

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES INICIAIS
Associação de Municípios Para a Gestão da Água Púb	(POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DO ANO 2017

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	**175.000,00**
02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	**94.500,00**
02.01	**AQUISIÇÃO DE BENS**	**1.500,00**
02.01.02.03	GASÓLEO	2.500,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.500,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.500,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2.500,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	2.500,00
02.01.21	OUTROS BENS	2.500,00
02.02	**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**	**2.000,00**
02.02.09	COMUNICAÇÕES	5.000,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	3.000,00
02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	25.000,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	2.000,00
02.02.17	PUBLICIDADE	2.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	41.000,00
02.02.25.01	OUTROS SERVIÇOS	2.000,00
06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**80.500,00**
06.02	**DIVERSAS**	**80.500,00**
06.02.01.01	IRC	25.000,00
06.02.03.02	IVA PAGO	52.500,00
06.02.03.04	SERVIÇOS BANCÁRIOS	500,00
06.02.03.05	OUTRAS	2.500,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	**100.500,00**
07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**	**3.500,00**
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	1.500,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.000,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	1.000,00
09	**ATIVOS FINANCEIROS**	**97.000,00**
09.07.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	97.000,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	275.500,00

Em ___ de _____ de _____

_____

Em ___ de _____ de _____

_____

AMGAP

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa IV

GOP's 2017

amgap@m-alcacerdosal.pt

Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO DOS TIPOS DOS INV. DO PLUR. ANUAL			DESCRIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	FONTES DE FINANCIAMENTO			PERÍODO GERÊNCIA	DATAS			DOTAÇÕES		DESPESAS DE INVESTIMENTO PREVISTAS					
																ANO EM CURSO (ORÇAMENTO)			ANOS SEGUINTES		
							20	10	70		INÍCIO	FIM		PREVIS. ANTE-PROJECTO	PREVIS. PROJECTO	TOTAL	EFEITUADO	NÃO EFEITUADO	2007	2008	2009
1.					Funções gerais											211.500,00	175.500,00		111.000,00	111.000,00	112
1.1.					Serviços gerais de administração pública											211.500,00	175.500,00		111.000,00	111.000,00	112
1.1.1.					Administração geral											211.500,00	175.500,00		111.000,00	111.000,00	112
1.1.1.		01	[illegible]		[illegible]											37.500,00	10.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]						[illegible]	[illegible]				30.000,00	[illegible]				
1.1.1.		10	[illegible]		[illegible]											1.500,00	3.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				1.500,00	[illegible]				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				1.000,00	[illegible]				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				1.000,00	1.000,00				
1.1.1.		04	[illegible]		[illegible]											31.500,00	34.000,00		11.000,00	11.000,00	[illegible]
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				10.000,00	[illegible]		[illegible]	10.000,00	[illegible]
1.1.1.		[illegible]	[illegible]		[illegible]						[illegible]	[illegible]				21.500,00					
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														25.000,00				
1.1.1.		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				11.500,00			[illegible]	[illegible]	[illegible]
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														2.500,00				
1.1.1.		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				11.500,00			[illegible]	[illegible]	[illegible]
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.000,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.000,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.000,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.000,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]														1.000,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	[illegible]
1.1.1.		06	[illegible]		[illegible]											17.500,00	17.500,00		25.000,00	15.000,00	25
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]						[illegible]	[illegible]				25.000,00	25.000,00		25.000,00	25.000,00	[illegible]
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]						[illegible]	[illegible]				32.500,00	32.500,00				
1.1.1.		05	[illegible]		[illegible]											1.000,00	1.200,00		6.000,00	6.000,00	6
1.1.1.		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]				1.000,00			[illegible]	6.000,00	[illegible]
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]												500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]												2.500,00				
										TOTAL GERAL ...						275.500,00	275.500,00		[illegible]	[illegible]	[illegible]

FONTE DE FINANCIAMENTO

0 - [illegible]
1 - [illegible]

[illegible]

Dia __ de _____ de ___	Dia __ de _____ de ___
_____	_____

AMGAP
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA
ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa V

Plano de Atividades

amgap@m-alcacerdosal.pt
Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]													[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]													[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]													[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]									[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]									[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]													
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]									[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]										[illegible]			
[illegible]													[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]

[illegible]	[illegible]

AMGAP

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

Mapa VI

Plano Plurianual de Investimentos

amgap@m-alcacerdosal.pt

Praça Pedro Nunes · 7580 - 125 Alcácer do Sal · Tel.265 610 059 · fax 265 247 003

[illegible]	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	[illegible]
Associação de Municípios Para a Gestão da Água Pública No [illegible]		[illegible]

Página: 1

Objectivo	Código da classificação económica	Código das fontes de financiamento		Descrição	Ano de execução	Custos de financiamento			Fonte de financiamento	Total		Ano	Previsões		Execução financeira					
						[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1.				Funções gerais											100.504,10	101.500,01				
1.1.				Serviços gerais de administração pública											100.504,10	101.500,01				
1.1.1.				Administração geral											100.504,00	100.500,01				
1.1.1.		01	[illegible]	FUNDO COMUNS DO ESTADO											57.660,00	57.660,01				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]						[illegible]	[illegible]				97.[illegible]	[illegible]				
1.1.1.		03	[illegible]	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS											3.501,09	3.500,00				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]				1.504,00	[illegible]				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]				1.104,09	[illegible]				
1.1.1.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]				1.104,09	[illegible]				
										TOTAL GERAL ...					[illegible]	[illegible]				

Fontes de financiamento:

0 - [illegible]
1 - [illegible]
2 - [illegible]
3 - [illegible]
4 - [illegible]
5 - [illegible]
6 - [illegible]

Em ___ de _____ de ___

_____

Em ___ de _____ de ___

_____

ORÇAMENTO DA MOBITRAL

Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM

MOBITRAL,EM

Instrumentos de Gestão Previsional 2017

Introdução

A proposta que o Conselho de Administração (C.A) vos apresenta vem na sequência do trabalho desenvolvido durante o ano de 2016, onde foi possível atingir os alguns dos objetivos propostos, apesar da crise que Portugal atravessa. Decorrente das perspetivas negativas nos vários ramos de atividades, as nossas previsões para este ano não poderão ser, obviamente, as mais otimistas, no entanto, esperamos uma continuação de recuperação da Mobitral, EM, onde perspetivamos um pequeno acréscimo nas vendas, sendo nesse sentido que vamos trabalhar em 2017.

1 – A importância do contrato programa

Em 2016, a Mobitral EM e o Município de Ferreira do Alentejo (CMFA) estabeleceram, pelo nono ano, um Contrato-Programa como forma de apoio à recuperação da empresa e de implementação de medidas corretivas. Este consistiu num subsídio por parte do Município de Ferreira do Alentejo e teve por objetivos a promoção e divulgação da cultura do móvel alentejano na região e no país, sendo este um dos cartazes de visita do nosso Concelho.

2- Contrato Programa 2017

A celebração do Contrato-Programa com o Município de Ferreira do Alentejo, para o ano de 2017, tem como objetivos a consolidação financeira da empresa e sua recuperação. Este contrato permitirá à empresa continuar a dinamização e promoção da cultura do móvel alentejano na região e no país.

3 – Política Comercial

Nos últimos anos a crise a nível mundial e nacional terá contribuído para que os investimentos turísticos na nossa zona tenham parado ou tenham sido congelados, o que se reflete diretamente na nossa Empresa, dada a especificidade do nosso produto. No entanto, a Mobitral, EM trabalha num nicho de mercado, onde é um dos poucos produtores deste tipo de mobiliário, e com qualidade reconhecida. Nesse sentido a nossa politica de comunicação visa atingir, cada vez mais, o mercado

da classe média alta e alta, com canais como a página de Web e Internet no geral, a assumirem destaque como forma de chegar a esse mercado.

Continuaremos, dentro dos possíveis, a manter a nossa participação em feiras e certames, para que a nossa empresa seja cada vez mais conhecida pelo grande público.

Esperamos igualmente fortalecer o estabelecimento de parcerias, com revendedores, de forma a permitir um melhor escoamento da nossa produção.

4 - Conclusão

Os resultados Previsionais para 2017, apontam para um ano de recuperação da Mobitral,EM.

Em 2017 o C.A da Mobitral EM considera estarem reunidas as condições para que este seja mais um ano de continuação da recuperação, embora ainda num patamar negativo, que com o esforço e dedicação de todos os seus colaboradores, têm lutado para que a empresa alcance os seus objetivos.

Ferreira do Alentejo, 28 de outubro de 2016

O Conselho de Administração

/Dra. Rafaela Pereira/

/Dr. José Ramalho/

/Dr. Luís Branco

Encargos com Pessoal 2016

(Euros)

Postos de Trabalho	Salário Mensal	Sub. Refeição	Encargos Sociais	Encargo Anual
Rafaela Pereira	971,26 €	4,27 €	230,67 €	**17.813,45 €**
Outros Encargos C/Pessoal				**500,00 €**
TOTAL	**971,26 €**	**4,27 €**	**230,67 €**	**18.313,45 €**

Encargos com Pessoal 2017

(Euros)

Postos de Trabalho	Salário Mensal	Sub. Refeição	Encargos Sociais	Encargo Anual
Rafaela Pereira (*)	971,26 €	4,52 €	230,67 €	**17.871,20 €**
Outros Encargos C/Pessoal				**500,00 €**
TOTAL	**971,26 €**	**4,52 €**	**230,67 €**	**18.371,20 €**

(*) Inclui o desconto efectuado ao abrigo da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho

(Euros)

Rúbricas	Ano 2016	Ano 2017
1. Electricidade/ Combustíveis	**0,00 €**	**60,00 €**
2. Subcontratos	**0,00 €**	**800,00 €**
Apoio a Decoração	0,00 €	800,00 €
3 . Outros F.S.Externos	**2.286,44 €**	**2.570,00 €**
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	73,36 €	200,00 €
Revisor Oficial de Contas	1.500,00 €	1.500,00 €
Comunicações	321,96 €	300,00 €
Limpeza, higiene e conforto	0,00 €	30,00 €
Trabalhos especializados	4,52 €	100,00 €
Publicidade e imagem	0,00 €	100,00 €
Material de escritório	286,60 €	240,00 €
Outros	100,00 €	100,00 €
TOTAL	**2.286,44 €**	**3.430,00 €**

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Euros)

Matérias-primas subsidiárias e de consumo	2016	2017
Existências iniciais	2.504,56	3.000,00
Compras	2.505,45	6.173,98
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	3.000,00	7.000,00
Custos no exercício	**2.010,01**	**2.173,98**

Demonstração da variação da produção

(Euros)

Produtos acabados e intermédios	2016	2017
Existências iniciais	6.884,27	7.000,00
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	7.000,00	7.000,00
Aumento / redução no exercício	**115,73**	**0,00**

Plano Global de Investimento

(Euros)

Mapa de Investimento	2016	2017
Capital Fixo Anteriormente Adquirido	**39.856,00 €**	**39.856,00 €**
Capital Fixo Corpóreo	**0,00 €**	**0,00 €**
Equipamento Basico	0,00	
Impressora		
Tico-Tico		
Serrra Circular		
Lixadeiras		
Esmeriladora		
Capital Fixo Incorpóreo	**0,00 €**	**0,00 €**
Estudos e Projectos		
TOTAL	**39.856,00 €**	**39.856,00 €**

Gastos de depreciação e de amortização 2017

(Euros)

Imobilizações	Valor Aquisição	Taxa Anual	Amortiz. Anual
TOTAL	**0,00 €**		**0,00 €**

Bens Totalmente Amortizados em 2015	**39.852,50 €**

TOTAL GERAL	**39.856,00 €**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAIS – 2017 (Versão SNC)

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	EXERCICIO	
	2016	2017
Vendas e serviços prestados	2.984,85	16.983,74
Subsídios à exploração	28.000,00	30.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsídiárias, ass. e empreeend.		
Variação nos inventários da produção	115,73	0,00
Trabalhos para a própria entidade		
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-2.010,01	-2.173,98
Fornecimentos e serviços externos	-2.286,44	-3.430,00
Gastos com o pessoal	-18.313,45	-18.371,20
Ajustamentos de inventários(perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos / reduções)		
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumento / reduções de justo valor		
Outros redimentos e ganhos		
Outros gastos e perdas		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	8.490,68	23.008,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	8.490,68	23.008,56
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	8.490,68	23.008,56
Imposto sobre o rendimento do periodo		
Resultado líquido do período	8.490,68	23.008,56
Resultado das actividades descontinuadas (liquído de impostos) incluindo no resultado líquido do período		

BALANÇOS PREVISIONAL - 2017 (Versão SNC)

(Euros)

RUBRICAS	EXERCICIO	
	2016	2017
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Propriedades de investimento		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Accionistas/sócios		
	0,00	**0,00**
Activo corrente		
Inventários	10.000,00	14.000,00
Clientes	2.351,00	851,00
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos	4.076,00	6.500,00
Accionistas / sócios		
Outras contas a receber		
Diferimentos	83,43	80,00
Outros activos financeiros		
Caixa e depósitos bancários	2.351,08	21.255,03
	18.861,51	**42.686,03**
Total do activo	**18.861,51**	**42.686,03**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	50.000,00	50.000,00
Acções (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas		
Excedentes de revalorização		
Outras variações no capital próprio		
Resultados transitados	-49.307,30	-40.816,62
Resultado liquido do período	**8.490,68**	**23.008,56**
Total do capital próprio	**9.183,38**	**32.191,94**
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar		
	0,00	**0,00**
Passivo corrente		

Fornecedores	3.118,17	5.544,83
Adiantamentos de clientes	1.328,29	
Estado e outros entes públicos	950,85	918,43
Accionistas / sócios		
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar	4.280,82	4.030,82
Diferimentos		
Outros passivos financeiros		
	9.678,13	**10.494,08**
Total do passivo	**9.678,13**	**10.494,08**
Total do capital próprio e do passivo	**18.861,51**	**42.686,03**

Orçamento de tesouraria

Rubrica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Disponibilidades ano anterior	2.351,08												2.351,08
Recebimentos													
Ano Anterior :													
Serviços													0,00
Vendas Mobiliário (IVA incluido)	1.500,00												1.500,00
Total de Recebimentos do ano anterior	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Do próprio ano :													
Vendas Mobiliário		658,00	968,00	1.658,00	1.658,00	2.448,00	1.800,00	1.700,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	15.390,00
Restauros			800,00		800,00		900,00		2.000,00		1.000,00		5.500,00
Total das vendas e restauros	0,00	658,00	1.768,00	1.658,00	2.458,00	2.448,00	2.700,00	1.700,00	3.000,00	1.000,00	2.000,00	1.500,00	20.890,00
Descontos e Retenções:			2.426,00			6.564,00			7.400,00				
Segurança Social	115,74	115,74	115,74	115,74	115,74	169,16	115,74	115,74	115,74	115,74	169,16	115,74	1.495,74
Retenções na Fonte	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	210,00	105,00	105,00	105,00	210,00	105,00	1.470,00
Total de Descontos e Retenções	220,74	220,74	220,74	220,74	220,74	274,16	325,74	220,74	220,74	220,74	379,16	220,74	2.965,74
Contrato Programa CMFA	30.000,00							0,00					30.000,00
IVA a receber													
Total de Recebimentos do Próprio ano	220,74	878,74	1.988,74	1.878,74	2.678,74	2.722,16	3.025,74	1.920,74	3.220,74	1.220,74	2.379,16	1.720,74	23.855,74
Total de Recebimentos (1)	31.720,74	878,74	1.988,74	1.878,74	2.678,74	2.722,16	3.025,74	1.920,74	3.220,74	1.220,74	2.379,16	1.720,74	55.355,74
Disponibilidades + Recebimentos(2)	34.071,82	878,74	1.988,74	1.878,74	2.678,74	2.722,16	3.025,74	1.920,74	3.220,74	1.220,74	2.379,16	1.720,74	57.706,82
Pagamentos :													
Do ano anterior :													
Segurança Social	365,64												365,64
IRS (Retenções na Fonte)	105,00												105,00
Ordenados	250,00												250,00
Fornecedores	250,00												250,00
Total de Pagamentos do ano anterior:	970,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970,64
Do próprio ano :													
Compras (IVA incluido) :													
Madeiras			212,45	0,00	430,00	420,00	400,00	500,00	500,00	200,00	200,00	200,00	3.062,45
Tintas			200,00			200,00		200,00		200,00		200,00	1.000,00
Outros		66,00		100,00	800,00	700,00		600,00	500,00	180,00	485,55	100,00	3.531,55
Total de Compras (IVA incluido)	0,00	66,00	412,45	100,00	1.230,00	1.320,00	400,00	1.300,00	1.000,00	580,00	685,55	500,00	7.594,00
For. e Serviços Externos (Iva Incluido) :													
Deslocações e estadias						60,00							60,00
Material Escritorio/ Roc		1.230,00		172,20				123,00					1.525,20
Seguros													0,00
Comunicações	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	30,75	369,00
Limpeza, manutenção e Conservação						36,90							36,90
Publicidade e Imagem						123,00							123,00
Outros		465,62	65,60	65,69	366,08	65,60	68,16	77,60	67,98	67,03	73,77	106,67	1.489,80
Total For. Ser.Externos (IVA incluido)	30,75	1.726,37	96,35	268,64	396,83	316,25	98,91	231,35	98,73	97,78	104,52	137,42	3.603,90
Custos com Pessoal:													
Ordenados	1.052,20	1.052,20	1.052,20	1.052,20	1.052,20	1.537,83	1.052,20	1.052,20	1.052,20	1.052,20	1.537,83	1.052,20	13.597,64
Subsidio de Refeição	94,92	94,92	94,92	94,92	94,92	94,92		94,92	94,92	94,92	94,92	94,92	1.044,12
Segurança Social		365,64	365,64	365,64	365,64	365,64	534,40	365,64	365,64	365,64	365,64	534,40	4.359,54
IRS (Retenção na Fonte)		105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	210,00	105,00	105,00	105,00	105,00	210,00	1.365,00
Seguros	250,00					250,00							500,00
Adicional													0,00
Total dos custos com o pessoal	1.397,12	1.617,76	1.617,76	1.617,76	1.617,76	2.353,39	1.796,59	1.617,76	1.617,76	1.617,76	2.103,39	1.891,51	20.866,30
Investimentos em Imobilizado													
Total de Investimentos (Iva Incluido)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações Emprestimo C. Prazo													0,00
Estado e Outros Entes Públicos:													
Pagamento Especial por Conta			500,00							500,00			
IVA a pagar	480,21				578,57			559,53			798,64		2.416,95
Total de Estado e Outros	480,21	0,00	500,00	0,00	578,57	0,00	0,00	559,53	0,00	500,00	798,64	0,00	3.416,95
Total Pagamentos do próprio ano	1.908,08	3.410,13	2.626,56	1.986,40	3.823,16	3.989,64	2.295,50	3.708,64	2.716,49	2.795,54	3.692,10	2.528,93	35.481,15
Total de pagamentos (3)	2.878,72	3.410,13	2.626,56	1.986,40	3.823,16	3.989,64	2.295,50	3.708,64	2.716,49	2.795,54	3.692,10	2.528,93	36.451,79
Saldos de Tesouraria	31.193,10	-2.531,39	-637,82	-107,66	-1.144,42	-1.267,48	730,24	-1.787,90	504,25	-1.574,80	-1.312,94	-808,19	21.255,03
Saldos de Tesouraria Acumulados	31.193,10	28.661,72	28.023,90	27.916,25	26.771,83	25.504,36	26.234,59	24.446,70	24.950,95	23.376,16	22.063,22	21.255,03	

ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do disposto na alínea j), do n.º6, do artigo 25.º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da **MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas – Empresa Municipal, E.M.**, consistindo no: Plano de Atividades, Balanço previsional (que evidencia um total de 18.861,51€ e um total de capital próprio de 9.183,38 €, incluindo um resultado líquido de 8.490,68 €), Demonstração dos Resultados previsional e Orçamento de Tesouraria.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. Exceto quanto aos efeitos descritos no parágrafo nº 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Reservas

6. Todos os gastos com o pessoal afeto à empresa, ainda que os mesmos se encontrem requisitados, destacados ou de qualquer outra forma legal para o efeito a disponibilizar pelo Município de Ferreira do Alentejo devem estar refletidos nos documentos previsionais, independentemente dos respetivos gastos serem apoiados pelo referido Município.

Parecer

7. Os instrumentos de gestão previsional apresentados refletem o exercício das atividades que incorporam o objeto social da empresa, com enfoque na produção e comercialização de mobiliário tradicional alentejano.

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse o facto descrito no parágrafo 6 acima, e com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

9. Acresce ainda advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ferreira do Alentejo, 21 de outubro de 2016

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho
(ROC n.º 658)

Maria do Rosário Carvalho

Maria do Rosario da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luis Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Ieles ROC n.º 1303
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE ENTIDADES PARTICIPADAS

(alínea c) do n.º2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Entidades Participadas

Nome da entidade	N.º Contribuinte	% de Participação	Valor
AMBAAL – Associação de Município do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	501144587	7,1	0,00 €
AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	501144587	14,28	500,00 €
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	509761534	7,1	26 935,08 €
ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	0,28	4 218,00 €
ADEMO – Associação para Desenvolvimento Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	5,62	1 447,95 €
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1,3	1 000,00 €
MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM	506357880	87	43 500,00 €
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	502149248	7,28	25 049,88 €
CRBA – Conservatório Regional do Baixo Alentejo	503375241	5,88	248,77 €
COTR – Centro Operativo e Tecnológico de Regadio	504777181	3,1	1 968,50 €

ANEXO III

CIRCULAR N.º 82/2016-AG

(Associação Nacional de Municípios Portugueses)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Exmo(a). Senhor(a)

Presidente da Câmara Municipal

Nª. Refª.**CIR_82/2016/AG** 14.10.2016

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. Têm vindo muitos Municípios, em especial da área da CCDR Norte, a contatar a ANMP em relação à elaboração do "Quadro Plurianual Municipal", previsto no artº. 44º. da LFL.

2. Nesta oportunidade, junto reenviamos a Vª. Exª. a n/ circ. 108/2014 de 01.10, que se mantém plenamente atual, dois anos depois.
   Todas as referências a 2015 e 2016, devem agora ser lidas como reportando-se a 2017 e 2018.

3. Aproveitamos ainda esta oportunidade, para alertar Vª. Exª. que, no caso de esse Município vir a aprovar algum documento que entenda adequado ao já referido artº. 44º da LFL, será prudente evitar previsões excessivamente rígidas, tendo em conta o expresso no nº. 3 daquele mesmo artigo.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP

Rui Solheiro

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

Nª. Refª. CIR_108/2014/AG Data: 01.10.2014

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contatar a ANMP, em relação à elaboração do **"Quadro Plurianual Municipal",** previsto no artº. 44º. da Lei nº. 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).

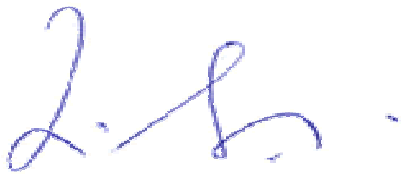
2. O referido **"Quadro Plurianual Municipal" carece da regulamentação estabelecida no artº. 47º. da mesma Lei,** o qual dispõe **que "Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei".**
   O decreto-lei a que se refere o artº. 47º. **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014,** sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.

3. Acresce que, nos termos do nº. 3 do artº. 47º. da LFL, **"os limites** (a que se refere o nº. 2 do mesmo artigo) **são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento."**
   Ora **não podem os Municípios** correr o risco **de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe.**
   Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.

4. Assim, **a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artº. 44 da lei nº. 73/2013**, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
   A **ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016,** independentemente do caráter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP



Rui Solheiro